



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS –
PPGCS

CURSO: DOUTORADO

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

**SERRA TALHADA X TRIUNFO:
A DISPUTA DA MEMÓRIA DE LAMPIÃO NO MÉDIO PAJEÚ PERNAMBUCANO**

CAMPINA GRANDE

ABRIL– 2014

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

**SERRA TALHADA X TRIUNFO:
A DISPUTA DA MEMÓRIA DE LAMPIÃO NO MÉDIO PAJEÚ PERNAMBUCANO**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Elizabeth Christina de Andrade Lima.

Área de Concentração: Sociologia

Linha de Pesquisa: Cultura e Identidades

CAMPINA GRANDE – PB

ABRIL / 2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

F383s Ferreira Júnior, José.

Serra Talhada X Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú Pernambucano / José Ferreira Júnior. – Campina Grande, 2015.

143 f.: il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima".

Referências.

1. Lampião. 2. Memória Lampiônica. 3. Disputa. 4. Produtores Culturais. 5. Mercadorização. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 316.423.3(043)

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

**SERRA TALHADA X TRIUNFO:
A DISPUTA DA MEMÓRIA DE LAMPIÃO NO MÉDIO PAJEÚ PERNAMBUCANO**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor, junto ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Presidente/Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabeth Christina de Andrade Lima - UFCG

Prof. Dr. Roberto Veras de Oliveira – UFPB / UFCG

Prof. Dr. Celso Gestemeier Nascimento - UFCG

Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva – UEPB

Prof. Dr. José Adilson Filho – UEPB

DEDICATÓRIA

À **Maria Valentina**, fruto da minha velhice e à **Janaina**, árvore que o fez brotar.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, prof^a Dr^a Elizabeth Christina de Andrade Lima, Bebete, por ter acreditado e confiado em mim;

Aos companheiros Sérgio e Miriam, que com suas presenças, falas e silêncio foram significativamente importantes;

Ao meu “pariceiro”, Domá, por se mostrar sempre disposto a me ajudar, quando do fornecimento de informações e documentos;

Aos professores;

Aos da secretaria, que sempre me atenderam, compreendendo que, nem sempre, eu podia cumprir com o que me era exigido;

A Deus!

A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio. (Martin Luther King Jr.)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar como, em Serra Talhada e em Triunfo, cidades da Mesorregião do Sertão Pernambucano, Microrregião do Pajeú, verifica-se o uso da memória lampiônica pelos produtores culturais e, no referente a esse uso, como são construídos os discursos desses atores sociais. Procedeu-se investigação bibliográfica. Foram examinadas obras diversificadas que tratam do assunto memória e mercadorização da memória. Também foram consultadas literaturas que circulam no âmbito regional, cujos autores são produtores culturais serratalhadenses e triunfenses e ex-soldados de volantes. Concernente à teoria empregada, buscou-se embasamento no discurso weberiano da ação social, mais especificamente, a que busca uma finalidade específica. Somado a essa incursão bibliográfica, também foram feitas entrevistas, tendo como instrumento de obtenção de dados o questionário semi-estruturado. Os conteúdos dos discursos dos sujeitos entrevistados foram analisados e utilizados na construção do texto que compõe esta tese. Como resultados, percebeu-se, de fato, a existência de disputa pela memória citada e, em decorrência de tal procedimento, a constatação de que, embora a intencionalidade seja a mesma, verifica-se a utilização de estratégias diferentes para se obter benefício da memória em questão. Enquanto em Serra Talhada a memória lampiônica é diretamente mercadejada, satisfazendo uma demanda turística, em Triunfo, seu uso se faz quando é agregada aos atrativos da cidade, ou seja, no espaço triunfense, a memória de Lampião funciona como elemento agregador de valor àquilo que a cidade, por si só, já oferece ao turista.

Palavras – Chave: Lampião, memória lampiônica, disputa, produtores culturais, mercadorização

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue investigar cómo, Sierra Tallada y Triunfo , las ciudades de Meso Hinterland Pernambucano microrregión del Pajeú , está el uso de la memoria lampiônica por los productores culturales , y con respecto a dicho uso , la forma en que se construyen los discursos estos actores sociales. Procedió investigación bibliográfica . Se examinaron los trabajos diversificados que tratan de la memoria sujeto y la mercantilización de la memoria. También se consultó a las literaturas de circulación regional , cuyos autores son los productores culturales triunfenses y serratalhadenses y soldados ex volantes . En cuanto a la teoría empleada, se buscó la conexión a tierra en el discurso weberiano de la acción social, más específicamente, para buscar un fin determinado. Sumado a esta incursión literatura, también se llevaron a cabo entrevistas, y como una herramienta para la obtención de datos del cuestionario semi estructurado. Fueron analizados y utilizados en la construcción del texto que constituye esta tesis los contenidos de las materias entrevistas. Como resultado, se dieron cuenta, de hecho, la existencia de la disputa citada memoria y, como resultado de un procedimiento de este tipo, el hallazgo de que , aunque la intención es la misma, el uso de diferentes estrategias que aparece para dar el beneficio de la de memoria en cuestión . Mientras que en la Sierra Tallada lampiônica la memoria está directamente mercadejada, satisfaciendo una demanda de turismo, en Triunfo, su uso se convierte en atractivo cuando se agrega a la ciudad, o en el espacio triúnfense, la memoria de Lampião funciona como agregador de valor del elemento a lo la ciudad en sí ya ofrece al turista.

Palabras – clave: Lampião, memoria lampiônica, contención, los productores culturales , mercantilización -:

ABSTRACT

The objective of this research was to investigate how, Serra Talhada and Triunfo, the cities of Meso Hinterland Pernambucano microrregion the Pajeú, there is the use of memory lampiônica by cultural producers, and in respect of such use, how they are constructed discourses these social actors. Proceeded bibliographic research. Diversified works dealing with the subject memory and commodification of memory were examined. Literatures circulating regionally, whose authors are serratalhadenses cultural producers and triunfenses and former soldiers flywheels were also consulted. Concerning the theory employed, we sought grounding in the Weberian discourse of social action, more specifically, to search a particular purpose. Added to this literature raid, interviews were also carried out, and as a tool for obtaining data semi-structured questionnaire. The contents of the interviews subjects were analyzed and used in the construction of the text that makes up this thesis. As a result, it was realized, in fact, the existence of the dispute quoted memory and, as a result of such a procedure, the finding that, although the intention is the same, the use of different strategies it appears to give the benefit of the memory in question. While in Serra Talhada hewn lampiônica the memory is directly marketed, satisfying a demand for tourism, in Triunfo its use becomes attractive when it is aggregated to the city, or in triunfense space, memory of Lampião works as aggregator element value to what the city itself already offers the tourist.

Key - Words: Lampião, lampiônica memory, contention, cultural producers, commodification

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: Xilogravura de Lampião e Maria Bonita.....	21
Fig. 2: Capa de livro de Anildomá Willans de Souza.....	64
Fig. 3: Carta aberta defendendo a instalação de Lampião em Serra Talhada.....	77
Fig. 4: Slogan pichado em muro de escola.....	80
Fig. 5: Comprovante de Votação Plebiscito em Serra Talhada.....	82
Fig. 6: Manchete sobre o resultado do plebiscito em Serra Talhada.....	83
Fig. 7: Reportagem contendo ameaça à construção da estátua de Lampião.....	84
Fig. 8: Panfleto comemorativo do Tributo a Virgulino.....	86
Fig. 9- Slogan da Prefeitura de Serra Talhada.....	87
Fig. 10: Grupo de Xaxado Cabras de Lampião.....	94
Fig. 11: Registro de slogan “Serra Talhada, A Capital do Xaxado”.....	96
Fig. 12: Placa identificatória de Serra Talhada.....	99
Fig. 13: Pontos Turísticos da cidade de Triunfo.....	100
Fig. 14: Museu do Cangaço e Cidade de Triunfo – PE.....	101
Fig. 15: Livro da recepção do Museu do Cangaço e da Cidade de Triunfo.....	103
Fig. 16: Casa Grande das Almas – Triunfo – PE.....	105
Fig. 17: Cartaz do filme Tiro no Pé.....	108
Fig. 18: Interior do cineteatro Guarany.....	109
Fig.19: Folheto de cordel sobre Lampião em Triunfo.....	111
Fig. 20: Cartaz da peça sobre a morte de Lampião.....	120
Fig. 21: Consumo do bode no buraco na Fazenda Barreiros.....	124
Fig. 22: Estabelecimentos comerciais em Serra Talhada.....	125
Fig. 23: Quarto da Casa Grande das Almas, onde Lampião dormiu.....	126
Fig. 24: Mezanino da Casa Grande das Almas, onde Lampião costumava jogar baralho.....	126

Fig. 25: Sala situada na divisa entre Pernambuco e Paraíba.....	127
Fig. 26: Objetos pessoais de Lampião.....	128
Fig. 27: Artesanato de caretas e Lampião com cangaceiros lado a lado em loja triunfense.....	129
Fig. 28: Careta de Triunfo.....	130
Fig. 29: Cachoeira do Grito, zona rural de Triunfo.....	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I – A PESSOA DE LAMPIÃO E O DISCURSO MULTIFACETADO QUE O ENVOLVE	19
1.1. Literatura de cordel: a majoritária representação positiva de Lampião.....	21
1.2. Literatura Acadêmica: a representação diversificada de Lampião.....	27
1.2.1. Lampião, o proto revolucionário das lutas camponesas.....	28
1.2.2. Lampião, o cangaceiro burguês escudado na ética.....	29
1.2.3. Lampião: aliança com coronéis, homens de confiança, elites e polícia.....	38
1.2.4. Lampião: o bandido social.....	45
II – LAMPIÃO: UM PRODUTO DO MERCADO TURÍSTICO EM SERRA TALHADA E TRIUNFO	48
2.1 O uso da cultura na contemporaneidade.....	50
2.2 Ações do Estado brasileiro que refletem a ideologia da indústria cultural: os governos Médici (1969 -1974) e Geisel (1974 – 1969).....	54
2.3 A disputa pela exclusividade de uso da memória lampiônica entre Serra Talhada e Triunfo: ações e discursos reivindicatórios de produtores culturais.....	56
2.3.1 O vanguardismo triunfense em glorificar Lampião.....	57
2.3.2 A reação serratalhadense à vanguarda triunfense.....	61
2.3.3 Ações e discursos reivindicatórios da guarda da memória lampiônica, em Serra Talhada e Triunfo.....	67
III – O USO DA MEMÓRIA LAMPIÔNICA PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SERRATALHADENSE E AGREGAÇÃO DE VALOR À IDENTIDADE TRIUNFENSE	73
3.1. Lampião e sua relação com as identidades Serratalhadense e Triunfense.....	74

3.1.1. Serra Talhada: Lampião como elemento promotor de nova identidade.....	74
3.1.2. Triunfo: Lampião como elemento agregador de valor a uma identidade existente.....	100

IV – A MERCADORIZAÇÃO DA MEMÓRIA LAMPIÔNICA EM SERRA TALHADA E TRIUNFO.....116

4.1. Memória lampiônica em Serra Talhada: a mercadoria.....	118
4.2. Memória lampiônica em Triunfo: elemento agregador de valor à mercadoria turismo.....	125

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....134

REFERÊNCIAS.....138

INTRODUÇÃO

A microrregião do Pajeú é uma das quatro que compõem a Mesorregião do Sertão de Pernambuco. É assim identificada em razão de ser cortada por um rio intermitente e possuidor de mesmo nome. É composta por dezessete cidades, sendo a maior delas Serra Talhada e a mais procurada, turisticamente falando, Triunfo.

Embora estejam situadas em condições mesológicas iguais (ambas se encontram no semiárido nordestino), as cidades citadas têm na diferença de altitude elemento determinante no referente à atratividade turística. Enquanto Serra Talhada se encontra a 440 metros de altitude, Triunfo vivencia mais de 1200 metros. Essa realidade propicia à segunda cidade temperatura agradável e, à primeira, calor intenso, praticamente todos os dias do ano.

Não obstante a diferenciação natural que apresentam essas duas cidades pajeuzeiras são possuidoras de um elemento em comum: têm na memória lampiônica elemento do qual lançam mão, por meio de seus produtores culturais, quando pretendem se fazerem visibilizadas pelos “de fora” e, conseqüentemente, atraí-los para seus espaços.

Lampião, personagem multifacetado em decorrência da polissemia discursiva que o perpassa (FERREIRA Jr, 2010), tem a sua memória envolvida em um jogo de interesses travado entre os produtores culturais serratalhadenses e triunfenses. Esse fato, por si só, não se constitui algo que se revele inédito, uma vez que a memória, na contemporaneidade, revela-se como elemento promotor de fascínio (SÁ, 2000), fato que se materializa na percepção da existência de uma indústria de memória (KLEIN *apud* SÁ, 2000) e na mercadorização da mesma (ALBERTI, 1996).

Estabelecer leitura que vá além da dimensão discursiva construída por esses produtores culturais é o que, de fato, promoveu estímulo ao empreendimento desta pesquisa. Ou seja, perscrutar os conteúdos dos discursos desses sujeitos, buscando encontrar a razão dos mesmos e, entender o porquê da busca de exclusividade de uso da memória do chamado Rei do Cangaço nos espaços citados, constituiu-se elemento precípuo à investigação realizada.

Desse modo, a partir do entendimento de que a memória é um fenômeno construído e isto se revela no fato de sua organização estar atrelada às

preocupações pessoais e políticas do momento (POLLAK, 1992) e entendendo-a como elemento que “mediatiza transformações espaciais e produz uma ruptura instauradora” (CERTEAU, 1996, p. 161), foram levadas em consideração as pontuações e contra pontuações que envolvem as cidades de Serra Talhada e Triunfo, no referente à memória lampiônica. Ou seja, verificamos a necessidade de se estabelecer compreensão sobre o que se revela força motriz das ações protagonizadas pelos produtores culturais serratalhadenses e triunfenses no que diz respeito à busca da exclusividade de uso da memória em discussão. Aqui, reside a justificativa desta pesquisa.

Necessário se faz registrar que esta investigação se constitui em um aprofundamento do que já foi realizado em nosso estudo de mestrado¹. Naquela ocasião, realizamos investigação no espaço serratalhadense e estabelecemos a discussão sobre o nexos entre a memória lampiônica e a identidade do espaço citado. A decisão pela continuidade da temática memória lampiônica e seu uso por produtores culturais decorreu do fato de, quando da pesquisa naquela ocasião, termos percebido, no espaço triunfense, semelhante uso e intencionalidade desse elemento, mas com diferente estratégia. Todavia, mesmo sendo a estratégia triunfense diferenciada daquela verificada em Serra Talhada, isso não impediu, por parte dos produtores culturais das cidades citadas, a existência de discursos reivindicadores do uso exclusivo da memória do mais célebre dos cangaceiros.

Nesta nova etapa de pesquisa, tendo como hipótese que a identificação com Lampião, por parte dos cidadãos serratalhadenses e triunfenses não ocorre de maneira semelhante, sendo isto decorrente da maneira como o cangaço e o cangaceiro são vistos nas respectivas sociedades, estabelecemos uma problematização visando entender o porquê da apreensão diferenciada de um mesmo personagem em espacialidades muitíssimo próximas². Ademais, também temos o interesse em problematizar a que ou a quem interessa, nos citados espaços, promover positividade da imagem lampiônica, que, majoritariamente, no senso comum, é vista negativamente.

Na busca dessas respostas, como metodologia, foi estabelecido recorte temporal compreendido entre os anos 1975, quando em Triunfo se inaugura o

¹ A apropriação da memória Lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada, UFCG/PPGCS, Campina Grande – PB, 2010;

² Triunfo e Serra Talhada estão separados por uma distância de 37 quilômetros;

primeiro museu do cangaço no Brasil, e 1997, ano de comemoração do centenário de nascimento de Lampião. Analisados documentos diversos. Exploradas imagens captadas fotografia. Somados aos passos metodológicos citados foram realizadas entrevistas, tendo como instrumento de coleta de dados, questionários semiestruturados, com roteiro previamente definido. Os conteúdos dos discursos dos informantes foram analisados e usados como elementos de discussão no decorrer da construção desse texto.

Desse modo, constituiu-se objetivo geral desta pesquisa a análise da disputa pela exclusividade de uso da memória de Lampião, existente entre as cidades pernambucanas de Serra Talhada e de Triunfo, problematizando a recepção de tal disputa no cotidiano das sociedades serra-talhadense e triunfense.

Referente à especificidade de objetivos, estabelecemos uma discussão sobre a tensão existente entre as cidades pernambucanas citadas e buscamos compreender a relação das identidades serratalhadense e triunfense com o feixe imagético existente sobre Lampião em ambas. Buscamos analisar os reflexos da memória oficial de Lampião no cotidiano populacional das cidades discutidas.

Quanto à construção do texto desta tese, este resulta da justaposição de investigação bibliográfica e pesquisa de campo. No referente à bibliografia utilizada, fizemos uso de autores diversificados. Sendo a nossa discussão centrada no campo da cultura, procuramos mostrar o seu uso na contemporaneidade, quando se verifica o esvaziamento do humano enquanto elemento promotor de sua existência (YUDICE, 2004). Para isso, estabelecemos diálogo com os discursos de Theodor Adorno e Max Horkheimer, naquilo que discutem sobre indústria cultural, ou cultura de massa.

O lançar mão dos teóricos frankfurtianos esteve relacionado à questão da diferenciação que se observa nos dias contemporâneos entre o que seja cultura de massa - industrialmente produzida para um consumidor específico e, conseqüentemente fabricada sobre a tutela do capital (ADORNO; HORKHEIMER, 1997) - e cultura popular ou espontaneamente produzida pelas massas. A constatação de que há, nos espaços por nós investigados, uma cultura administrada, um fazer cultural específico, que visa um consumidor específico (o turista), tanto em Serra Talhada quanto em Triunfo, remeuteu-nos ao uso da teoria da indústria cultural.

A cultura que se administra nos *loci* citados é a que se relaciona com a memória lampiônica. Esta memória é, pelos produtores culturais serratalhadenses e triunfenses, manipulada visando a uma finalidade específica: promover visibilidade dos espaços que representam. Isto denota a presença de uma racionalidade técnica na produção de um bem cultural (BOURDIEU, 2005), um agir que objetiva um fim específico (WEBER, 2010).

Diante das ações protagonizadas pelos produtores culturais das cidades investigadas, tomamos como referencial de análise de tais ações a teoria weberiana da ação social, mais principalmente a racional com relação a fins (WEBER, 2010). A adoção desse aporte teórico deriva-se do fato de que, referente à administração da memória lampiônica, o executado pelos produtores culturais de Serra Talhada e de Triunfo, mesmo que revele agir e objetivo semelhantes, diferencia-se no que concerne à estratégia utilizada.

A pesquisa de campo, ou seja, a parte empírica desta pesquisa, constituiu-se de entrevistas feitas tanto com os produtores culturais das cidades citadas – especificamente, os que trabalham com a memória lampiônica – quanto com seus cidadãos. Por parte dos produtores culturais entrevistados não houve qualquer resistência em falar, uma vez que, segundo eles mesmos, não se trata de uma disputa envolvendo a memória de Lampião e, por conseguinte, não há rivalidade.

Nada obstante esse discurso público pautado na cordialidade, o que verificamos na análise dos conteúdos das falas desses sujeitos é uma tentativa de desqualificação das ações um do outro. Ou seja, os de Serra Talhada apropriam-se da administração da memória lampiônica embasados na conterraneidade do cangaceiro; os de Triunfo, embora reconheçam legítima a territorialidade reivindicada pelos serratalhadenses, reivindicam direito à administração da memória do chamado Rei do Cangaço sob o discurso de que Lampião é história e, assim o sendo, é de todos e, ao mesmo tempo, não pertence a ninguém. Nas suas falas, os produtores culturais triunfenses lançam mão do fato de a sua cidade ter sido, para Lampião, lugar de refúgio.

Por sua vez, os cidadãos serratalhadenses e triunfenses entrevistados são possuidores de opiniões diferenciadas acerca das ações dos produtores culturais de suas cidades relacionadas ao uso da memória lampiônica. Os serratalhadenses não negam a importância do cangaceiro no referente à visibilidade dada à cidade, tanto nacional quanto internacionalmente, mas negam qualquer identificação com o

conterrâneo famoso. Este agir aponta para a constatação da vivência de uma identidade móvel, à qual lançam mão e a recusam, dependendo do momento vivenciado (HALL, 2006). Acerca disso discutimos em nosso estudo de mestrado, quando mostramos a significativa discrepância entre o que se diz e o que se pensa sobre Lampião, em Serra Talhada (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Os triunfenses inquiridos sobre o uso da memória lampiônica pelos produtores culturais de sua cidade como estratégia de agregação de valor turístico à cidade, mostraram-se resistentes à idéia. Afirmaram ser Triunfo suficientemente capaz de turisticamente vender-se a si mesma. Ademais, discordaram do fato da inserção do cangaceiro serratalhadense ao lado do careta triunfense, visto ser este promotor de identidade à espacialidade triunfense, aquele, por sua vez, elemento exótico e ameaçador à identidade citada. Verifica-se nesse agir dos cidadãos entrevistados o entendimento de que o elemento cultural “careta de Triunfo” promove a materialização de uma identidade que, quando por eles evocada, revela sentimento de territorialidade e este, por sua vez, funciona como reivindicador de pertencimento ao lugar de que se fala (BRANDÃO *apud* HAESBAERT COSTA, 1988).

Além de termos dado voz aos sujeitos citados, também fizemos incursão a fontes escritas e imagéticas. Dessa forma, empreendemos levantamento de notícias de jornais, acessamos acervos particulares que, quando examinados, revelaram-se ricos em informações sobre a ressignificação dada à memória lampiônica nos espaços investigados, principalmente em Serra Talhada. Foram feitos registros fotográficos, principalmente na cidade de Triunfo, que quando examinados, “falam” acerca de como Lampião é visto pelos produtores culturais daquele espaço.

Para responder as questões norteadoras desta tese, esta se encontra dividida em quatro capítulos:

No capítulo primeiro, ***A pessoa de Lampião e o discurso multifacetado que a envolve***, realizamos uma discussão acerca dos diversos discursos que envolvem a pessoa de Lampião. Foram levadas em consideração os âmbitos popular e acadêmico e mostradas as formas por que se representa o chamado Rei do Cangaço;

No capítulo segundo, ***Lampião: um produto do mercado turístico em Serra Talhada e Triunfo***, propomos todo um questionamento acerca de como se dá, à memória lampiônica, *status* de mercadoria. Dentro dessa discussão, trazemos à baila a teoria da indústria cultural e as ações do Estado brasileiro que a corroboram. Somado a isto, realizamos a análise dos conteúdos dos discursos reivindicatórios dos produtores culturais, em suas tentativas de justificar a exclusividade de uso da memória lampiônica;

No capítulo terceiro, ***O uso da memória lampiônica para a construção da identidade serratalhadense e agregação de valor à identidade triunfense***, são mostradas as intencionalidades dos produtores culturais, em Serra Talhada e Triunfo, que se utilizam da memória lampiônica como um meio objetivando um fim previamente determinado, fato que os mostra como autores de uma ação social do tipo racional com relação a um objetivo;

No quarto capítulo, ***A mercadorização da memória lampiônica em Serra Talhada e Triunfo***, objetivamos oferecer uma explicação acerca da finalidade da construção da neoidentidade serratalhadense e da valorização da identidade triunfense. Nessas duas ações, utiliza-se a memória lampiônica, de maneira diferenciada, mas com intencionalidade semelhante.

Por último, nas **Considerações Finais**, apresentamos os principais resultados alcançados com a pesquisa e esperamos que tal investigação sirva à curiosidade acadêmica e incentive a que outros estudiosos continuem a pesquisar objeto tão multifacetado e rico em interpretações.

CAPÍTULO I – A PESSOA DE LAMPIÃO E O DISCURSO MULTIFACETADO QUE A ENVOLVE

O Cangaço foi palco de atuação de diversos nomes que angariaram celebridade. Antônio Silvino, o “Rifle de Ouro”; Corisco, o “Diabo Louro” e “Sinhô Pereira”, “O preceptor de Lampião”, podem ser citados como atores de destaque na saga cangaceira. Todavia, nenhum dos cangaceiros citados, talvez nenhum outro, tenha sua pessoa enredada em complexidade discursiva como ocorre com Lampião.

Não se sabe a que se atribui essa polissemia discursiva que envolve a pessoa do Rei do Cangaço. Talvez, um inventário das ações do cangaceiro registradas na literatura lampiônica existente – articulações feitas com poderosos coronéis, corrupção empreendida a membros da alta oficialidade policial e montagem de eficiente rede de informantes, os chamados coiteiros (CHIAVENATO, 1990); demonstração acentuada de religiosidade e docilidade no trato dispensado a sua companheira, Maria, a Bonita (SOUZA, 1997); trato impiedoso dispensado aos inimigos e desafetos (MACEDO, 1995); emprego de estratégia assemelhada à vivenciada por militares de carreira (RODRIGUES DE CARVALHO, 1977) – se constitua elemento determinante para que não poucos epítetos existam na tentativa de defini-lo.

A inexistência de um discurso unívoco sobre Lampião muito possivelmente exerce atratividade em relação a sua pessoa, promovendo discussões diversificadas sobre o seu ser e o seu fazer cangaceiro. Diante dessa realidade, os produtores culturais que se debruçam sobre a saga lampiônica, parecem perceber que a detenção do monopólio da memória do cangaceiro se constitui trunfo por que se viabiliza a consecução de suas intencionalidades: a obtenção de identidades espaciais e, com elas, a mercadorização de tais espaços, como ocorre nas cidades de Serra Talhada e Triunfo, no Médio Pajeú pernambucano, que estabelecem disputa acerca da memória lampiônica, objeto desta tese.³

³ Outros exemplos de ações de produtores culturais são os verificados nas cidades de Poço Redondo, em Sergipe, onde há um monumento ao cangaceiro e que se mostra como locus de maior fornecimento de cangaceiros sob a chefia lampiônica, além de se dizer berço do mais famoso dos coiteiros do cangaceiro, Pedro de Cândida, que o traiu, e de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que se jacta de ter sido bastião de resistência ao ataque promovido à cidade por Lampião. (Nota do autor);

Desse modo, por existir complexidade na dissertação da personalidade lampiônica e por entendermos que isso se constitui elemento que chama a atenção das pessoas em relação a sua saga, adiante procuramos mostrar, nas literaturas de cordel e acadêmica, as múltiplas faces atribuídas ao Rei do Cangaço.

No que concerne à literatura que circula no âmbito acadêmico, recuperamos o que foi dito em nossos estudos de mestrado, *A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada – PE* (2010), quando expomos três óticas por que se vê Lampião: *o proto-revolucionário das lutas camponesas* (FACÓ, 1968); *o cangaceiro burguês escudado na ética* (MELLO, 2004) e, *o promotor de alianças com coronéis, homens de confiança, elites e polícia*. Além disso, acrescentamos uma nova discussão, a de Lampião ser visto como *bandido social* (HOBSBAWM, 2010).

No referente ao uso da literatura de cordel como fonte de pesquisa, o fazemos por diversos motivos:

Primeiro, porque tudo que se diz no cotidiano social interessa ao sociólogo, principalmente o que é dito sobre o seu objeto de pesquisa;

Segundo, porque o cordel se revela como sendo espaço onde muito se diz sobre Lampião, mais principalmente, espaço onde o cangaceiro é, de maneira majoritária, representado positivamente, fato que, muito provavelmente, venha a denunciar uma identificação com ele, quiçá um reproduzir daquilo que, referente à sua personalidade, povoa o ideário popular;

Terceiro, porque tanto em Serra Talhada quanto em Triunfo, o cordel é usado como ferramenta de significativa importância na construção dos discursos dos produtores culturais, quando intencionam dar à memória lampiônica o direcionamento que satisfaz às suas demandas;

Em Serra Talhada, usou-se o cordel “A chegada de Lampião no inferno” para produzir uma peça teatral que se constitui o ponto inicial do processo de glorificação dada ao cangaceiro na cidade. Em Triunfo, objetivando agregar valor à função turística exercida pela cidade, foi confeccionado um cordel, “Os passos de Virgulino em Triunfo”, cujo conteúdo analisamos neste trabalho. Diante disso, a literatura de cordel se revela importante à pesquisa por nós desenvolvida.

1.3. Literatura de cordel: a majoritária representação positiva de Lampião

Pode-se definir a literatura de cordel como um gênero literário popular onde a oralidade e a memória se constituem fronteiras simbólicas entre o passado e o presente, a tradição e a modernidade, o antigo e o novo, enquanto elementos que possibilitam pensar inúmeras questões do tempo presente. Ademais, o cordel é veículo através do qual os “sem-voz” se expressam, pois, segundo Nemer (2005, p. 22), “por meios de suas alegorias, de sua forma peculiar de criar imagens, oferece um contraponto às visões traçadas do alto”. Ou seja, a literatura de cordel se propõe a contar a história de “baixo para cima”. Isto ocorre com certa desenvoltura, uma vez que “se a mentalidade do homem é basicamente a mesma, e as diferenças ocorrem, sobretudo, nas suas manifestações, estas devem ser relacionadas às condições do meio social e cultural” (CANDIDO, 2000, p. 39).

O Sertão, pedaço maior do Nordeste⁴, é palco de grande circulação da literatura de cordel e isso se explica, segundo Nemer (2005, p. 22), porque “esse pedaço do Nordeste tem particularidades que, de certo modo, explicam o uso de uma forma de comunicação própria, diferente daquela que se desenvolve nas demais regiões do país”. Uma das peculiaridades do Sertão nordestino é o cangaço e nele, a figura principal é Lampião. Abaixo uma xilogravura capa de um folheto de cordel:



Fig. 1: Xilogravura de Lampião e Maria Bonita
Fonte: José Lourenço

⁴O Nordeste é possuidor de quatro sub-regiões: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. O Sertão é a sua maior parte.

Antes de enumerar os elogios dados a Lampião nos cordéis sertanejos, convém esclarecer o porquê dos mesmos, ou seja, necessário se faz entender como alguém fora-da-lei e autor de ações perversas, como, por exemplo, castrações, esfolações, estupros, sangramentos e extermínio de famílias inteiras, pode ser alvo de representações positivas.

Durante significativo espaço de tempo, o Sertão nordestino vivenciou a ausência do Estado enquanto monopolizador da violência, ou seja, objetivando a ocupação dos espaços para as boiadas, foi conferido o exercício da violência a terceiros⁵, àqueles que se deslocavam do litoral e se dispunham a povoar o desconhecido.

Desconhecedores das condições mesológicas⁶ e humanas da região para onde se direcionavam, esses sujeitos faziam do binômio possibilidade de ascensão social / autonomia de ação a força motriz para encarar o desafiador empreendimento de “domesticar” o Sertão, que segundo Vieira (2007, p. 2), era “tratado sempre com a noção de lugar afastado, terra distante, terra sem lei, local povoado por bárbaros indígenas, sempre colocado em contraposição ao litoral e à cidade”.

Assim, a prática da violência se tornou elemento corriqueiro, experimentando naturalização, uma vez que, segundo Nemer (2005, p. 37), “nessa região, onde o único poder vigente era a bala, os duelos, os tiroteios e as emboscadas faziam parte do dia-a-dia da população que se acostumou a admirar e a cantar os feitos daqueles que se mostravam mais destemidos”.

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2008), são constitutivos da sociabilidade nordestina o discurso e o culto à violência e, estes, por sua vez, elementos determinantes na construção da identidade regional. Assim, a violência se revela como elemento essencial à construção da macheza, *ethos* gerador de capital social (BOURDIEU, 2007), uma vez que, “nessa sociedade, o mole não se mete, não há lugar para homens fracos e covardes”. (ALBUQUERQUE Jr., 1999, p. 178),

A sociabilidade citada gera, por sua vez, a tradição de narrar atitudes de violência na produção cultural popular, mais especificamente, nos cordéis, que circulam nas feiras das cidades sertanejas. Dentre as atitudes de violência narradas

⁵Aqui se verifica o Estado - “considerado como a única fonte do direito de usar a violência” – fazendo uso de uma de suas prerrogativas: “conceder a outras instituições ou pessoas o direito de usar a força física”, WEBER (1967, p. 56).

⁶Relativo ao meio físico ou às condições do meio ambiente.

nos folhetos de cordel, é recorrente aquela praticada por pessoas desfavorecidas, que segundo Albuquerque Jr. (*Idem*), “parece exercer um fascínio sobre a massa de homens dominados e submetidos a relações de poder as mais discricionárias possíveis; a virilidade do dominador é aí reafirmada”.

No Sertão nordestino, à valentia é emitido elogio, qualquer que seja seu autor. Não há preocupação em se avaliar os desdobramentos da exteriorização da ação do valente, que é tomada como sinônimo de macheza, denunciando a idéia fálica como componente significativo da estereotipia da região (ALBUQUERQUE Jr., 2003). O que se levava (em muitos locais, ainda se leva) em conta no Sertão, quando de uma prática violenta, era a razão motivadora, a força motriz do ato, não o ato em si mesmo. Assim, o valente era tido como “uma espécie de vítima de uma sociedade onde a lei correspondia à força bruta e a violência justificada pela necessidade de preservar a honra” (NEMER, 2005, p. 37).

Lampião se encaixa nesse estereótipo de injustiçado socialmente, pelo menos no que se refere ao imaginário popular sertanejo. Assim, no cordel, a coragem lampiônica para enfrentar a injustiça é vista como um aspecto positivo que reabilita o cangaço de seus crimes. A morte do pai de Lampião justifica sua entrada para o cangaço e as atrocidades cometidas:

Assim como sucedeu / ao grande Antônio Silvino, / sucedeu da
mesma forma / com Lampião Virgulino, / que abraçou o cangaço /
forçado pelo destino... / Porque no ano de Vinte / seu pai fora
assassinado / da rua da Mata Grande / duas léguas arredado... /
Sendo a força da Polícia / Autora desse atentado/ Lampião desde
esse dia / jurou vingar-se também, / dizendo: - foi inimigo, / mato, não
pergunto a quem... / Só respeito nesse mundo / Padre Cisso (sic) e
mais ninguém!⁷.

O cordelista justifica o ingresso de Virgulino Ferreira (Lampião) no cangaço evocando a vingança como elemento instigador desse ingressar. Percebe-se aí o lançar mão de uma ética, a honra, para aderir à vida de crime proporcionada pelo cangaço. Tratava-se do cangaço de vingança, um dos três tipos de sua modalidade, sendo os outros, o de refúgio e o de meio de vida (MELLO, 2004).

Outra representação positiva de Lampião nos cordéis é a de pessoa justa, cujas atitudes exigem direitos e deveres a todos, conforme se verifica nos versos abaixo, quando, segundo o poeta, após a prisão de Antônio Silvino, começa o

⁷Leandro Gomes de Barros. “Lampião e o Cangaço”.

reinado lampiônico nos sertões nordestinos, revelado a partir de decretos do Rei do Cangaço:

Diz o primeiro decreto/No seu artigo primeiro:/Todo e qualquer sertanejo/Negociante ou fazendeiro/Agricultor ou matuto/Tem que pagar tributo/ Que se deve ao cangaceiro/No parágrafo primeiro/Desse artigo ele restringe/A lei somente aos ricos/Dizendo: a lei não atinge/Ao pobre aventureiro/Pois que não possui dinheiro/Diz que não tem e não finge.⁸

Ainda que retrate Lampião como déspota, o poeta traduz o cangaceiro como perpassado pelo viés da justiça, uma vez que exime o pobre das suas exigências e, aos ricos, verticaliza o seu querer. Talvez, no ideário do poeta povoe a convicção de que o rico somente assim se faz porque explora o pobre.

A convicção da vida criminosa que levava e o desejo de deixá-la, deixando transparecer a idéia de ser a vida cangaceira algo que lhe era imposto pelo sistema social da época e não uma escolha voluntária. Tal fato se constitui em mais uma representação positiva da personalidade lampiônica presente nos cordéis sertanejos. Isto se revela no excerto abaixo, que registra um suposto diálogo entre Lampião e o Padre Cícero:

Disse-lhe o padre: Meu filho/Não persista no pecado/Deixe a carreira dos crimes/Se torne um regenerado/Se me promete deixar/Lhe prometo trabalhar/Pra você ser perdoado/Lampião lhe respondeu/Padre muito agradecido/Não posso deixar agora/Porque estou comprometido/A tomar certas vinganças/Porém tenho esperanças/De deixar de ser bandido.⁹

Além de mostrar-se convencido da vida de crimes, também pesa positivamente sobre a pessoa de Lampião o respeito demonstrado à autoridade do sacerdote de Juazeiro do Norte que, no imaginário sertanejo gozava status de santo e de, junto aos outros santos, intercessor de Lampião. Verifique-se no texto que não existe recalcitrar do cangaceiro em relação à solicitação do padre, mas um postergar em lhe obedecer.

Tomemos, agora, dois folhetos que são considerados entre os clássicos da literatura de cordel que aborda a vida de Lampião: “A Chegada de Lampião no Inferno”, de autoria de José Pacheco e, “A Chegada de Lampião no Céu”, cujo autor

⁸Francisco das Chagas Batista: “Os Decretos de Lampião”.

⁹Francisco das Chagas Batista: “Conselhos de Padre Cícero a Lampião”.

é Rodolfo Coelho Cavalcanti. A intenção de reportagem a essas duas obras é continuar mostrando as representações positivas feitas pelos cordelistas ao Rei do Cangaço, acontecidas em um “plano extraterreno”.

Sinônimos como arrojado, valente, destemido e, principalmente convicção de que sua pessoa impõe terror aonde chega são elementos que se fazem presentes em a “Chegada de Lampião no Inferno”:

Vamos tratar da chegada / Quando Lampião bateu /Um moleque
ainda moço / No portão apareceu /Quem é você, cavalheiro? /
Moleque eu sou cangaceiro / Lampião lhe respondeu / Moleque, não,
sou vigia / E não sou seu pariceiro / E você aqui não entra /Sem dizer
quem é primeiro / Moleque, abra o portão /Saiba que sou Lampião
/Assombro do mundo inteiro.¹⁰

Nesta obra Lampião também é retratado como justiceiro dos malefícios terrenos que, no imaginário sertanejo cristão, decorrem das ações perversas de Satanás. Assim, seu *ethos* justiceiro se revela quando, “representando todos os viventes, vai ao inferno para dar uma surra no cão”, (LUNA, 2006, p. 12). O afirmado é mostrado no excerto abaixo, quando Lúcifer acusa o golpe recebido, decorrente do efeito de uma briga travada entre seus liderados e Lampião, quando da visita do cangaceiro ao inferno:

Reclamava Lúcifer: /Horror maior não precisa/Os anos ruins de
safra/Agora mais esta pisa/ Se não houver bom inverno/Tão cedo
aqui no inferno/Ninguém compra uma camisa.¹¹

Quando empreende desfecho à narrativa, o poeta confere a Lampião invencibilidade, uma vez que derrota hostes espirituais. Além disso, também confere ao cangaceiro um epíteto somente atribuído à divindade superior: onipresença:

Leitores, vou terminar / Tratando de Lampião / Muito embora que não
possa / Vou dar a explicação / No inferno não ficou / No céu também
não entrou / Por certo está no sertão.¹²

Em “A Chegada de Lampião no Céu”, as representações sobre o cangaceiro divergem das que lhes foram dadas na sua estada no inferno. Primeiro, ressaltada é

¹⁰ José Pacheco; “A Chegada de Lampião no Inferno”.

¹¹ *Idem.*

¹² *Idem.*

a sua religiosidade, expressada na devoção que tem ao Padre Cícero e a Nossa Senhora das Dores, sua madrinha. Veja-se o diálogo que trava com São Pedro:

São Pedro disse está bem/ Acho melhor dar um fora/Lampião disse: Meu Santo/Só saio daqui agora/Quando ver o meu padrinho/Padre Cícero Meu filhinho/Esteve aqui mas foi embora / Então eu quero falar/ Com a santa mãe das Dores/Disse o Santo: Ela não pode/Vir aqui ver seus clamores/Pois ela está resolvendo/Com o filho intercedendo/Em favor dos pecadores/Então eu quero falar Com Jesus crucificado/Disse São Pedro: Um momento/Que eu vou dar seu recado/Com pouco o Santo chegou/Com doze Santos escoltado.¹³

Também se mostra Lampião como sendo vítima da sociedade em que viveu, como alguém a quem não foi dada opção nenhuma senão a de ser cangaceiro. Em seu diálogo com Jesus Cristo, o cangaceiro busca justificar sua vida pregressa, afirmando ter sido obrigado à vivência no erro:

Chegando no Gabinete/Do glorioso Jesus/Lampião foi escoltado/Disse o varão da cruz:/Quem és tu filho perdido/Não estás arrependido/Mesmo no reino da luz?/Disse o bravo Virgulino:/Senhor, não fui culpado/Me tornei um cangaceiro/Porque me vi obrigado/Assassinaram meu pai/Minha mãe quase se vai/Inclusive eu coitado.¹⁴

Também é representado um Lampião desconhecedor do alcance de suas ações, que não dispõe de consciência do nível de atrocidades que cometeu. Isto se vê nas estrofes abaixo, quando é registrado o diálogo de Lampião com São Pedro:

Se você amou o próximo/De todo o seu coração/O seu nome está escrito/No livro da salvação/Porém se foi um tirano/Meu amigo não lhe engano/Por aqui não entra não/Lampião disse está bem/Procure que eu quero ver/ Se acaso não tem aí/O meu nome pode crer /Quero saber o motivo/Pois não sou filho adotivo/Pra que fizeram-me nascer?/São Pedro criou coragem/E falou pra Lampião/Tenha calma cavalheiro/Seu nome não está aqui não/Lampião disse é impossível/É uma coisa que eu acho incrível/Ter perdido a salvação.¹⁵

¹³ *Idem* (2006, p. 2).

¹⁴ Rodolfo Coelho Cavalcanti: "A Chegada de Lampião no Céu".

¹⁵ *Idem* (2006, p. 1).

O poeta finaliza descrevendo o julgamento a que Lampião é submetido. No tribunal celestial, o cangaceiro recebe acusação de um enviado do Diabo, porém é defendido por Nossa Senhora, que, por ele, intercede junto a Jesus, o juiz do tribunal:

Foi Lampião novamente/pelos Santos escoltados/Na presença de Jesus/foi lampião colocado/Acompanhou por detrás/O tal cão de Ferrabrás/De Lúcifer enviado/Formou-se logo o júri/Ferrabrás o acusador/Lá no santo tribunal/Fez papel de promotor/ Jesus fazendo o jurado/Foi a virgem o advogado/Pelo seu divino amor...

Percebe-se, dessa forma, que a representação de Lampião na literatura de cordel aqui apresentada é positiva. Mesmo que controversa, a personalidade do cangaceiro no folheto é, pode-se dizer, o reflexo do ideário sertanejo, que a Lampião mitificou (LUNA, 2006). Verdade é que não se deve absolutizar a questão. Ou seja, não se trata de afirmar ser positiva a representação de Lampião em toda a produção cordelística que o retrata, porém, verifica-se que, em sua grande maioria, os folhetos de cordel que abordam a temática lampiônica o fazem dando ao cangaceiro glorificação.

1.2. Literatura Acadêmica: a representação diversificada de Lampião

Não são poucos os autores que tratam da temática cangaço Lampiônico, cujas obras circulam no espaço acadêmico. A produção que resulta de suas investigações se mostra diversificada no referente à estereotipia que promovem a Lampião, trazendo à tona um cangaceiro multifacetado. Aqui serão expostas algumas das representações lampiônicas conhecidas do meio acadêmico: a revolucionária, a burguesa, a corruptora e a de bandido social ¹⁶.

¹⁶Os três primeiros estereótipos são recuperados de nossa pesquisa de mestrado intitulada: A apropriação da memória Lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada – PE (2010).

1.2.1. Lampião, o proto revolucionário das lutas camponesas

A classificação de “proto revolucionário das lutas camponesas” é de Rui Facó, em seu livro “Cangaceiros e Fanáticos” (1968), e pode ser considerada talvez o marco original da historiografia no Brasil sobre o tema. Inspirada no marxismo e com idéias que se aproximam das de Eric Hobsbawm, em “Bandidos” (1976), sua interpretação do cangaço parte do pressuposto que os cangaceiros representam uma forma de luta ativa contra a opressão do latifúndio. Segundo Silva (1996), sua obra é um elemento capital do processo de apropriação do imaginário, no qual o cangaceiro se transforma em um proto-revolucionário, símbolo da luta por uma reforma agrária. Defende Rui Facó (1983), referindo-se à desdita que marcava a vida do sertanejo e que, segundo ele, teria sido elemento promotor de seu ingresso no cangaço:

Nas terras dos grandes proprietários, eles não gozam de direito algum político, porque não têm opinião livre [...] a sorte desses infelizes em nada difere da dos servos da Idade Média [...] **Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma “saída” nos grupos de cangaceiros** [...] sonhando a conquista de uma vida melhor. E muitas vezes lutando por ela a seu modo, de armas nas mãos. Eram eles o fruto da decadência de um sistema econômico-social que procurava sobreviver a si mesmo. (FACÓ, 1983, p.21) (Grifos nossos).

O contexto histórico onde se constrói esse simbolismo em torno do cangaceiro e, conseqüentemente, em torno de Lampião, é o que se situa dos finais dos anos 1950 e início dos anos 1960. Esse espaço de tempo é o cenário onde atuará Francisco Julião Arruda de Paula, advogado e fundador das Ligas Camponesas em Pernambuco, que vai, segundo Sá (2006, p. 177), “reivindicar os cangaceiros como elementos pioneiros de seu combate”. Considerando os cangaceiros como ancestrais das Ligas Camponesas, segundo Silva (1996), os intelectuais marxistas transformaram os cangaceiros em um instrumento político, historicamente determinado e ainda de acordo com Sá (2006), tal visão sobre o cangaço é

[...] uma resposta à opressão do latifúndio e a um aparelho judicial corrupto e ineficaz, constituiu-se, por longo tempo, na base das interpretações sobre o fenômeno, que vai, inclusive, reverberar no resgate da memória do cangaço elaborado pelos militantes dos movimentos sociais no Nordeste. (SÁ, 2006, p.177).

A afirmação do teórico citado encontra ratificação em ações protagonizadas, por exemplo, em Serra Talhada, quando da comemoração do centenário de nascimento de Lampião, em 1997. Naquela ocasião, o produtor cultural Anildomá Willians de Souza, fundador e presidente da Fundação Cultural Cabras de Lampião, a quem, SÁ (2006), atribui o resgate positivo da imagem do cangaceiro naquela cidade, chamou a atenção da imprensa pernambucana ao convidar Jaime Amorim, líder maior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em Pernambuco, para participar do Tributo a Virgulino¹⁷.

Entrevistado pelo Jornal do Comércio, o produtor cultural justificou o convite, reportando-se à questão do latifúndio: “os coronéis continuam mandando do mesmo jeito, enquanto a polícia, por sua vez, age com a mesma violência dos soldados da volante quando o objetivo final é acabar com as ocupações do MST”, (TINOCO, 1997). Posteriormente, dessa feita falando ao jornal O Estado de São Paulo, demonstra insistir na existência de uma relação histórica entre MST e cangaço e, segundo Athias (1998, p.3), assim se expressa: “os dois movimentos chamaram a atenção para o abandono do Sertão”.

1.2.2. Lampião, o cangaceiro burguês escudado na ética

Na obra “Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil” (2004), Frederico Pernambucano de Mello, defende ter sido Lampião um cangaceiro que se insere no rol dos que fizeram do cangaço um meio de vida e, para justificar sua escolha, lançaram mão da cultura da honra e da vingança como escudos éticos.

À compreensão da afirmação feita, pensa-se ser necessário deixar claro que, dentro do universo chamado cangaço, houve práticas de cangaços diferenciadas. Ou seja, no que se refere ao cangaço epidêmico ou independente, três, pelo menos,

¹⁷ Evento criado por Anildomá Willians, em 1994 e que se realiza sempre na última semana de julho, quando se comemora aniversário de morte de Lampião. Sobre este evento, discutiremos adiante, no capítulo 4, onde tratamos da construção da identidade de Serra Talhada.

foram às formas por que existiu: meio-de-vida, vingança e refúgio. Segundo Mello (2004), os tipos são assim explicados:

A primeira forma caracteriza-se por um sentido nitidamente existencial na atuação dos que lhe deram vida. Foi a modalidade profissional do cangaço, que teve em **Lampião** e Antônio Silvino seus representantes máximos. O segundo tipo encontra no finalismo da ação guerreira do seu representante, voltada toda ela para o objetivo da vingança, o traço definidor mais forte. Foi o cangaço nobre, das gestas fascinantes de um Sinhô Pereira, um Jesuíno Brilhante ou um Luís Padre. Na terceira forma, o cangaço figura como última instância de salvação para homens perseguidos. Representava nada mais que um refúgio, um esconderijo, espécie de asilo nômade das caatingas. (MELLO, 2004, p. 89) (Grifo nosso).

Não se deve negar que, em um primeiro momento, o ingresso no cangaço foi, para os irmãos Ferreira, inclua-se Virgulino, decorrente do desejo de vingança, uma vez que, direta e indiretamente, teriam os seus pais morrido em decorrência da questão travada com Zé Saturnino, latifundiário à época.

Todavia, a longevidade cangaceira vivenciada por Lampião – cerca de mais ou menos vinte anos – contraria a característica que perpassava a vida cangaceira motivada pela vingança. Segundo Mello (2004), os vivenciadores desse tipo de cangaço não se tornaram celebridades em armas e, muito menos, elásticos da vida errante de crimes que marcava o cotidiano de um cangaceiro:

Não se deve atribuir nesse campo importância tão dilatada à vingança como força emuladora de vocações para o cangaço. Os bandidos que **sinceramente** a esta se dedicaram não foram os de maior celebridade nas armas. **Tiveram período de lutas de duração relativamente pequena**, quase nunca ascendendo à chefia de grupo [...] Por outro lado, não tendo interesses além da simples realização da sua vindita, não lhes assistiam as qualidades de verdadeiro administrador requeridas aos chefes de grupo. (MELLO, 2004, p. 116) (Grifos nossos).

O escasso período de atividade devia-se ao fato de que, realizada a vingança ou constatada a possibilidade de levá-la a efeito, tornavam à vida normal, uma vez que o dia a dia cangaceiro era algo que, normalmente, estabelecia contraste com o cotidiano anteriormente vivenciado. Exemplo significativo é, segundo Mello (2004, p.

127), o de Sinhô Pereira que após matar Antônio da Umburana, não vacilou em entregar o grupo a um sucessor – Lampião – e abandonar o Pajeú.¹⁸

Uma leitura mais meticulosa sobre o fenômeno do cangaço mostra que a tese da vingança como justificativa para o adentramento à vida cangaceira e a permanência nela não se sustenta, bem como não se sustenta ter sido o cangaço meramente um veículo de vingança. Ou seja, a vida do cangaço era algo querido, desejado. Na opinião de Mello (2004), a realidade do Sertão era algo determinante à adesão à vida cangaceira, enquanto meio por que se experimentaria aventura:

Num Sertão profundamente conturbado pelas disputas entre chefes políticos, lutas de famílias, ausência de manifestações rígidas e eficazes de um poder público longinquamente litorâneo; Sertão povoado por um tipo de homem individualista, sobranceiro, autônomo, desacostumado a prestar contas dos seus atos, influenciado pelos exemplos de bravura dos cavaleiros medievais; Sertão que tinha no épico seu gênero maior, fazendo vivas as páginas de um *Carlos Magno e os Doze Pares de França* [...] num Sertão assim anormal a olhos urbanos, o cangaço representava, na verdade, uma ocupação aventureira, um ofício epicamente movimentado, um meio de vida, ou até mesmo um amadorismo divertido de jovens socialmente bem situados, carentes de afirmação. (MELLO, 2004, p.116-117)

Para Macedo (1975), a vida livre e autônoma do cangaceiro, bem como a acessibilidade à riqueza e às mulheres, era algo que empreendia sedução a muitos jovens da época. Na concepção de Sobreira (1969, p. 20), naqueles idos, “ostentar valentia, desmanchando sambas¹⁹ e espalhando terror nas festas, era o melhor roteiro que um rapazinho imberbe descobria para se notabilizar entre os seus conterrâneos”. Ferraz (1978, p. 92), corrobora com Macedo (1975), quando afirma que “rapazes das melhores famílias, sem motivo aparente, sumiam de seus lares e se uniam a grupos de bandidos, levados por excessiva imaginação a uma atividade

¹⁸ Sinhô Pereira, na verdade Sebastião Pereira da Silva, foi chefe de cangaceiros na região do Pajeú pernambucano. Seu cangaço era o de vingança contra membros da família Carvalho. Sebastião Pereira foi o precursor do cangaço serra-talhadense, que se constituiu a partir de desavença entre os clãs Pereira e Carvalho. Foi quem acolheu os irmãos Ferreira, quando de seu retorno ao Pajeú, vindos de Alagoas, com o objetivo de vingar-se de José Saturnino, desafeto seu. O cangaceirismo empreendido por Sinhô destoava do lampiônico, uma vez que era estimulado exclusivamente por desejo de vingança em relação à família Carvalho, não se observando a pilhagem, a extorsão e o sadismo, traços característicos daquele protagonizado por Lampião. (FERREIRA Jr. 2007_a, p. 02)

¹⁹ Samba é nomenclatura que, costumeiramente, em algumas partes do sertão nordestino, funciona como equivalente a forró (Nota do autor).

em que julgavam encontrar heroísmo e fama”. Significativo é o depoimento do deputado estadual pernambucano Maviael do Prado (*apud* MELLO, 2004), transcrito no relatório sobre o ano de 1928 da Repartição Central de Polícia de Pernambuco:

E enquanto, por um lado, a ação do cangaceirismo perturbava, por essa maneira, o império da justiça e da ordem, levando pavor aos seios das famílias e criando uma segurança arruinadora ao comércio do Nordeste, cujos comboios de mercadorias eram assaltados e saqueados nas estradas, por outro lado, quem quer que percorresse o sertão constatava um fenômeno social gravíssimo: entre os adolescentes, entre a flor em botão da mocidade, as façanhas dos bandoleiros, repetidas com vivas cores de bravura e arrojo, despertavam um entusiasmo deletério, predispondo as almas mal formadas para aquela vida aventurosa e trágica do cangaço. (PRADO *apud* MELLO, 2004, p.152)

O gostar da vida do cangaço era claramente perceptível em Lampião, fato que contraria o paradigma de honra e vingança construído por Vera Ferreira, neta do cangaceiro, que, segundo Santos (2009, p. 32), “é o referente daquele representado em folhetos de cordel, sobretudo, os editados até meados da década de 1930”.

Quando se afirma gostar Lampião do que fazia, faz-se embasado em falas suas, nas quais, mais de uma vez declarou ser o cangaço, para ele, um meio de vida, um negócio. Uma dessas ocasiões é registrada por Rodrigues de Carvalho (1977), tendo como cenário a casa do sogro de Lampião, Zé de Felipe, na fazenda Malhada da Caiçara, à época pertencente ao município de Santa Brígida e hoje, ao de Paulo Afonso, ambos localizados no Sertão baiano. Ali teria se travado o seguinte diálogo:

Felipe lhe disse a guisa de conselho:

---- “Home, dêxe essa vida! Corte esses cabelos, tire esses orco, mande fazer dois ou três liforme di gasimira da boa, jogue esse fuzí i essas cartuchêra pro meio dus inferno, i abra nu oco du mundo! Óia rapais, u mundo é mole i nós semo duro. A gente fura ele di meio a meio”.

A resposta foi negativa. Lampião olhou para o mosquetão encostado num canto de parede. As cartucheiras pendentes de um torno, pensou um instante e disse com certa indiferença:

---- “Quá u quê, Zé. **Eu já to tão acostumado cum essa vidinha...**”. (CARVALHO, 1977, p. 313) (Grifos nossos).

Em outra ocasião, dessa feita na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, onde se encontrava a convite do padre Cícero Romão Batista para ingressar nas Forças

Legais e empreender combate à Coluna Prestes, Lampião deixou claro que, para ele, o cangaço era um negócio, no qual se dava bem e não pretendia abandoná-lo imediatamente. Isto se encontra registrado em entrevista concedida ao médico Otacílio Macedo, da cidade do Crato, que foi publicada no Jornal O Ceará, edição de 17 de março de 1926. De acordo com Mello (2004), quando perguntado sobre a possibilidade de abandonar o cangaço, Lampião responde fazendo outra pergunta:

---- Se o senhor estiver em um **negócio** e for se dando bem com ele, pensará porventura em abandoná-lo?
---- Está claro que não! – responde o jornalista. O bandido então arremata:
---- Pois é exatamente o meu caso, **porque vou me dando bem com este negócio não pensei em abandoná-lo.**
---- Em todo caso, pretende passar a vida toda neste “negócio”?
---- Não sei... Talvez... **Preciso trabalhar ainda uns três anos.** Tenho alguns “amigos” que quero visitá-los, o que ainda não fiz, esperando uma oportunidade. (MELLO, 2004, p. 118) (grifos nossos).

Outro testemunho acerca do cangaço como meio de vida ter sido praticado por Lampião encontra-se nas memórias de Optato Gueiros, em seu livro “Lampião: memórias de oficial ex-comandante de forças volantes” (1953). Nesta obra, registra Gueiros (1953, p. 86) que Lampião, ao ser perguntado por que não fez fogo contra uma volante que passara nas proximidades do lugar onde estava acampado, em Serrote Branco, Pernambuco, teria assim se expressado: “Ah! Menino! Isso aqui é meio de vida. Se eu fosse atirar em todos os macacos que eu vejo, já teria desaparecido”.

De outra feita, ainda no livro citado, Optato Gueiros (1953), revela, com mais detalhes, o uso do cangaço, por parte de Lampião como meio de vida. Pormenoriza uma das práticas componentes do lucrativo negócio empreendido pelo Rei do Cangaço: a sua atuação como revendedor de munição aos seus cabras;

Recebia Lampião em seu bivaque **cargas e mais cargas de munições adquiridas a cinco mil réis à bala, que era distribuída aos seus fiéis servidores a dez mil réis.** Na proporção que estava sendo gasta a munição revendida por ele, **ganhando cem por cento, seria o bastante para Lampião enriquecer, acumulando milhões [...] calcula-se haver durado esse estado de coisas quatro anos,** até quando foi morto, na toca da fazenda Angicos, seu covil mais privilegiado. (GUEIROS, 1953, p. 128) (Grifos nossos).

Verificando-se a excepcionalidade do cangaço ser veículo por que se efetivaria vingança e, verificando-se a contundência do uso do mesmo para o usufruto de benefício próprio, convém examinar o que necessariamente significava o uso da terminologia vingança enquanto elemento justificador do ingresso de alguém no cangaço, uma vez que, majoritariamente, atribui-se a ela a vocação cangaceira, sendo isto elemento que perpassa grande percentual da literatura que trata do fenômeno.

No Sertão, para muitos território onde a desfeita não se deixa de lado, não é discurso estranho a justificativa da vingança para o ingresso no cangaço. Nessa parte do Nordeste, era (para muitos ainda é) sobremodo receptivo pelo sertanejo o desejo de vingança que exista em alguém, decorrente de ofensas sofridas. No imaginário daquela gente era (continua sendo, para muitos) perfeitamente justificável matar, quando tal ação tinha como causa uma ofensa sofrida, fosse moral ou física. Todavia, roubar era atitude imperdoável. Sobre isto formula Mello (2004)

Muito se tem falado nos paradoxos da chamada moral sertaneja. No Nordeste, talvez melhor que em qualquer outra região, sente-se à existência desse quadro de valores inconfundível em muitos dos seus aspectos. Chega a ser quase impossível, por exemplo, explicar ao homem do Sertão do Nordeste as razões por que a lei penal do país – informada por valores urbanos e litorâneos que não são os seus – atribui penas mais graves à criminalidade de sangue, em paralelo com a que comina punitivamente para os crimes contra o patrimônio. **Não se perdoo o roubo no Sertão, havendo, em contraste, grande compreensão para com o homicídio.** (MELLO, 2004, p.126) (grifos nossos).

A parte em negrito no excerto parece trazer à tona uma contradição tremendamente significativa: como aceitar o cangaceiro se, para sua sobrevivência e ou acúmulo de riqueza, empreendia roubos? A esta pergunta existe resposta que, no ideário sertanejo à época era desconstrutora do iminente paradoxo: cangaceiro não roubava, tomava pelas armas. Veja-se a confirmação no diálogo travado, segundo Macedo (1975), entre o cangaceiro Jararaca e o coronel Sabóia, em Mossoró, Rio Grande do Norte, depois de fracassada investida contra a cidade, que resultou na prisão desse membro do grupo de Lampião:

---- Você é um cabra forte e, ao invés de viver defendendo a legalidade, anda por aí, assaltando, matando, roubando, seu ladrão! O bandido estremeceu ao ser chamado de ladrão.
---- Não sou ladrão, não senhor, coronel. Me chame de assassino, mas não me chame de ladrão. Eu não furto, coronel, eu tomo pelas armas! E quando encontro um mais forte, veja o que acontece: estou preso... (MACEDO, 1975, p. 213)

Entende-se que, ao invocar razões de vingança, o cangaceiro colocava os seus crimes e desmandos protegidos dos olhares críticos da população. Alardeando desejo de vingança, tornava sua missão algo pretensamente justificável. Ou seja, escudava-se eticamente e, com isso, tinha as suas atrocidades ocultadas discursivamente e, ao mesmo tempo, enaltecidos gestos de bravura e de bondade.

No concernente a Lampião, não se fazia diferente. Justificava-se o cangaceiro, lançando mão da vingança, sua vida de crimes. Ou seja, alegando velhas questões, nelas incluindo o assassinato do seu pai, José Ferreira, citava, constante e respectivamente, José Saturnino e José Lucena de Albuquerque Maranhão, como responsáveis pelo seu ingresso no cangaço. Gueiros (op. cit. p. 26), registra uma fala de Lampião, quando era ainda membro do grupo de Sinhô Pereira, ocorrida em um encontro nas proximidades da vila de Bom Nome, Pernambuco: “Eu hoje me queixo de estar nesta vida, agradeço àquele peste (José Saturnino) e ao tenente José Lucena”.

Não raros são os discursos lampiônicos onde os nomes citados aparecem como jurados de morte. Todavia, conquanto alardeada, a essa vingança prometida não se seguia ação que buscasse contemplá-la. Em outras palavras, pode-se até afirmar que Lampião jamais tentou, com denodo, destruir os seus dois grandes inimigos.

Contrariando as suas bravatas em relação a José Saturnino, segundo Mello (2004, p. 121), de acordo com o depoimento do cangaceiro Miguel Feitosa, Lampião, em 1923, “teria aceitado uma proposta de acomodação feita por José Saturnino e intermediada por José Clementino de Souza, boiadeiro velho, residente na Matinha, perto das Pedreiras, em Serra Talhada”. Mesmo que não haja registro de que tal acomodação se concretizou, é sobremodo difícil o entendimento da razão de não ter havido a execução da vingança lampiônica em relação a José Saturnino, uma vez que as condições materiais eram totalmente favoráveis ao cangaceiro para sua execução. Veja-se o dito por Mello (2004):

Quanto a José Saturnino, o Saturnino das Pedreiras, cabe lembrar que em nenhum momento sentiu necessidade de abandonar a sua fazenda Pedreiras [...] palco das questões iniciais entre ele e Virgulino, no ano de 1916. Isto pudemos ouvir dele próprio, em conversas que mantivemos na fazenda Maniçoba, também de sua propriedade e próxima ao velho reduto das Pedreiras, em março de 1970. Em 22 anos de vida no cangaço chegando em certo período a praticamente dominar o Sertão de Pernambuco, através da chefia do mais aguerrido grupo de cangaceiros de que se tem notícia; protegido por fortíssimas alianças celebradas com coiteiros poderosos, fazendeiros, comerciantes e homens públicos entre os quais se incluía até mesmo um interventor federal, Lampião não conseguiria dar cabo daquele a quem considerava seu inimigo número um. Até 1980, transcorridos, portanto, muitos anos da morte do grande bandoleiro na grotta do Angico, Sergipe, continuava Saturnino a criar os seus curiós, no mesmo encosto de serra em que ambos nasceram e foram meninos juntos. (MELLO, 2004, p. 121).

Acerca de José Lucena, também teria Lampião vivenciado acomodação. Todavia, dessa feita, a iniciativa teria sido do cangaceiro e, o intermediário, o fazendeiro Gérson Maranhão, dono da fazenda Angico Torto, no município de Águas Belas, Pernambuco. Sabendo do parentesco de Gérson com Lucena, Lampião, segundo informa Gérson citado por Mello (2004, p. 122), teria proposto o seguinte acordo: “Lucena não mais o perseguiria, nem aos seus irmãos, particularmente o mais moço, de nome João, que sempre se conservara fora do cangaço. Em troca, ‘o meu mosquetão não atira mais nele’”.

Também não se sabe se a proposta do cangaceiro foi acatada pelo oficial da polícia alagoana. Todavia, existe indício significativo de resposta positiva, sendo isso verificado em uma atitude protagonizada por Lampião, informada pelo cangaceiro Miguel Feitosa e que, Mello (2004), registra:

Em princípios de 1938, o cabra Pedro Barbosa da Cruz, conhecido vulgarmente por Pedro Miúdo, encontra-se com o bando de Lampião na fazenda Riacho Fundo, perto da localidade Antas, no município de Águas Belas. O chefe, sabendo-o cabra disposto e no permanente esforço de recrutamento a que se entregava, convida-o a acompanhá-lo, ao que Pedro Miúdo responde com uma proposta de “coisa melhor”. Conhecia bem José Lucena, fora soldado de uma volante por ele comandada, e o mataria por “cinco contos de réis”. Surpreso, Lampião agradece a oferta com um raro gesto de prodigalidade: dá-lhe de presente uma faca de cabo trabalhado. Em seguida, dirigindo-se ao cabra, devolve-lhe a surpresa com a seguinte confidência: **“Deixe disso. Essas questões já estão velhas”**. (MELLO, 2004, p.123) (grifo nosso).

Percebe-se que as ações lampiônica de supostamente aceitar a acomodação proposta por José Saturnino e de propô-la a José Lucena, não se perfazem sinonímicas de covardia, uma vez que a sua valentia era sobremodo reconhecida, podendo-se citar, enquanto elemento a reforçar tal afirmação, testemunho de alguns seus contemporâneos. Tome-se, como exemplo, a fala de um desses atores: José Osório de Farias, o coronel Zé Rufino, tido como maior decapitador de cangaceiros. Acerca da coragem de Lampião, diz o coronel e registra Santos (2009, p. 39-40): “Lampião, no dia que ele tava com vontade de brigar, brigava [...] dizer a verdade: nenhum homem era mais valente que Lampião”.

Levando-se em conta que covardia não era traço presente na personalidade de Lampião e, ao mesmo tempo, sendo-se sabedor de que buscou acomodação com as pessoas de quem se declarava inimigo mortal; sabendo-se que, concretizada a vingança, elemento justificador do seu ingresso no cangaço, a coerência o impeliria ao abandono das armas, uma vez que não mais se poderia amparar sua imagem no escudo ético que a vindita lhe proporcionava; chega-se a conclusão de que não era, para Lampião, negócio bom se vingar, uma vez que, assim o fazendo, teria que deixar o bom negócio que lhe era permanecer no cangaço.

Como últimas palavras, deve-se ter em mente que a vingança não deve ser desprezada enquanto elemento justificador da entrada de Lampião no cangaço. Isto, de fato, parece ter lhe sido determinante. Cabe acrescentar que Virgulino era, como muitos em sua época, produto de um meio hostil, onde a honra era considerada um valor insofismável. Ressalte-se, porém, não ser esse *ethos* generalizado, uma vez que em nenhuma sociedade a socialização ocorre de maneira absoluta (LARAIA, 2011).

Desse modo, forçado a abandonar seu lugar e, somado a isto, tendo vivenciado a perda do pai por assassinato ocasionado por uma polícia embrutecida em suas ações, muito difícil seria, em tais circunstâncias, não haver, por parte do jovem Ferreira, desejo de se vingar. Todavia, defender que tal desejo foi também o elemento justificador para a vivência de mais de duas décadas de assassinatos, saques, extorsões, sequestros e barbaridades, como, por exemplo, a castração de

gaveta²⁰ (RODRIGUES DE CARVALHO, 1985), é sobretudo um reducionismo, que oculta a real intenção do cangaceiro.

Pensa-se que, no concernente a Lampião, justapor os dois tipos de cangaços em discussão seria o mais acertado de ser feito. Ou seja, Lampião teria entrado na vida cangaceira movido por vingança e, nela continuado, por verificá-la profícua, ainda que a vingança continuasse sendo o seu motivo, seu escudo ético.

1.2.3. Lampião e a aliança com coronéis, homens de confiança, elites e polícia.

Na tentativa de se explicar à longevidade de Lampião – mais de duas décadas escapando das polícias de sete estados nordestinos – muitas são as justificativas por que se tenta explicar o sucesso do cangaceiro. Acredita-se que, quando levado em consideração, o depoimento de Antônio Silvino dado ao folclorista cearense, Leonardo Mota, em 1930, e reproduzido por Queiroz (1977), possa se tornar elemento principizador do esclarecimento de tal longevidade:

O folclorista cearense, Leonardo Mota, entrevistou, em 1930, **Antônio Silvino**, então preso na penitenciária do Recife:

-----Silvino, que é você me diz de Lampião?

-----Ah, seu doutor, **Lampião é um Prinspe!**

-----Príncipe por quê?

-----Veio depois de mim. Os tempos são outros. As armas estão mais aperfeiçoadas. Não falta quem venda tudo. Caixeiro viajante não é besta para se esquecer de levar presente de bala para ele. **A polícia quer é só se encher de dinheiro no Sertão [...]** Não tenha dúvida, Lampião é um **Prinspe!** (QUEIROZ, 1977, p. 93) (Grifos nossos).

Duas, talvez, possam vir a serem as óticas por que se possa enxergar essa declaração de Antônio Silvino: talvez quisesse dizer que ele fosse o rei e Lampião, por sua vez, alguém menos importante e, portanto, um príncipe; a segunda, talvez a mais acertada, levando-se em conta a denúncia feita pelo cangaceiro na continuidade da entrevista e sendo a que vai aqui ser considerada, quisesse dizer

²⁰ A castração de gaveta consistia em colocar os testículos da vítima dentro de uma gaveta, fechá-la e trancá-la a chave, deixando-lhe, ao alcance das mãos, uma faca. Lampião, então, dava, à vítima, um prazo de tempo e esta, escolhia entre morrer nas mãos do cangaceiro ou, cortando os próprios testículos e escapando da prisão da gaveta, tentar fugir da sua sanha assassina. Também era praxe de Lampião, quando dessa prática de tortura, atear fogo na casa. Dessa forma, o torturado escolhia entre morrer queimado ou escapar das chamas, mediante a auto-emasculação. (RODRIGUES DE CARVALHO, 1985);

que o tratamento recebido por Lampião era semelhante àquele recebido por um príncipe.

Tomando-se como referência Julio José Chiavenato, em seu livro “Cangaço: a força do coronel” (1990), percebe-se que, de fato, o tratamento dado a Lampião era o de um príncipe, no que tange às benesses recebidas pelo cangaceiro a partir de acordos tácitos feitos com oficiais da polícia, de acolhida cedida por ricos e poderosos fazendeiros e da amizade travada com homens públicos.

Na obra de Chiavenato, Lampião é visto como alguém inteligente que, sabendo ser a sua sobrevivência dependente de acordos, tratou de fechá-los e, quando oportunidade teve de se beneficiar com alguma situação, não se fez de rogado, beneficiou-se.

Desse modo, oportunista é um dos adjetivos conferido por Chiavenato a Lampião. O citado autor, assim falando, mostra a inteligência que perpassava a pessoa do cangaceiro que, nada obstante ser semianalfabeto, soube estabelecer leitura significativa de um momento histórico conturbado da República Velha, onde o poder central – presidência de Artur Bernardes – estabelecia confronto com a Coluna Prestes, que, à época, 1926, fazia sua peregrinação pelo Nordeste. Atesta Chiavenato (1990):

Em 1926, a Coluna Prestes percorria o Nordeste. Forças do governo perseguiram-na com total incompetência. Ela passou a ser prioridade de repressão. Os cangaceiros folgaram [...] **O governo não só deixou os cangaceiros em paz como os aliciou para combaterem a Coluna.** O padre Cícero e Floro Bartolomeu ²¹ receberam armas e dinheiro para pagar e municiar mercenários. Tinham autoridade legal para engajar criminosos e bandidos no chamado Exército Patriota, formado especificamente para evitar que os “revoltosos” invadissem o Ceará. (CHIAVENATO, 1990, p. 76): (Grifos nossos).

Artur Bernardes, presidente da República, acatando ponderações do seu ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, que por sua vez acolhia sugestão de seus amigos, o padre Cícero Romão Batista e o médico e deputado federal Floro Bartolomeu, autorizou a formação do Exército ou Batalhão Patriótico. Segundo Chiavenato (op. cit. p.76), “o presidente Bernardes comissionou Floro Bartolomeu como general, deu-lhe quase dois mil contos de réis, dois mil fuzis, munição e fardamento para dois mil homens”.

²¹ À época Deputado Federal.

A estratégia de Floro Bartolomeu foi um fracasso total. Recrutou jagunços, deu-lhes fardas e armas e, na cidade cearense de Campo Sales, na divisa com o Piauí, instalou o seu quartel-general e buscou apoio militar do 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rei. Somado a isso, Floro e o padre Cícero dispuseram cerca de dois mil jagunços em torno da cidade de Juazeiro do Norte, para protegê-la em caso de ataque dos revoltosos.

O fracasso se revela no fato de que a Coluna Prestes atravessou o Ceará sem ser molestada e, dessa maneira, revelava-se a fragilidade da segurança proposta por Floro Bartolomeu. Isto causava pânico nos latifundiários, que temiam uma revolução comunista. É nesse momento que, segundo Chiavenato (1990), vem à tona o oportunismo de Lampião:

O Ceará, o Cariri em particular, estava aberto aos “revoltosos”. Lampião divertia-se com o pânico de seus amigos. Zombeteiro, ameaçava “dar uma ajuda” à Coluna, doando dinheiro ou emprestando guias aos revolucionários. Dando-se ares de estrategista, mostrava aos fazendeiros que o hospedavam que a inépcia dos “patriotas”, “sem disciplina militar”, os levaria à derrota. Os coronéis temendo a “revolução comunista”, informaram a Floro das críticas do cangaceiro. O deputado-general convenceu-se: Lampião estava certo. Conferenciou com o padre Cícero e mandou chamá-lo. (CHIAVENATO, 1990, p. 77)

Chegando ao Juazeiro do Norte, no ano de 1926, Lampião foi incorporado ao Batalhão Patriótico e recebeu a patente de capitão. Nascia, assim, o Capitão Virgulino Ferreira da Silva. Embora a patente gozasse de pseudolegalidade, uma vez que nunca foi reconhecida pelos militares de carreira, os fuzis e a munição recebidos eram reais, bem como os cem contos de réis que pararam nos bolsos do cangaceiro. Ademais, sabedor que, mesmo agora capitão, seria recebido em Pernambuco à bala, Lampião, agora mais bem armado e bem mais rico, quebra o acordo feito, “alegando desconfiança das promessas de anistia e o fato que os militares legais recusavam-se a respeitá-lo como oficial de verdade”. (CHIAVENATO, 1990, p. 78).

O ocorrido em Juazeiro do Norte traz a tona à íntima aliança que havia entre cangaço e coronelismo, não havendo por parte da maior autoridade da República, o presidente Artur Bernardes, qualquer acanhamento em protagonizar uma farsa, aliando-se a bandidos e os tornando oficiais do Exército, tudo isto à base do

patrocínio do dinheiro público. A aliança citada fica claramente explicitada na entrevista dada por Lampião, em 1926, ainda na cidade do padre Cícero, ao médico e jornalista Otacílio Macedo, que Souza (2006), reproduz, citando a resposta dada por Lampião, quando indagado sobre as pessoas com quem gostava de se relacionar:

Gosto geralmente de todas as classes. Aprecio de preferência as classes conservadoras – agricultores, fazendeiros, comerciantes – por serem homens de trabalho. Tenho veneração e respeito pelos padres, porque sou católico. Sou amigo dos telegrafistas porque alguns já me tem salvo de grandes perigos. Acato os juizes porque são homens da lei e não atiram em ninguém. Só uma classe eu detesto: a dos soldados, que são meus constantes perseguidores. Reconheço que muitas vezes eles me perseguem porque são sujeitos a isso, e é justamente por essa causa que ainda poupo alguns quando os encontro fora da luta. (SOUZA, 2006, p. 126)²²

O relato de Lampião deixa claro sua preferência por estar ao lado das elites e isto, por sua vez, pela voz do próprio cangaceiro, promove desconstrução do discurso que ao cangaceiro confere a condição de guerrilheiro. Geralmente, não se concebe um guerrilheiro mancomunado com os mandatários e, em muitos casos, promotores da prática da injustiça, contra a qual, geralmente luta o guerrilheiro.

Na concepção de Chiavenato (1990, p. 81), Lampião foi “terrorista” e não guerrilheiro. Ou seja, através de práticas atroztes subjugou as massas aos seus caprichos. Não se nega a sua capacidade estratégica, fato que decorria de sua inteligência acima da média em relação àqueles que o cercavam, Nestes termos, acrescenta Machado (1978):

Consciente de sua posição de mais fraco, Lampião jamais abdicou, por isso mesmo, da condição de mais astuto. Homem ignorante, mas de espantosa percepção intuitiva, o cangaceiro, a cujos olhos ou ouvidos jamais a floraram as teorizações eruditas de qualquer estrategista consagrado, aproveitava tão somente as sugestões e ensinamentos do cotidiano duro e agressivo da vida sertaneja, desenvolvendo as mais lúcidas e eficientes técnicas da ação militar. Assim, observado, com rara inteligência, os próprios condicionamentos e os do inimigo, agia em total acordo com as circunstâncias de cada qual, procurando empreender a luta de modo vantajoso para sua gente. (MACHADO, 1978, p. 41):

Todavia, não se constitui acerto atribuir somente à capacidade estratégica de Lampião a sua longevidade. Outros fatores foram determinantes para que a sua vida

²² A declaração de Lampião foi totalmente acomodada dentro da sintaxe pelo entrevistador.

criminosa se elastecesse por mais de duas décadas nos sertões nordestinos, sendo uma delas suas alianças com homens de confiança, que quando entrevistado, o cangaceiro fez questão de dizer haver, como o reproduz Souza (2006, p. 125): “tenho bons amigos em toda parte e estou sempre avisado dos movimentos das forças, tenho também um excelente serviço de espionagem, dispendioso, embora utilíssimo”.

Nesse pormenor de arregimentar informantes, principalmente aqueles da classe pobre, entra em cena o exercício de poder de Lampião, visto que, segundo Rodrigues de Carvalho (1985) não existia opção para aquele que, pelo cangaceiro, era definido como seu coiteiro, senão obedecer:

Recebida a primeira incumbência, que era dada sem perguntar se o freguês a aceitaria ou não, e teria que ser executada. O celerado deixava de saber se o “encarregado” da tarefa gostaria ou não de aceitá-la, ou mesmo se estaria em condições de cumpri-la. E não aceitava desculpas! [...] Fugir de uma ordem sua era lavar a própria sentença de morte. Isso podia ser uma semana, um mês ou um ano depois. Esperava com paciência beneditina e rancor diabólico a primeira oportunidade. E nesses casos a vingança era exercida com requinte de crueldade inquisitorial. (RODRIGUES DE CARVALHO, 1985, p. 243)

De acordo com Chiavenato (1990), essa eficiente rede de coiteiros, a qual Lampião acreditava possuir, era elemento revelador da dependência do cangaço em relação ao coronelismo. Ou seja, aqueles que tinham a responsabilidade de abastecer os cangaceiros com comida e armas e mantê-los informados sobre os deslocamentos das volantes eram prepostos dos grandes fazendeiros, isto é, moravam nas terras dos coronéis. Verdade é que um ou outro coiteiro vivenciou independência, todavia a articulação não teria existido sem que houvesse consentimento do coronel local.

Acerca da repressão policial sobre esses coiteiros uma leitura mais detalhada dos sertões nordestinos daquela época revelará que se processava de maneira relativa. Ou seja, a polícia sabia quais coiteiros deveriam ser perseguidos e quais deveriam ser ignorados. Atesta Chiavenato (1990, p. 81,82):

As prisões e torturas ficavam para os pobres; os proprietários raramente eram incomodados. Quando a autoridade via-se obrigada a pressionar um coiteiro de posses, desculpava-o alegando que ele

era forçado a ajudar Lampião, para não sofrer represálias. A energia policial, não raro “para mostrar serviço”, caía sobre os pequenos, que eram presos, surrados e às vezes mortos, se nenhum coronel intercedesse por eles. (CHIAVENATO, 1990, p. 81,82).

Perseguição maior por parte da polícia se dava sobre os vaqueiros que, internados na caatinga, eram obrigados a trabalhar como espíões ou mensageiros dos cangaceiros. Todavia, ainda segundo Chiavenato (1990, p. 81-82), “a perseguição se dava nas raras zonas sem acordo entre cangaceiros e policiais”. Aqui, revela-se uma outra maneira da manutenção da longevidade lampiônica: as alianças que exercia o cangaceiro com grande parte dos seus perseguidores.

Um das maneiras de se obter vistas grossas da polícia sobre seus feitos era a manutenção de alianças com grande parte da oficialidade policial, sendo exemplo marcante a sua relação com tenente João Bezerra, da polícia alagoana, a quem a história oficial concedeu a glória de ter “matado” Lampião. Este oficial – segundo relatos de Davi Jurubeba, nazareno e membro de volante que efetivamente perseguiu Lampião – mantinha com o cangaceiro amizade de longas datas, como registra Sá Neto (2004):

Uma das provas de sua amizade com Lampião estava em seus encontros com o bandido na fazenda de Audálio Tenório, em Águas Belas, aonde chegava a jogar cartas com ele madrugada a dentro até o amanhecer, o que levava Audálio a morrer de rir, mangando deles, ao vê-los com os olhos avermelhados e as caras pintadas com a fumaça dos candeeiros. Lampião se queixava a Audálio ao dizer-lhe que João Bezerra o havia roubado nas cartas. (SÁ NETO, 2004, p. 184):

A relação entre Lampião e o tenente João Bezerra era tão forte que, de acordo com as declarações de Davi Jurubeba, registradas por Sá Neto (2004, p. 186), os dois, objetivando retirar de João Bezerra a desconfiança de seus superiores, forjaram combates e, em um deles, por indicação de Lampião, teriam sido mortos “dois cangaceiros sem muita valia em uma emboscada da polícia”. Isto, obviamente e oficialmente, deixava “clara” a relação antagônica entre os atores do processo e, “assim, Bezerra aparecia como inimigo de Lampião, relevando a desconfiança de seus superiores”.

Outra maneira justificadora da convivência policial com as práticas de Lampião era o tráfico de armas que ocorria na Caatinga. De acordo com Chiavenato (1990, p.

82), “os policiais foram os grandes fornecedores de Lampião, sendo vários os testemunhos de vaqueiros que assistiram ao tráfico de armas, até em caravanas de burros”. Percebe-se que, nesse caso, o desvio de armas para as mãos do cangaço não era decorrente da corrupção vivenciada por uma pequena gama de oficiais, mas, de acordo com Chiavenato (1990), era parte da aliança entre o cangaço e o coronelismo:

O contrabando de armas do governo para o cangaço tinha o aval de importantes chefes políticos, como no caso da família e do próprio governador Eronildes de Carvalho, de Sergipe. Por isso, os cangaceiros dispunham de fuzis em quantidade, nunca lhes faltava munição e quase sempre contavam com material tão moderno quanto o da polícia. (CHIAVENATO, 1990, p. 82)

Desse modo, Lampião conseguia sucesso no meio de vida que abraçou, o cangaço. Sustentava-se pelo suborno e pelos tratos entre o cangaço e o coronelismo, que definiam zonas livres de perseguição e indicavam áreas onde os cangaceiros podiam cometer seus assaltos. Evidentemente, tais áreas pertenciam a desafetos dos protetores de Lampião, que se constituíam de políticos e/ou famílias rivais.

Inegável era o poder de articulação que possuía Lampião. Isto, segundo Chiavenato (1990, p. 84), “o fez singular no banditismo mundial, uma vez que, durante mais de duas décadas, contando somente com algumas dezenas de homens, conseguiu atuar em sete estados nordestinos”. Uma guerrilha para conseguir essa façanha teria de usar milhares de combatentes, ocupar os espaços de suas vitórias, fazer adeptos que defendessem sua ideologia e, enfim, tentar chegar a um objetivo político.

Desprovido de qualquer compromisso social e aterrorizando para se impor, Lampião, em loucas correrias e sem plano pré-estabelecido, senão o de fugir da polícia após assaltos e sequestros, tornou-se, de fato, Rei num Sertão sem lei. Raramente foi surpreendido pelas volantes, não estando isto ligado ao seu “sexto sentido”, acreditado mágico pelas massas ignaras, mas às alianças que, direta ou indiretamente, fez chegar à grande parte da polícia que o perseguia, oficialmente.

1.2.4. Lampião: o bandido social

A discussão acerca de banditismo social possui em Eric J. Hobsbawm, autor das obras *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Moviments in the Nineteenth and Twentieth Centuries* (1959) e, *Bandits* (1969), um dos principais expoentes. Segundo Hobsbawm (2010), os bandidos sociais são:

[...] proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmos vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. (HOBBSAWM, 2010, p. 36),

Afirma o historiador britânico ser o fenômeno algo que se faz presente em toda sociedade que embasa sua economia na agricultura e no pastoreio, onde a população experimenta relação de dominação. Para o teórico, além da universalidade, o banditismo social tem como característica o ser possuidor de uma tríplice divisão: “o *ladrão nobre*, ou Robin Hood; o combatente que encarna uma forma primitiva de resistência ou o grupo daqueles que chamarei de *haiduks*; e, possivelmente, também o *vingador* que semeia terror” (HOBBSAWM, 2010, p. 39). Nessa última categoria, encaixa-se, segundo ele, Lampião (op. cit., p. 86).

Não se constitui objetivo nosso, nessa ocasião, contestar o que defende Hobsbawm sobre Lampião, uma vez que a proposta é expor o que se diz no espaço acadêmico sobre o cangaceiro. Todavia, não seria interessante deixar de citar a crítica que lhe emite Luis Bernardo Pericás, em seu “Os Cangaceiros – Ensaio de Interpretação Histórica” (2010), quando afirma:

Na verdade, a “teoria” do “banditismo social” de Hobsbawm (pelo menos quando especificamente relacionada ao cangaço) é questionável. A partir de modelo por demais “universalizante”, ele tentou encontrar traços comuns em determinados tipos de bandidos do meio rural e coloca-los dentro de um mesmo esquema teórico, usando pouca ou nenhuma base documental para comprovar suas asserções. Suas fontes são, em muitos casos, tiradas das **lendas** e do “folclore” popular, constituindo “imagens” idealizadas desses personagens, que não necessariamente refletiriam a realidade [...] Assim, por mais que essas fontes possam ser vistas como documentos de época, não são de todo confiáveis; destarte, a necessidade de conhecer as diferentes variantes da mesma história e de realizar uma pesquisa mais profunda sobre o tema. (PERICÁS, 2010, p. 26). (Grifo nosso).

O grifo acima se faz necessário porque o próprio Hobsbawm, quando se reporta a Lampião, afirma ser “segundo a lenda” e frisa lhe interessar, no

concernente ao cangaceiro, “mais a imagem do que a realidade” (HOBBSAWM 2010, p. 86). Ademais, ainda que se reporte à “lenda”, o relato “lendário” que expressa é sobremodo discrepante daqueles provenientes de vários autores que versam sobre Lampião, como, por exemplo, Rodrigues de Carvalho²³ e João Gomes de Lira²⁴, somente para citar alguns.

Desse modo, afirmar ter sido Virgulino (Lampião) possuidor de raízes em “serra do agreste de Pernambuco, criando-se como um garoto dado aos livros e relativamente débil” (op. cit. p. 86); que “nunca deixou de lamentar o destino que o transformara em bandido, ao invés de trabalhador honesto” (op. cit., p. 88) e, por fim, que “fizera romaria ao famoso Messias de Juazeiro, o padre Cícero, pedindo sua benção antes de abraçar o cangaço”, são afirmações que demonstram ausência de rigor investigativo.

Serra Talhada, lugar de nascimento de Virgulino, não se encontra no Agreste de Pernambuco, mas no Sertão. O menino Virgulino, apenas foi alfabetizado, como muitos dos seus dias, uma vez que nos sertões de sua época não havia escola e, as crianças que possuíam pais ricos ou menos desfavorecidos (caso da família Ferreira) aprendiam a ler e escrever com um mestre-escola, contratado para esse objetivo (MACEDO, 1975; RODRIGUES DE CARVALHO, 1974)²⁵. Como afirmar ser Virgulino débil se, ainda adolescente, com seu irmão Antônio, eram tidos como habilidosos e corajosos amansadores de animais na ribeira do riacho São Domingos? (LIRA, 2007; SOUZA, 2004; SÁ NETO, 2004) Não se verifica, em Lampião, nenhum arrependimento pela vida cangaceira que levava, pelo contrário, há pelo menos dois registros onde se diz muito satisfeito com o cangaço, meio de vida que experimentava: na casa de seu sogro, Zé de Felipe, na Malhada da Caiçara, hoje pertencente ao município de Paulo Afonso e, em outra ocasião, no Juazeiro do Norte, em 1926, quando foi entrevistado pelo médico cratense, Otacílio Macedo (RODRIGUES DE CARVALHO, 1977; SOUZA, 2004). Em nenhum momento esteve Lampião com o padre Cícero, senão quando foi alistado no Batalhão Patriótico, em 1926 (SOUZA, 2004; CLEMENTE, 2006). Assim, afirmar que contou com a benção do pároco juazeirense para ingressar no cangaço é um erro histórico gritante.

²³ Serrote Preto, Lampião e seus sequazes (1974) e Sociologia do Cangaço (1977);

²⁴ Lampião, memórias de um soldado de volante (2007);

²⁵ Virgulino foi alfabetizado pelo mestre-escola Domingos Soriano;

Verificada a polissemia discursiva que existe em torno da pessoa de Lampião e entendendo que essa personalidade multifacetada atribuída ao cangaceiro, tanto no senso comum quanto no meio acadêmico, revela-se como elemento instigador às pessoas, no referente à satisfação de sua curiosidade em relação ao cangaço lampiônico, procuramos, no capítulo seguinte, mostrar como agem as cidades de Serra Talhada e Triunfo, na pessoa de seus produtores culturais, na busca da exclusividade de uso da memória lampiônica.

CAPÍTULO II – LAMPIÃO: UM *PRODUTO* DO MERCADO TURÍSTICO EM SERRA TALHADA E TRIUNFO

Objeto de discurso controverso, a figura de Lampião, no decorrer de quatro décadas, nas cidades pernambucanas sertanejas de Triunfo e Serra Talhada, tem experimentado ressignificação, a partir de ações promovidas pelos produtores culturais triunfenses e serratalhadenses.

Os profissionais citados, sob o discurso de às suas cidades promoverem visibilidade viabilizadora de incentivo turístico, têm protagonizado agires que, quando examinados mais detidamente, revelam sua intenção mercadológica referente ao chamado Rei do Cangaço, uma vez que, tanto numa, quanto na outra cidade, Lampião é produto oferecido, como ocorre com qualquer mercadoria em um mercado (FERREIRA Jr., 2010).

O oferecimento de Lampião, enquanto mercadoria, contudo, não se constitui exclusividade das cidades pernambucanas citadas, uma vez que se verifica agir semelhante em outros locais, como, por exemplo, na cidade de Poço Redondo, no Estado de Sergipe e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

A primeira se “orgulha” de ter sido a maior fornecedora de cangaceiros para o bando de Lampião, além de ser berço do mais famoso dos coiteiros, Pedro de Cândida, que, segundo o relato histórico oficial, entregou o cangaceiro à volante alagoana comandada pelo tenente João Bezerra e responsável pela chacina de Angico, em 28 de julho de 1938.²⁶

Por sua vez, Mossoró se vangloria de ter empreendido derrota ao mais famoso dos cangaceiros, havendo representação do auto “Chuva de Bala no País de Mossoró”, que conta a história da resistência empreendida pelos mossoroenses ao bando comandado por Lampião que, em 13 de junho de 1927, atacou a cidade.

Todavia, estabelecendo foco no Médio Pajeú pernambucano, mais especificamente nas sociedades triunfense e serratalhadense, verifica-se que, em relação a Lampião, desde o ano de 1975, nesses *loci*²⁷, tem havido ações que promovem ao cangaceiro uma ressignificação de sua imagem, numa tentativa de fazer conhecer ou reconhecer (SCHWARTZENBERG, 1978) um “novo” Lampião.

Em Serra Talhada, a nova imagem lampiônica se anuncia a partir do transporte da discussão a respeito da personalidade do cangaceiro, até então

²⁶ Na fazenda Angico, município de Poço Redondo, Sergipe, em 28 de julho de 1938, foram mortos e decapitados Lampião, sua companheira, Maria Bonita e mais nove outros cangaceiros, entre os quais, outra mulher (Nota do autor);

²⁷ Do latim, significa lugares. Plural de *locus* (Nota do autor);

bipolarizada em herói / bandido, promovendo-lhe ao ser somente história e, conseqüentemente, um símbolo de memória e identidade (POLLAK, 1992), numa tentativa de ofuscar a imagem negativamente estigmatizada do cangaceiro (FERREIRA Jr., 2010);

Em Triunfo, a clara posituação da imagem de Lampião é revelada nos discursos dos produtores culturais, membros do grupo “Lampiões de Triunfo”, que o afirmam mantenedor de relação amistosa com o lugar (que, segundo eles, pelo cangaceiro era tido como de descanso e lazer), possuidor de fortes laços de amizade com importantes figuras locais e protagonista de ações elogiáveis, como sepultar as vítimas da peste bubônica (LOPES, 2003); praticante da religião católica, guerrilheiro e invencível em combates (CARTA DE PATU, 1999)²⁸.

A que finalidade se prestam tais ações nos espaços citados? A verificação do uso mercadológico que se faz da memória de Lampião tanto em Serra Talhada quanto em Triunfo, acerca do que trataremos mais adiante nesta tese, aponta, enquanto resposta à pergunta feita, para a seguinte conclusão: Lampião é um produto que se vende nas cidades em discussão.

Todavia, neste instante, convém estabelecer discussão que promova entendimento acerca desses acontecimentos nos espaços citados. Para isso, discutiremos o uso que se faz da cultura na contemporaneidade, estabelecendo ancoragem teórica principalmente no discurso sobre Indústria Cultural, de Theodor Adorno e Max Horkheimer. Depois, examinaremos as ações do Estado brasileiro quando estabelece a criação de políticas culturais que refletem a ideologia criticada por Adorno e Horkheimer. Por último, mostraremos os discursos e ações dos produtores culturais serratalhadenses e triunfenses relacionados à reivindicação da exclusividade do uso da memória lampiônica.

2.4 O uso da cultura na contemporaneidade

²⁸ Carta aberta intitulada “O Lampião de Triunfo”, escrita pelo juiz de direito e vereador, à época, Ruy Trezena Patu. A carta foi publicada em O Jornal do Comércio, em 1999. O autor, já falecido, era membro do grupo “Lampiões de Triunfo”. A referida carta, além de apresentar um “Lampião exemplo”, portava em si a reivindicação da construção de uma estátua para o cangaceiro na cidade (Nota do autor).

A cultura nos tempos atuais, por muitos tidos como modernidade ²⁹, tem vivenciado papel que, quando examinado mais detidamente, revela-se diferenciado daquele que vivenciou durante significativo espaço de tempo: a de promotor de distinção (BOURDIEU, 2011). Ademais, também não se restringe à antropologização que lhe faculta promover aos grupos humanos uma identificação *sui generis* (LARAIA, 2011).

Ainda que não se negue os elementos acima, segundo Yúdice (2004), percebe-se a cultura experimentando um esvaziamento deles e verifica-se atualmente o seu uso como recurso, que se propõe à promoção de melhoria sociopolítica e econômica. Explicitando o “novo uso da cultura”, Yúdice (2004), pondera:

A desmaterialização característica de várias fontes de crescimento econômico – por exemplo, os direitos de propriedade intelectual segundo a definição do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e da OMC (Organização Mundial do Comércio) – e a maior distribuição de bens simbólicos no comércio mundial (filmes, programas de televisão, música, turismo etc.) deram à esfera cultural um protagonismo maior do que em qualquer outro momento da história da modernidade. **Pode-se dizer que a cultura simplesmente se tornou um pretexto para a melhoria sociopolítica e para o crescimento econômico [...]** todos esses fatores têm operado uma transformação naquilo que entendemos por cultura e o que fazemos em seu nome (YÚDICE, 2004, p. 25, 26) (Grifos nossos).

Diante do exposto acima, pode-se concluir que se verifica na contemporaneidade uma reconfiguração do papel exercido pela cultura em significativo espaço de tempo na narrativa histórica – veículo de manifestação humana social, que refletia os desejos de uma sociedade específica, temporalmente falando –, agora independente em relação aos homens e, por isso, tida como uma cultura desumanizada.

Na busca de explicitar a parte negritada no excerto, toma-se como justificativa as modificações ocorridas na própria estrutura do sistema econômico capitalista, quando da transição do modelo liberal para o monopolista, verificando-se, nesse momento, significativo entrelaçamento da esfera econômica com as demais esferas da sociedade (política, social, cultural etc.), gerando um funcionamento social

²⁹ Há autores que, quando se referem aos dias contemporâneos, usam a terminologia diferenciada, como, por exemplo, modernidade tardia (GIDDENS, 1991) e pós-modernidade (HALL, 2004).

assemelhado ao de uma engrenagem, fato que culminou em um controle social, no referente ao individual e ao coletivo, ao que se convencionou chamar de mundo administrado, que abaixo é analisado por Marcuse (1999):

Com a racionalização do mecanismo produtivo, com a multiplicação de funções, toda dominação assume a forma de administração. No seu auge, a concentração do poder econômico parece converter-se em anonimato; todos, mesmo os que se situam nas posições supremas parecem impotentes ante os movimentos e leis da própria engrenagem. O controle é normalmente administrado por escritórios em que os controlados são os empregadores e empregados. Os patrões já não desempenham uma função individual. Os chefes sádicos, os exploradores capitalistas, foram transformados em membros assalariados de uma burocracia, com quem os seus subordinados se encontram, como membros de outra burocracia. (MARCUSE, 1999, p. 98)

Em sua ação, mesmo proferindo um discurso liberal, o capitalismo monopolista, contrariando a máxima liberal da autonomia do indivíduo, passou a dificultar essa prática e isso não ocorrendo apenas pelo controle exercido econômica e socialmente, mas também pelo fato da existência de grandes monopólios exercidos no campo da cultura, reduzindo, dessa forma, de maneira contundente, a possibilidade de concorrência entre as empresas e, por tabela, a liberdade de escolha dos consumidores (CROCCO, 2009).

A realidade produzida pelo capitalismo monopolista é o cenário de surgimento daquilo que Theodor Adorno e Max Horkheimer nomenclaturam Indústria Cultural. Essa terminologia aponta para a intencionalidade dos teóricos frankfurtianos citados em estabelecer diferenciação entre os termos cultura de massas e cultura popular ou produzida espontaneamente pelas massas. Assim, a Indústria Cultural, quando conceituada, revela não se tratar de uma cultura produzida pela massa, “mas uma cultura sob a égide do capital, industrialmente produzida para o consumo em massa” (CROCCO, 2009, p. 4), que apresentaria “vínculo de dependência com setores mais poderosos da grande indústria, tais como o eletro-eletrônico, o siderúrgico e o petroquímico” (ADORNO; HORKHEIMER, 1997, p. 115).

Desse modo, passa a existir uma espécie de Cultura Administrada, uma vez que há uma racionalidade técnica presente na produção de bens culturais, visto tais bens “circunscrevem-se no mesmo esquematismo da produção em geral e, como os

demais, transformam-se em valor de uso para o consumidor e valor de troca para o produtor” (EVANGELISTA, 2003, p. 96). 4

Cumprindo sua função econômica na cultura administrada – isso ocorrendo mediante a reprodutividade mecânica de bens culturais padronizados – a racionalidade técnica “vai costurando, mediante diversos setores – rádio, cinema, revistas –, a coesão e a unidade do sistema” (EVANGELISTA, 2003, p. 97). Assim, afirmando-se atender o gosto do consumidor, o grande capital vai promovendo o nivelamento, normalização e padronização da sociedade, “pelo controle da consciência individual [...], a necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central” (ADORNO; HORKHEIMER, 1991, p. 114).

A Indústria Cultural administra a cultura, absorve o consumidor e o faz elemento do sistema administrado, quantificando-o, classificando-o por níveis, aos quais são distribuídos os produtos culturais aparentemente diferenciados, destinados, de fato, a promover a conformidade de cada um com o nível em que foi classificado (CROCCO, 2009). Esse nível, por sua vez, é definido através de pesquisas de mercado e de poder de consumo da população, pois por meio de um “aparato quantitativo de produção a indústria cultural toma os indivíduos como meros consumidores, estes são enquadrados e subdivididos pelas estatísticas de determinados institutos de pesquisa (IBGE, IBOPE, ABIPEME, IPEA etc.)” (CROCCO, 2009, p.7).

Dessa maneira, o público consumidor passa a vivenciar, em relação ao consumo, uma estratificação e, por isso, a adquirir bens culturais que são produzidos e destinados às chamadas classes A, B, C etc., ou seja, o consumo se efetua conforme o poder aquisitivo, previamente determinado por pesquisas, de cada uma das classes citadas, pois, “cada qual deve se comportar, como que espontaneamente em conformidade com seu *level*, [...], e escolher as categorias dos produtos de massa fabricada para seu tipo” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.116).

Todavia, a distinção dos produtos trata-se, na verdade, de uma pseudo distinção, visto que segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 116), “os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa” e, dessa maneira, democratizando-se o consumo, este e a produção dos bens culturais se perpetuam. Para os teóricos frankfurtianos citados tende a haver redução entre os preços dos produtos justapondo-se essa redução de preços à

uniformização crescente dos meios técnicos, que nos seus dias é exemplificada pela ação da televisão, que segundo eles, promovia a síntese do rádio e do cinema. Na atualidade, o denunciado por Adorno e Horkheimer é verificado quando “os mais distintos meios como a internet, o celular, do MP3 ao MP9, procuram cada vez mais unir e sintetizar os meios técnicos com a finalidade de movimentar o consumo através da identidade entre estes produtos tecnológicos e os produtos da indústria cultural” (CROCCO, 2009, p.7).

Assim, colocando a imitação como algo absoluto, a produção como algo circular e tendo como ideologia o negócio, a indústria cultural reproduz a sociedade vigente (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Aqui se revela o caráter acultural na chamada Indústria Cultural, uma vez que, representante do mundo dos negócios, essa indústria, naquilo que produz, contraria “qualquer aspecto formativo ou emancipatório que outrora poderíamos chamar de cultura [...] seu objetivo é provocar o consumo em massa por meio de seus bens tecnologicamente produzidos e vinculados pelos meios de comunicação” (CROCCO, 2009, p. 7).

Pode-se, dessa forma, argumentar que a Indústria Cultural dita aos homens o que devem consumir, produzindo, dirigindo e disciplinando as necessidades deles, uma vez que, como afirmam Adorno e Horkheimer (1985, p. 110), ela “os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido”. O controle sobre o consumidor decorre do despertamento que a Indústria Cultural lhe promove sobre os produtos produzidos por ela. Desse modo, nessa cultura administrada, os homens são meros produtos, são reduzidos à condição de mercadoria, uma vez que “a indústria só se interessa pelos homens como clientes e empregados e, de fato, reduziu a humanidade inteira, bem como cada um de seus elementos, a essa forma exaustiva” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 121).

Embasando-se em interesse mercadológico e, conseqüentemente, envolvendo o trabalho artístico em um *marketing* empresarial, a Indústria Cultural exerce domínio na criatividade da produção cultural. O inédito, por sua vez, representante que é de risco às intenções da referida indústria, é eliminado nesse contexto de cultura administrada, uma vez que em tal contexto, segundo Evangelista (2003, p. 98), “nada surge que não tenha sido previsto, nada resta a ser classificado pelo consumidor que é então reproduzido tal qual fora produzido pela sociedade industrial”. Assim, a indústria cultural “exercita o indivíduo no preenchimento da

condição sob a qual ele está autorizado a levar essa vida inexorável” (ADORNO; HORKHEIMER, 1991, p. 143).

Em síntese, verifica-se que aquilo que fugir da racionalização e instrumentalização da produção e padronização da mercadoria cultural fada-se ao fracasso. Revela-se, dessa forma, a estratégia de autoperpetuação da sociedade burguesa, “baseada, numa caricatura cultural cujas obras artísticas são neutralizadas em seus aspectos críticos, obras que giram em falso sem sair do lugar e que consistem na reprodução do sempre igual” (CROCCO, 2007, p. 7). Assim, na chamada cultura de massa, o que se revela novo é a exclusão do novo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 126).

2.5 Ações do Estado brasileiro que refletem a ideologia da indústria cultural: os governos Médici (1969 -1974) e Geisel (1974 – 1969)

O recorte temporal feito aqui se justifica pelo fato de que é exatamente no momento em que, por parte do Governo Federal, estão sendo divulgadas Políticas Públicas de Cultura – que de acordo com Durand (2004), constituem-se em ações governamentais na área das artes e do patrimônio histórico –, que se principiam, em Serra Talhada e Triunfo, ações protagonizadas pelos produtores culturais das referidas cidades, reveladoras de uma disputa pela memória de Lampião.

Sabe-se que um dos trunfos, talvez o principal, da continuidade dos militares no poder era o chamado “milagre brasileiro”³⁰, que se fazia revelar pelo crescimento econômico vivenciado pelo País, entre 1969 e 1974. No rastro do milagre veio o crescimento da classe média brasileira e, com ele, o binômio crescimento populacional urbano e aumento de consumo de bens materiais e simbólicos. Diante desse novo cenário social, a cultura passa a ser valorizada e, conseqüentemente inserida no planejamento governamental. Desse modo, “as produções culturais no Brasil, que anterior ao golpe militar eram restritas e para poucos, toma, nesse momento pós-golpe, uma dimensão nacional” (ORTIZ, 2006, p. 82).

³⁰ Medida de crescimento econômico implantada no Brasil, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, tendo como mentor ideológico o ministro da Fazenda, Antônio Delfim Moreira Neto, que atuava desde o governo de Costa e Silva. Consistia em rápido crescimento econômico do País, a partir da captação de recursos estrangeiros. A coibição do chamado “esquerdismo” pela ditadura somado ao discurso de estabilidade econômica eram elementos atrativos para o capital estrangeiro. (Nota do autor).

É assim que um órgão criado ainda na década de 1960, o Conselho Federal de Cultura (CFC), vai, durante a década de 1970, dentre tantas de suas realizações, contribuir significativamente para a criação de instituições culturais locais. É desse agir que surgem os projetos de criação de Casas de Cultura, um catalizador de informações culturais locais (CALABRE 2006 *apud* VICENTE, 2009). Segundo Cohn (1984, p. 88), “a busca de uma política nacional de cultura realmente existe nessa fase crucial dos anos 70, e seu objetivo era bem definido: a codificação do controle sobre o processo cultural”. Para Calabre (2006):

Segundo a percepção do CFC, a cultura era uma área estratégica para as políticas de governo, principalmente tendo em vista ser esta um dos elementos garantidores da segurança nacional. As propostas do órgão estão voltadas para uma definição de cultura nos padrões eruditos, sem descartar as contribuições mais diversas para a formação do caráter do “ser brasileiro”. (CALABRE, 2006, p.11)

O CFC cria, em 1970, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC)³¹ que, em 1973, promoveu o primeiro Programa de Ação Popular (PAC), objetivando, de acordo com Vicente (2009, p. 30), “preservar o Patrimônio Histórico e Artístico, incentivar a criatividade e difusão das atividades artístico-culturais e capacitar recursos humanos”. Analisada mais detidamente, a ação protagonizada pelo DAC era, de acordo com Miceli (1984, p. 55), “não apenas uma abertura de crédito, financeiro e político, a algumas áreas da produção cultural até então desassistidas pelos demais órgãos oficiais, mas uma tentativa de degelo em relação aos meios artísticos e intelectuais”.

Também em 1973 foi criado em Pernambuco a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), oficialmente preocupada em incentivar a cultura e proteger os monumentos históricos e artísticos do Estado. Por fim, em 1975, com a proposta de promover, segundo Cohn (1984, p. 91), “a preservação do patrimônio, o incentivo à criatividade e a difusão das criações e manifestações culturais”, é publicada a Política Nacional de Cultura.

Tendo esse cenário como pano de fundo é que começam, na região do médio Pajeú pernambucano, nas cidades de Triunfo e Serra Talhada, exatamente no ano de 1975, escaramuças de produtores culturais que, construindo discursos justificadores para seus agires, empreendem uma disputa pela exclusividade de uso

³¹ Estavam subordinados ao DAC: o Museu Histórico Nacional, o Instituto do Livro, a EMBRAFILME, o Serviço Nacional do Teatro e o IPHAN. (Nota do autor)

da memória do mais célebre dos cangaceiros, Lampião. Adiante se verá como se deram tais ações.

2.6. A disputa pela exclusividade de uso da memória lampiônica entre Serra Talhada e Triunfo: ações e discursos reivindicatórios de produtores culturais

Serra-talhadense de nascimento e frequentador das paisagens verdes triunfenses, Lampião, desde meados da década de 1970 se tornou objeto de disputa entre as cidades Serra Talhada e Triunfo. Os *loci* citados, nas pessoas dos seus produtores culturais, evocam a memória do cangaceiro como algo que lhes pertence por direito.

Serra Talhada toma como base o fato de ser berço do cangaceiro e, com isso lança mão de uma conterraneidade que, quando examinada mais atentamente, não se revela como sendo uma identificação absoluta com o cangaceiro, como demonstramos em nossa dissertação de mestrado (FERREIRA Jr., 2010), mas uma reivindicação de territorialidade, ou seja, “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico” (LITTLE, 2002, p. 03); uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas (CASIMIR, 1992 *apud* LITTLE, 2002, p. 03).

Triunfo, por sua vez, nas vozes dos seus produtores culturais, encima-se no discurso de ser Lampião posse de ninguém e de todos. Ou seja, apega-se ao fato de a memória do cangaceiro ser algo de domínio público e, por isso, reivindica-a para si. Ademais, também lança mão de um discurso onde o rei dos cangaceiros é higienizado. Ali, no espaço triunfense, Lampião é tido como uma pessoa pacata, que frequentou a cidade quando era somente Virgulino, o almocreve³², que segundo Lopes (2003, p. 131), “transportou mercadorias de Rio Branco (Arcoverde - PE) para o comércio de Triunfo”; devoto de Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade. Quando Lampião voltou, por diversas vezes, às paisagens verdes triunfenses para descansar e, segundo Lopes (2003) cumpriu o seguinte roteiro:

³² Transportador de cargas em lombo de animais, marcadamente muares. (Nota do autor).

[...] participava de bailes perfumados; dançava o xaxado; arranchava-se na serra da cachoeira do Grito para descansar e abastecia-se no comércio local; visitava amigos e coiteiros; enterrava pessoas acometidas da peste bubônica no Sítio Retiro, propriedade de Luiz Pedro. (LOPES, 2003, p. 132).

Verificadas as disparidades de representações³³ existentes nos espaços serra-talhadense e triunfense envolvendo a pessoa de Lampião, nota-se, por parte dos produtores culturais das citadas cidades, a apropriação de discursos reivindicatórios acerca do direito de usar com exclusividade a memória do célebre cangaceiro. Necessário se faz mostrar como se construiu a disputa entre as duas cidades. Para isso, empreendo investigação histórica e estabelecimento de recorte temporal, que tem como marco inicial o ano de 1975.

2.6.1 O vanguardismo triunfense em glorificar Lampião

Até o ano de 1975, na região do médio Pajeú³⁴, inexistia discussão sobre Lampião, senão a que o envolvia em uma dicotomia discursiva polarizada em herói e bandido. Ou seja, no berço do cangaceirismo lampiônico, os conteúdos dos discursos sobre a pessoa de Lampião pautavam-se em elogios ou censuras em relação às suas práticas. Eram falas selecionadoras das ações do cangaceiro, ou, como o afirma Pollak (1992, p.204), “memórias construídas [...] resultado de um verdadeiro trabalho de organização”.

Referente às pessoas que discursavam sobre Lampião no espaço de tempo citado, estas podiam ser divididas em dois grupos: o primeiro, constituído de sujeitos que direta ou indiretamente foram vítimas de atrocidades cometidas pelo cangaceiro ou, por pessoas cujas ascendências experimentaram seus malfeitos; o segundo, constituído por parentes de Lampião, pessoas beneficiadas por ele ou, ainda, por indivíduos que não se enquadravam em nenhum dos dois casos.

As pessoas que compunham o primeiro grupo por outra ótica não poderiam enxergar Lampião, senão pela negativa. Eram sujeitos que transformaram suas vozes em lutos ou trabalhos de memórias ou esquecimentos (RICOUER, 2007). Mesmo os que não participaram diretamente do evento, abominavam Lampião,

³³Segundo Jodelet (2002, p. 22), “são a forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

³⁴Lugar onde se localizam as cidades pernambucanas de Serra Talhada e Triunfo.

porquanto se identificando com as vítimas do cangaceiro, vivenciavam, conforme Pollak (1992, p. 201) “uma memória quase que herdada”.

Por sua vez, os componentes do segundo grupo agiam de maneira semelhante aos vilipendiadores de Lampião, uma vez que seu referencial de análise eram as ações protagonizadas pelo cangaceiro. Todavia, as ações aqui consideradas são as que satisfizeram às demandas dos elogiadores.

O elogio proveniente dos que não se identificavam com a parentela lampiônica ou com as benesses recebidas do cangaceiro, geralmente tinha como mola propulsora ou a reivindicação de identificação com valentia, enquanto *ethos* cangaceiro, revelando apologia à macheza; ou provinha dos defensores da ideia do escudo ético (MELLO, 2004), que a Lampião dava legitimidade para agir, recebendo indulto dos sertanejos, mesmo diante das atrocidades cometidas, uma vez que suas práticas eram justificadas (ALBUQUERQUE Jr., 1999).

Essa dicotomia discursiva começa a perder espaço em 1973, quando, na cidade de Triunfo³⁵, sob a orientação da professora Aglaê Lima de Oliveira³⁶, nos dias 14, 15 e 16 de setembro “estudantes normalistas do Colégio Stela Maris (instituição fundada por freiras alemãs), realizaram entrevistas com habitantes da zona rural triunfense, que teriam convivido com Lampião”. (FERREIRA Jr., 2010, p. 65).

Em 1975, na mesma cidade, foi fundado o “Museu do Cangaço e da Cidade de Triunfo”, instituição que foi regulamentada pelo Estatuto da Sociedade Mantenedora do Museu do Cangaço e onde se encontram as entrevistas citadas. Estas, em texto mimeografado, revelam, passados trinta e cinco anos da chacina de Angicos, as representações positivas de Lampião, presentes no imaginário do campônio triunfense, como se observa nas falas de dois desses entrevistados: Adriano Norato de Lima e Rosendo Carneiro da Silva.

Para Adriano, Lampião foi um **vingador**, pois, “com o fim de vingar a morte de seu pai, entrou para o cangaço”. Verifica-se a vingança como justificativa para a prática cangaceira. Pode-se atrelar a fala do informante à teoria do “Escudo Ético”, de Frederico Pernambucano de Mello (2004), que, em síntese, é assim definida:

³⁵ Triunfo dista de Serra Talhada 37 quilômetros. Destaca-se por seu clima de altitude e pela abundância e qualidade de sua água. É considerada um “oásis” no semiárido pernambucano (Nota do autor).

³⁶“Aglaê Lima de Oliveira, autora do livro, em 1970, “Lampião, Cangaço e Nordeste” e que, em programa da extinta TV Tupi, empolgou o Brasil respondendo sobre Lampião. (Nota do autor).

[...] a vingança tende a revestir a forma de um legítimo direito do ofendido. No sertão, quem não se vinga está moralmente morto [...] ao invocar as tais razões de vingança, o bandido, numa interpretação absurdamente extensiva e nem por isso pouco eficaz, punha toda a sua vida de crime a coberto de interpretações que lhe negassem um sentido ético essencial. A necessidade de justificar-se aos próprios olhos e aos de terceiros levava o cangaceiro a assoalhar o seu desejo de vingança, a sua missão pretensamente ética, a verdadeira obrigação de fazer jorrar o sangue de seus ofensores. (MELLO, 2004, p. 126-127).

O informante reproduz uma prática presente no folclore heroico sertanejo, que imortaliza o protagonista escudado na ética, omitindo eventuais covardias e perversidades e enaltecendo um ou outro gesto de bravura.

Para Rosendo, Lampião foi **moralizador dos costumes**, uma vez que, segundo ele, “com o cangaço criou-se mais medo e vergonha, pois o povo tinha medo de Lampião [...] o povo ficou temendo alguém e se comportando melhor”. O informante reproduz uma representação típica do sertão da época, em relação às ações lampiônicas que se pautavam no chamar à ordem infratores dos bons costumes. Assim, ou por solicitação ou por conta própria, Lampião arvorava-se defensor dos bons costumes e, desse modo, castrava praticantes de incestos, ferrava, na face ou nádegas, mulheres que usassem cabelo e ou saia curtos etc. (CARVALHO, 1977). À semelhança do depoimento anterior, não se trazia à tona as barbaridades cometidas pelo cangaceiro, como, por exemplo, os estupros coletivos que comandava, sendo ele o primeiro da fila (CHIAVENATO, 1990).

A iniciativa de formação do Museu do Cangaço em Triunfo, ao contrário do que se possa pensar, não teve como força motriz o interesse de algum produtor cultural, mas de uma freira franciscana, Maria José Alves Blandona, que necessitando renda maior para o sustento da instituição que presidia, idealizou a fundação do museu, enquanto meio que objetiva um fim: atrair turistas e estes, por sua vez, hospedarem-se na casa presidida pela religiosa. Isto se confirma pela informação dada por Diana Rodrigues Lopes:

Partiu da irmã Maria José. Ela perdeu parentes pelos cangaceiros. Mas ela... Como na época tinha a pousada, hoje é a pousada “Lar Santa Elizabeth”. Ela começou um movimento de pousada para o sustento da Casa. Então, ela sentiu necessidade de que os turistas tivessem algum ponto de referência sobre o cangaço. Ela começou a

chamar um grupo e esse grupo saiu garimpando. Foi muito bom, porque não havia um despertar em cima de Lampião, em cima de objetos e, foi colhido muita coisa. Não dos próprios cangaceiros. Temos poucas. Mas peças que marcam uma época em que o cangaço se desenrolava no Nordeste brasileiro. (Entrevista realizada com Diana Rodrigues, professora e produtora cultural em Triunfo, em 26/12/2011).

Dentre as funções do museu regulamentadas pelo Estatuto citado, constava “promover a pesquisa, a coleta, a classificação, o registro, a exposição e a divulgação de objetos, documentos, fotos e filmes, depoimento e informações sobre o fenômeno do cangaceirismo no Pajeú” (FERREIRA Jr, 2010, p. 65).

Embora se verifique na ação regulamentadora do museu triunfense inexistência de referência direta a Lampião, indiretamente lhe é feita referência, uma vez que, no Médio Pajeú, não houve outro movimento cangaceiro, senão o realizado por Lampião.³⁷

Dessa forma, verifica-se na região em discussão, a existência de vanguarda triunfense no processo de glorificação e apropriação da memória lampiônica. O vanguardismo triunfense relacionado às coisas do cangaço lampiônico no Pajeú é atestado por Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense e presidente da Fundação Cabras de Lampião³⁸:

Em 1975, lá foi criado o Museu do Cangaço, no Lar Santa Elizabeth. **Em Serra Talhada não se falava nada sobre Cangaço. Triunfo partiu na frente.** Então, lá foi criado o Museu do Cangaço. Era um pequeno museu, mas muito bem mostrado. (Negritos nossos). (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural em Serra Talhada, em 14/04/2009).

Note-se que, além de corroborar com o vanguardismo triunfense, Anildomá Willians de Souza (de agora em diante será identificado como Domá, como é

³⁷ Quando se afirma não ter havido outro movimento cangaceiro no Pajeú, senão o de Lampião, refiro-me ao fato de não ter existido outro movimento com as características possuídas pelo comandado por Lampião. Verdade é que, anterior a Lampião, houve o grupo de Sinhô Pereira que, inclusive, teve Lampião como participante. Todavia, os agires de Sinhô Pereira eram voltados exclusivamente contra desafetos da família Carvalho, de quem a família Pereira, a quem pertencia, era ferrenha inimiga. (Nota do Autor).

³⁸ Instituição fundada em 1994 por Anildomá Willians de Souza. Dedicada às coisas do cangaço lampiônico, desenvolve trabalho de inclusão social usando a expressão cultural xaxado. Possui o Grupo de Xaxado Fundação Cabras de Lampião que tem se apresentado em várias partes do Brasil e, por duas vezes, na Venezuela. Também cabe a esta Instituição a fundação e manutenção do Museu do Cangaço de Serra Talhada. (Nota do autor).

conhecido em Serra Talhada) atesta que, até 1975, nada se falava sobre Lampião em Serra Talhada.

2.6.2 A reação serratalhadense à vanguarda triunfense

A atitude em Triunfo repercutiu negativamente entre os que, naquela época, em Serra Talhada, estavam envolvidos com o movimento artístico-cultural. Assim, membros de um grupo teatral chamado TAST (Teatro Amador de Serra Talhada)³⁹, existente à época, empreenderam discurso de resistência à ação triunfense. Sobre isto, diz Tarcísio Rodrigues, hoje diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada e, à época, membro fundador do TAST:

O TAST, naquela época, estava em plena atividade e foi extremamente contra... Nada contra Triunfo... Mas, nós fomos extremamente contrários... Só que éramos um bando de meninos e ninguém deu ouvidos. Nós achávamos uma injustiça que Triunfo... Inclusive foram freiras alemãs que conseguiram isto, pois o museu estava no Lar Santa Elizabeth... Está montando um museu do cangaço quando a terra de Lampião era aqui [...] Nada tinha sobre Lampião [...] Então, na época, a gente foi muito contra esse museu do cangaço em Triunfo. (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

Uma análise do conteúdo do discurso de Tarcísio Rodrigues traz à tona dados significativos acerca do princípio da disputa da memória de Lampião entre Serra Talhada e Triunfo. Vejamos:

[...] nós fomos extremamente contrários [...] nós achávamos uma injustiça que Triunfo [...] está montando um museu do cangaço quando a terra de Lampião era aqui [...] então, na época, a gente foi muito contra esse museu do cangaço em Triunfo.

Aqui se verifica reivindicação de um suposto direito sobre a memória de Lampião, baseado em um fato verdadeiro: a naturalidade do cangaceiro. O informante se identifica territorialmente com Lampião, quando afirma ser Serra

³⁹ Grupo de teatro amador criado em 1973, por Tarcísio Rodrigues, Bartolomeu Rodrigues e Antônio Carlos Rocha. Segundo Tarcísio, em entrevista concedida em 14/08/2009: “foi o TAST quem, em 1977, deu o pontapé inicial para a fundação da Casa da Cultura de Serra Talhada”.

Talhada seu verdadeiro *homeland*. Pensamos que definir território e as suas variedades de dimensões se torna necessário a uma melhor compreensão do que afirmamos. Assim, de acordo com RAFFESTIN (1993) *apud* ALBAGLI (2004, p. 27):

O território não se reduz à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta [...] A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões, tais como: dimensão física, dimensão econômica, **dimensão simbólica** e dimensão sociopolítica. (Grifos nossos).

Dentro dessa definição, buscando compreender mais meticulosamente a identificação do informante com a conterraneidade lampiônica, destacamos no fragmento acima, enquanto elemento diferenciador de territórios, a dimensão simbólica, que segundo ALBAGLI (2004), trata-se do “conjunto específico de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares [...] um elemento constitutivo de sua identidade”. Desse modo, Tarcísio Rodrigues identifica Lampião com Serra Talhada, desqualificando, dessa forma, a cidade de Triunfo, enquanto portadora de intenção de identificar-se com Lampião;

[...] Inclusive foram freiras alemãs que conseguiram isto, pois o museu estava no Lar Santa Elizabeth [...]

A desqualificação da ação triunfense se avulta no discurso de Tarcísio Rodrigues quando ele traz à tona a força motriz da ação de construção do Museu do Cangaço na cidade de Triunfo: freiras alemãs. A maneira como expressou a frase em destaque – perpassada por um sorriso irônico –, demonstrava que sua discordância tomava mais corpo, porque quem estimulou a ação (freiras alemãs) nada tinha de identificação com a cultura pajezeira⁴⁰.

A atitude de Tarcísio Rodrigues reflete um sentimento que remete à territorialidade, enquanto atributo humano que, segundo Albagli (2004, p. 29), “é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais [...] que resulta de processo de socialização, da psicologia coletiva, da interação entre seres humanos mediada pelo espaço”. Ou seja, a desqualificação da ação triunfense feita

⁴⁰Referente à região do Pajeú.

pelo informante decorre de um sentimento de pertencimento, “de pertencer àquilo que nos pertence” (2004).

[...] Só que éramos um bando de meninos e ninguém deu ouvidos [...] Nada tinha sobre Lampião [...].

Todavia, a indignação de Tarcísio Rodrigues e de seus companheiros de teatro em relação à iniciativa triunfante de apropriação da memória lampiônica experimenta freio, uma vez que, em Serra Talhada, à época, nenhuma movimentação existia que se relacionasse com a figura de Lampião, no que diz respeito à preservação e ou exaltação de sua memória.

Da frustração anunciada na fala de Tarcísio Rodrigues deduz-se a resistência que existia, no espaço serra-talhadense, à temática Lampião. Desse modo, verifica-se a existência de um impasse significativo: à voz dos indignados artistas serra-talhadenses não se juntavam outras vozes cidadinas. Consequentemente, uma pergunta se fazia anunciada: Como se levantar contra a ação triunfante se, em seu berço, Lampião era vilipendiado majoritariamente? Parece responder a esta pergunta a ponderação do próprio Tarcísio Rodrigues: **“Nós tínhamos uma preocupação muito grande com a questão cultural da cidade, tanto que nossa briga era ter o teatro como pano de fundo para a criação da Casa da Cultura de Serra Talhada”** (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).(Grifos nossos).

Antes, porém, da fundação da Casa da Cultura de Serra Talhada, outro evento ocorreu, em 1984, protagonizado por Domá. Foi encenada, no auditório do Colégio da Imaculada Conceição, a peça teatral “A Chegada de Lampião no Inferno” que, segundo o próprio Domá, “foi o primeiro trabalho que nós imaginamos ser Lampião. Vamos **resgatar** a imagem de Lampião em Serra Talhada”⁴¹. Aqui, também cabe analisar o conteúdo do discurso de Domá:

[...] vamos **resgatar** a imagem de Lampião em Serra Talhada.

Resgatar remete à ideia de tirar alguém de uma condição de desfavor. Ou seja, demonstrava estar Serra Talhada (nas pessoas de seus produtores culturais)

⁴¹ Entrevista realizada em 14/04/2009.

entendendo que partia em desvantagem na corrida pela guarda da memória lampiônica. O texto da peça tinha a intencionalidade deliberada de dar novos contornos à imagem de cangaceiro, perfazendo o que, à luz da Sociologia weberiana, chama-se ação racional com relação a um objetivo (WEBER, 2002).

O resgate da imagem de Lampião implicava transportar o cangaceiro do mero discurso dicotômico (herói X bandido) para outra situação, que o fizesse mais bem visto pelas pessoas. Surge a ideia de chamá-lo história e com isto, secundarizar os crimes e as atrocidades cometidas pelo cangaceiro. Um exemplo desse deslocamento identitário lampiônico é o livro escrito por Domá, em 2006, intitulado: “Lampião: nem herói, nem bandido – A História”. Veja-se, na figura abaixo, a capa do livro:

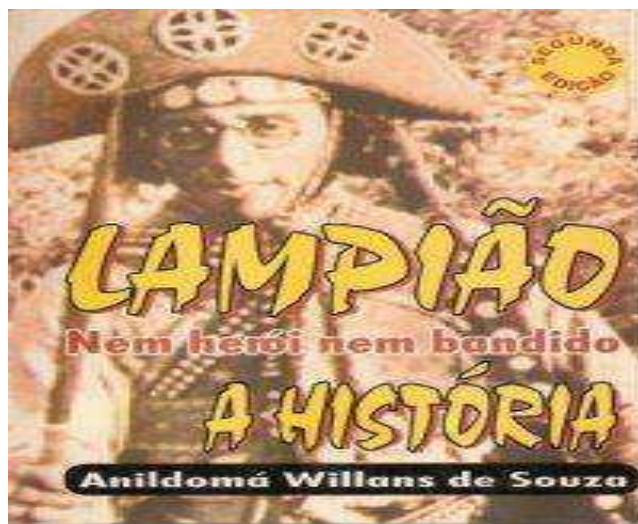


Fig. 2: Capa de livro de Anildomá Willans de Souza
Fonte: <http://www.skoob.com.br/livro/152729-lampiao>

Dessa forma, passa-se a produzir uma nova imagem lampiônica, não existindo qualquer preocupação com a veracidade dos elementos constitutivos dela. Urgia ressignificá-la, ainda que fosse necessário “enganar e iludir, indo além da verdade ou falseando-a”, (SCHWARTZENBERG, 1978, p.14,15). Trata-se, como afirma Pollak (1992, p. 204), referindo-se à memória como sendo fenômeno construído, de uma “organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento”.

Em 1986, atendendo aos anseios dos produtores culturais e artistas serratalhadenses, o Vereador Expedito Eliodório, popularmente conhecido como Louro Eliodório, propõe um projeto de Lei e o leva à apreciação de seus pares, de quem

consegue aprovação do que veio a ser a Lei Municipal nº 621, de 19 de dezembro de 1986. O texto da lei citada mostra claramente a intenção do seu autor: trazer à lembrança personagens serra-talhadenses que, segundo seu ver, vivenciavam descaso local. Lampião figurava entre tais personagens. Veja-se o excerto da Lei:

A terra que à nação lançou homens, entre outros, da estirpe dum Agamenon Magalhães e **Virgulino Ferreira da Silva (Lampião)**, vegeta no limbo da insensibilidade. Pouco ou nada foi realizado a fim de que se arrancasse dos terreiros desolados dos seus filhos o joio da desinformação sobre suas origens; sua casa; sua memória [...] Nem tudo está perdido. Em toda a perdição sempre resta algo para servir de testemunho, de memória ao que se perdeu e ao que sobrou.⁴² (Grifos nossos).

Percebe-se, quando coloca Agamenon Magalhães⁴³ e Lampião no mesmo patamar de importância, que o referido Vereador busca reforçar, em Serra Talhada, o movimento de glorificação à memória de Lampião. Mesmo que em sua origem o projeto de Louro Eliodório demonstrasse preocupação com o “resgate da memória cultural do município”, dado o momento que vivenciava a cidade – movimento de grupos específicos que reivindicavam uma nova concepção sobre os valores do cangaço e sobre a personalidade de Lampião (FERREIRA Jr., 2010) –, indicava apropriação da memória coletiva do cangaço, mais precisamente da memória lampiônica, conforme o excerto abaixo, quando se faz referência à criação do Museu da Cidade e ao Estatuto da Fundação Casa da Cultura de Serra Talhada:

[...] uma campanha regional para resgatar para Serra Talhada objetos, móveis, utensílios, depoimentos, documentos da história da cidade e do cangaço [...] **reconstrução das casas de Lampião e do seu principal inimigo, Zé Saturnino [...] elevação de monumentos a Lampião e ao Barão do Pajeú**, em cada uma das entradas da cidade [...] promoção de concurso regional, quiçá nacional, sobre o tema: **Serra Talhada, Berço de Lampião**.⁴⁴ (Grifos nossos).

⁴²Câmara Municipal de Vereadores, 1986.

⁴³Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, serra-talhadense que se tornou célebre na política nacional: foi Deputado Estadual e Federal, Ministro de Getúlio Vargas, interventor e Governador de Pernambuco. É considerado o mentor ideológico do estadonovismo varguista (PANDOLFI, 1984).

⁴⁴Trecho de apresentação do Projeto de Lei Nº 621 de 19 de dezembro de 1986, que instituiu a Fundação Casa da Cultura de Serra Talhada e o Museu da Cidade.

Verifica-se que embora não se atrele somente à pessoa de Lampião, visto que é citado o Barão do Pajeú⁴⁵ e, no fragmento anterior, Agamenon Magalhães, a Lei atribui significativa importância ao cangaceiro. Isto se torna ainda mais evidente, quando não se esquece de se dar a Lampião *status* comercial, como se observa em mais outro excerto da Lei em exposição:

Não se concebe o ostracismo a que condenamos nossa terra e nossa gente, negando-nos, **inclusive, as divisas que por certo ganharíamos com o folclore e a memória de Lampião, verdadeiros motivos de atração turística tão bem explorados por cidades e Estados, que pouco tiveram a ver com Virgulino Lampião, filho de Serra Talhada**⁴⁶. (Grifos são meus).

A reclamação da identificação com a conterraneidade lampiônica, enquanto elemento gerador de divisas para a cidade, parece se constituir elemento de contraposição à intencionalidade triunfense resgatadora da memória lampiônica para fins comerciais, anteriormente citada nesta tese.

Estabelece-se, então, uma contraposição àquilo que se cristalizara acerca da imagem do cangaceiro em solo serra-talhadense: a de bandido sanguinário. Ocorre, mediante essa invenção (HOBSBAWM; RANGER, 2002), um deslocamento de imagem envolvendo Lampião (HALL, 2006), pois da condição de facínora ascende a de patrimônio cultural municipal. Verifica-se, com esse agir, uma transgressão da lei do lugar (CERTEAU, 1996).

Criados a Casa da Cultura e o Museu da Cidade de Serra Talhada, em 1987, a instituição, à época e também hoje presidida por Tarcísio Rodrigues, buscou definir Lampião como elemento viabilizador de visibilidade midiática e atratividade turística. Para isso, empreendeu plebiscito, em 07 de setembro de 1991, conclamando a população a decidir sobre a construção e fixação, em praça da cidade, de uma estátua do Rei do Cangaço. Sobre isso, declara Tarcísio Rodrigues:

A casa vivia procurando um mote pra vender Serra Talhada turisticamente. Vivíamos procurando esse mote [...] E Serra Talhada é berço de Virgulino Ferreira [...] A gente estava ali, vendo o filão, passar despercebido, sem ser utilizado [...] os inimigos de Lampião ganhando dinheiro com Lampião e, Serra Talhada, terra de Lampião, sem usufruir disso. (Grifos nossos). (Entrevista realizada

⁴⁵Andrelino Pereira, o Barão do Pajeú, figura de renome político no passado e nome de praça da cidade. Foi um dos fundadores do clã Pereira, importante família local.

⁴⁶Trecho de apresentação do Projeto de Lei Nº 621 de 19 de dezembro de 1986, que instituiu a Fundação Casa da Cultura de Serra Talhada e o Museu da Cidade.

com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

No depoimento de Tarcísio Rodrigues encontra-se revelada a principal intenção do plebiscito: encontrar uma maneira de chamar a atenção dos cidadãos e dos de fora para Serra Talhada e, a partir disso, trazer para a cidade o usufruto de renda que tal elemento promotor dessa atenção, no caso, Lampião, promoveria.

2.6.3 Ações e discursos reivindicatórios da guarda da memória lampiônica, em Serra Talhada e Triunfo

Para os produtores culturais triunfenses, revelado mais especificamente na fala de Diana Rodrigues, é inaceitável o discurso serra-talhadense de cidade-berço de Lampião, enquanto elemento justificador da guarda da memória do cangaceiro:

Eles, como conterrâneos de Lampião, querem, realmente, que ele fique lá. Mas, **Lampião hoje não é de Serra Talhada. Lampião é do mundo. Lampião é dos estudiosos. Lampião é nosso. Nós que vimos estudando Lampião, nós somos guardiões de Lampião [...]. Ele não é de ninguém, é da história.** (Grifos nossos) (Entrevista realizada com Diana Rodrigues, produtora triunfense, em 26/12/2011).

Ser Lampião de todos e não ser de ninguém especificamente é o argumento usado pela informante triunfense para desqualificar o discurso serra-talhadense da conterraneidade lampiônica. Ademais, parece existir em sua fala certa reivindicação de autoridade, quando afirma que o cangaceiro é estudado em Triunfo. Parece negar que a mesma atitude ocorra em Serra Talhada.

É positiva a representação discursiva do cangaceiro no discurso de Diana Rodrigues. Para ela, antes de se tornar Lampião, Virgulino Ferreira foi um transeunte que manteve com o espaço triunfense uma relação estreita e que, na sua opinião, refletiu significativamente, quando da sua transformação no cangaceiro famoso:

Quando Lampião era bem jovem ainda⁴⁷, almocremando junto com seu pai, levando mercadoria daqui do Sertão pra Rio Branco, que hoje é Arcoverde [...] de lá, ele trazia mercadoria. E, **Lampião trazia mercadoria e fez amizade com os grandes comerciantes daqui.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Diana Rodrigues, produtora cultural triunfense, em 26/12/2011).

Percebe-se na fala de Diana Rodrigues ser Lampião possuidor de considerável capital social em Triunfo, que de acordo com Bourdieu (1980, p. 02), “é constituído pelo conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento”. Ou seja, no espaço triunfense, Lampião dispunha de facilidade de executar variadas ações, visto que, segundo Coleman (1990, p. 302), “o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse”. Segundo Diana Rodrigues, íntimo era o relacionamento mantido por Lampião com nomes importantes da política e do comércio local:

Quando ele volta como cangaceiro, ele tinha amigos: O coronel João Timóteo, Dr. João Cordeiro Lima, que cuidou do pé de Lampião, num ferimento que ele teve num combate. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Diana Rodrigues, produtora cultural serratalhadense, em 26/12/2011).

Também atesta Diana Rodrigues que vivenciava Lampião significativa sociabilidade no espaço triunfense, uma vez que:

[...] Lampião se arranchava nessas casas [...] **dançava** na Casa Grande das Almas, **dançava xaxado** na casa de João Timóteo. **As moças de Triunfo iam pra lá dançar com ele. Minhas tias subiam muitas vezes pra ir dançar lá. Sem problema nenhum [...] Ele não tirava inxerimento.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Diana Rodrigues, produtora cultural serratalhadense, em 26/12/2011).

⁴⁷Quando fala “Lampião”, a informante está se reportando ao jovem Virgulino Ferreira da Silva, nome real do cangaceiro. Virgulino foi, juntamente com o pai, José Ferreira, almocreve (transportador de mercadorias em lombo de animais), durante algum tempo (Nota do autor).

Diana Rodrigues também relata ter sido Triunfo palco de representação de três práticas presentes no *habitus*⁴⁸ lampiônico: o gosto pelo jogo de baralho, a prática de solidariedade e a devoção à Virgem Maria:

Ele jogava. Ficava jogando [...] ele vinha aqui sepultar os mortos acometidos pela peste bubônica. Também ele tinha uma devoção muito grande a Nossa Senhora das Dores, nossa padroeira. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Diana Rodrigues, produtora cultural serra-talhadense, em 26/12/2011).

Coroando sua narrativa acerca da amistosidade que havia entre o Rei do Cangaço e Triunfo, Diana Rodrigues faz ainda, a seguinte declaração:

Para Lampião, aqui era um lugar de descanso. A gente diz que **Triunfo era local de turismo para Lampião.** [...] porque Lampião, em todos os lugares, destruiu, matou, roubou, pintou e bordou. Aqui, em Triunfo, **a gente considera ele até como turista.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Diana Rodrigues, produtora cultural serra-talhadense, em 26/12/2011).

As declarações de Diana Rodrigues são contestadas por Tarcísio Rodrigues, produtor cultural serra-talhadense e atual Diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada. Em tom debochado ele se refere à condição de turista triunfense dada a Lampião:

[...] **Triunfo, quando se vê acuada, diz: Lampião foi nosso primeiro turista. Realmente foi. Mas, aí ta explicado tudo: turista. Lampião passou por lá.** A passagem de Lampião foi muito pequena em Triunfo [...] (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

Não satisfeito com o dito acima, Tarcísio Rodrigues evoca fatos históricos como ancoradouros do seu discurso de defesa em relação ao direito de Serra Talhada guardar a memória lampiônica:

Os processos de Lampião estão no cartório daqui. Aqui, onde nós estamos, aqui, nesse prédio, foi onde Lampião tirou o título de eleitor e fez a primeira queixa ao juiz que estava havendo a perseguição de Zé Saturnino. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

⁴⁸ Relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. (BOURDIEU, 2009)

Quando questionado acerca do grupo triunfense *Lampiônicos*, Tarcísio Rodrigues transporta-se da situação de ironia para uma postura crítica mordaz. Demonstrando irritação, expressa-se:

[...] **eles chegam a se ridicularizarem quando pintam uma tabuleta: Aqui, é solo sagrado. Aqui, pisou Lampião.** Espera aí, vamos lá... Tudo na sua medida, né? Não vamos também extrapolar. **Quer dizer, de repente, cai no ridículo.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

A reivindicação triunfense em ocupar o posto de guardião da memória lampiônica reflete tão negativamente na reação de Tarcísio Rodrigues que, deixando de lado o saudável da discussão, o produtor cultural serra-talhadense promove ataque à cidade de Triunfo, subalternizando-a em relação à cidade de Serra Talhada:

O mundo inteiro, o Brasil, sabe que a terra de Lampião é Serra Talhada e que, vizinho de nós, temos Triunfo que tem um clima agradável, que você vem para aqui e dorme lá. Eles se irritam quando a gente diz que Triunfo é a nossa Olinda [...] Nem Serra Talhada nem Triunfo sobrevive turisticamente sozinha. Triunfo precisa de Serra Talhada por ser centro comercial. Serra Talhada precisa de Triunfo por ser nosso dormitório. É nosso casario antigo. (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

Outra situação que claramente revela a existência de disputa pela memória lampiônica entre as cidades pajezeiras citadas ocorreu em 1997, ano do centenário de nascimento de Lampião.⁴⁹ Em Serra Talhada, a ocasião era esperada com grande expectativa, visto que, no ano anterior, Domá, então diretor municipal de cultura, em entrevista ao JORNAL DO COMÉRCIO, falou: “No ano do centenário, Serra Talhada vai se transformar na Meca do Cangaço”.⁵⁰

O momento foi escolhido pelos *Lampiônicos* para o lançamento da pedra fundamental da estátua de Lampião na cidade de Triunfo. A ideia da estátua se efetivou com a aprovação de um projeto de lei de autoria do vereador Ruy Trezena

⁴⁹ Existe controvérsia acerca do ano de nascimento de Lampião. Alguns afirmam ter sido em 1898, mas a maioria dos pesquisadores e produtores culturais atesta ser 1897 (Nota do autor).

⁵⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, Recife – PE, 05 de Maio de 1996.

Patu, juiz de direito aposentado. O acontecimento do lançamento da pedra fundamental da estátua é descrito, como segue, por Diana Rodrigues:

Nós fomos ao local, **com grandes pesquisadores do País, inclusive com a filha de Lampião, com a neta, com doutor Amaury, que é um grande pesquisador, com Sila, que foi cangaceira e faleceu há pouco tempo.** A gente foi ao local porque **a gente pretendia, realmente, fazer uma estátua maior do que a do Cristo Redentor.** O objetivo não era só uma estátua. Lá nós faríamos um xaxódromo, um ponto de pesquisa para o cangaço. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Diana Rodrigues, produtora cultural triunfense, em 26/12/2011).

A declaração da informante, se levada em consideração isoladamente, nada apontaria senão uma intencionalidade de um grupo específico, cuja maior parte dos componentes pertence a famílias triunfenses tradicionais, que com Lampião mantiveram relações amigáveis.⁵¹ Porém, a significação do ato se avulta quando se traz à tona a declaração de Domá, produtor cultural serra-talhadense, acerca do fato ocorrido em Triunfo:

Em 1997, nós estávamos recebendo, aqui, em Serra Talhada, no centenário de Lampião, Sila, Mocinha Ferreira, Amaury, Vera, Candeeiro⁵²... Um monte de gente. Eu consegui as passagens desse pessoal que estava vindo de Aracaju e de São Paulo. **Aí, quando foi um dia, uma jornalista de Recife, de Triunfo, juntamente com o grupo “Lampiônicos”, procurou-me e disseram “nós estamos querendo antecipar a vinda do pessoal” – aproveitando minhas passagens, meu hotel, meu carro, meu tudo – “para eles virem visitar e conhecerem Triunfo”. Não falaram em um evento. Era só uma visita que iria ser toda registrada pra ser vendida como cidade turística. Tudo bem. Quando dei fé, tava na imprensa: “Centenário de Lampião na cidade de Triunfo e na semana seguinte em Serra Talhada”. Me lasquei com meus patrocinadores! Aconteceu a palestra lá no Guarani⁵³. Fui. Estive lá ouvindo as palestras. **Fui lá pelo menos receber o pessoal que eu tava pagando, não é?** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Anildomá Willians, produtor cultural serra-talhadense, em 14/04/2009).**

⁵¹ João Cordeiro de Lima, pai do sogro do juiz aposentado e vereador Ruy Trezena Patu, era coiteiro de Lampião; João Timóteo, avô do juiz Francisco Assis Timóteo Rodrigues, era uma autoridade que costumava receber Lampião na sede de sua fazenda, cuja casa possui uma parte localizada em Pernambuco e outra na Paraíba, a chamada Casa Grande das Almas. (Nota do autor).

⁵²Sila (ex-cangaceira, companheira do cangaceiro Zé Sereno e sobrevivente da chacina de Angicos, em 1938); Mocinha Ferreira (irmã de Lampião); Antônio Amaury (escritor); Vera Ferreira (neta de Lampião) e Candeeiro (ex-cangaceiro do bando de Lampião e sobrevivente da chacina de Angicos, em 1938). (Notas do autor).

⁵³Cine-Teatro da cidade de Triunfo (Nota do autor).

Diante do exposto, percebe-se a indignação de Domá com a ação ludibriadora dos *Lampiônicos*. Verifica-se que, de maneira incorreta, os produtores culturais triunfenses, na ânsia de partir na frente na comemoração do centenário de nascimento de Lampião, usurpam um direito que, nas palavras do informante, pertencia a Serra Talhada, uma vez que os convidados presentes tinham sido “pagos” por ele. Ainda assim, mesmo enganado, Domá desqualifica o evento ocorrido em Triunfo, quando diz:

Bom, mas isso não teve nada grave. Lá ficou limitado a uma nota de jornal, porque o peso já estava definido aqui. **Eu só lamento quando a coisa fica duvidosa. Mas, Triunfo é assim mesmo.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Anildomá Willians, produtor cultural serra-talhadense, em 14/04/2009).

Claro se revela o antagonismo das cidades envolvidas no processo de detenção da posição de guardião da memória de Lampião na região do Médio Pajeú. Quando diz “Triunfo é assim mesmo”, parece haver na fala de Domá a demonstração de conscientização de que a prática de ludibriar era comum nos produtores culturais triunfenses. Após revelar sua indignação, o produtor cultural serra-talhadense, de maneira jocosa, refere-se à cidade rival: “Triunfo é uma cidade que faz parte da região metropolitana de Serra Talhada (risos). É o dormitório de Serra Talhada”. (Entrevista realizada com Anildomá Willians, produtor cultural serra-talhadense, em 14/04/2009).

Verificada a rivalidade existente entre as cidades de Serra Talhada e Triunfo decorrente da disputa que travam em torno da exclusividade de uso da memória lampiônica, necessário se faz estabelecer discussão acerca do por que dessa disputa, uma vez que, segundo Weber (2002), os sujeitos em sociedade agem mediante a existência de um intento previamente estabelecido.

Adiante serão expostas as intencionalidades dos produtores culturais em Serra Talhada e Triunfo, que se utilizam da memória lampiônica como um meio objetivando um fim previamente determinado, fato que os mostra como autores de uma ação social do tipo racional com relação a um objetivo (WEBER, 2002).

III – O USO DA MEMÓRIA LAMPIÔNICA PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SERRATALHADENSE E AGREGAÇÃO DE VALOR À IDENTIDADE TRIUNFENSE

A identidade é uma construção social e, por conseguinte, insere-se no campo das representações. Todavia, o afirmado não se constitui sinônimo de que dependa a identidade unicamente da subjetividade dos agentes sociais, uma vez que isso poderia descambar para o reducionismo identitário, visto que, segundo Cuche (2002, p. 181), “cada um seria livre para escolher suas identificações” e, por isso, “tal identidade particular poderia ser analisada como uma elaboração puramente fantasiosa, nascida da imaginação de alguns ideólogos”.

Desse modo, a construção da identidade não é possuidora de um fim em si mesma, pois é construída no interior de contextos sociais que determinam a posição dos que a constroem e, dessa maneira, norteiam as representações e as escolhas dos sujeitos, de modo que, de acordo com Cuche (2002, p. 182), a construção da identidade “não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais”.

Tomando como referência o enunciado acima, trago à discussão as cidades Serra Talhada e Triunfo, nas pessoas de seus produtores culturais, como *loci* que estabelecem uma construção (Serra Talhada) e um reforço (Triunfo) identitário, que implica “o sentido da imagem de si, para si e para os outros” e, para a consecução desse constructo identitário lança mão de uma memória, que se revela como sendo um “elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 204),

Desse modo, procurarei mostrar que a identidade que possuem as cidades citadas – “Serra Talhada: A Capital do Xaxado” e, “Triunfo: O Oásis do Sertão”, buscam em uma memória específica, a memória Lampiônica, respectivamente, o suporte e reforço de sua existência. De antemão, deixo claro que a ótica por que considerarei a identidade é a que enxerga como fenômeno que se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais (CUCHE, 2002), ou seja, uma produção inacabada (HALL, 2006), relacional e, conseqüentemente, mutável em cada relação e necessitada da alteridade (REIS, 2006).

3.1. Lampião e sua relação com as identidades Serra-talhadense e Triunfense

3.1.1. Serra Talhada: Lampião como elemento promotor de nova identidade

Serra Talhada foi berço de três misses do Estado de Pernambuco (1974, 1975 e 1976), fato que lhe rendeu a identidade de “Capital da Beleza” ou, como se enfatizava nas rádios locais, Cidade Tricampeã da beleza pernambucana. Esse epíteto prevaleceu até meados da década de 1990. Em 1994, quando passei a residir na cidade, ainda reverberava, através das vozes dos locutores locais. Os cidadãos, por sua vez, representavam positivamente no referente a identificar-se com a “terra de mulher bonita”, como se observa na fala de Antônia Izaura Freires:

Era uma grande festa. A gente ia até a praça assistir o concurso. Naquele tempo não tinha televisão em todo canto. Então o povo se reunia onde tinha e a maioria ia para a praça. Depois que elas ganhavam, saía a carreata e era muita festa! Quando elas chegavam, eram recebidas na entrada da cidade. Havia entrega da chave da cidade pelo prefeito. Tocava banda e a comemoração era no CIST!⁵⁴ (Entrevista realizada com Antônia Izaura Freires, costureira, em 20/08/2012).

Porém, com a criação da Casa da Cultura e do Museu da Cidade de Serra Talhada, em 1987, começou a existir, por parte de sujeitos envolvidos com a cultura local, mais especificamente, Tarcísio Rodrigues, presidente da instituição e, Anildomá Willians (Domá), ator de teatro e produtor cultural, a preocupação em “**vender Serra Talhada, turisticamente**”, como afirmou Tarcísio Rodrigues⁵⁵, preocupação que se revela no fato de atestar o informante ter existido tentativas frustradas na busca de uma “mercadoria” que gerasse atrativo à cidade e, conseqüentemente, pudesse lhe promover uma nova identidade:

Antes nós fizemos a Missa do Poeta, após a morte de Zé Marcolino⁵⁶, que era conselheiro da Casa também. Fizemos a Missa do Poeta. Fizemos três edições ainda, mas descobrimos que a Missa do Poeta não era o mote ideal. Não vendia como nós queríamos (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

⁵⁴Clube municipal.

⁵⁵Entrevista realizada em 14/08/2009.

⁵⁶José Marcolino Alves, conhecido como poeta e famoso por composições musicais interpretadas por Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. A mais divulgada das suas composições é “Numa Sala de Reboco”.

O depoimento do produtor cultural revela a intenção de se construir uma nova identidade para a cidade. Para isso buscava algo que em si mesmo portasse a capacidade de atrair a atenção dos “de fora”, buscava inventar uma nova tradição (HOBSBAWM, 2002), uma vez que a existente não era suficientemente capaz de servir à intencionalidade previamente determinada: vender a cidade.

Diante dessa intencionalidade, um acontecimento veio a prenunciar sua consecução: uma polêmica surgida a partir da intenção de se colocar, em praça da cidade, estatuetas de Lampião, Maria Bonita e Corisco, cuja autoria era do artista plástico serra-talhadense, Juracy Jussé. Desejoso de ver o seu trabalho exposto, Juracy procura o vereador Expedito Eliodório, conhecido como Louro, e lhe fala de sua intencionalidade. Essa interação entre o artista e o político é afirmada por Tarcísio Rodrigues:

Juracy confeccionou três estátuas – Lampião, Maria Bonita e Corisco. **Confeccionou por confeccionar, por conta própria.** Louro, vereador à época e amigo de Juracy, contemporâneo dele da época da Casa do Estudante, fez um projeto de lei para botar as estátuas na praça. O que nunca conseguiu realizar. São aqueles projetos que não saem do papel (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

A partir da polêmica gerada em torno da colocação em praça pública das estatuetas, a Casa da Cultura, com o apoio da Prefeitura (gestão do prefeito Ferdinando Feitosa), resolve colocar em prática o projeto do vereador e, conforme consta em o Diário de Pernambuco, de 09 de julho de 1991, “para evitar arbitrariedades e possíveis retaliações pelos segmentos contrários à homenagem, optou por realizar uma consulta direta à população”.⁵⁷

Definiu-se que em 07 de setembro de 1991, haveria um plebiscito, onde a população, através de voto não obrigatório (exigindo-se somente a comprovação da conterraneidade lampiônica), decidiria acerca da questão. Principia-se, dessa forma, a tentativa de se promover uma nova identidade à cidade. Quando afirmamos ser uma tentativa, baseamo-nos na declaração de Tarcísio Rodrigues, onde se verifica a ausência de convicção naquilo que se propunha:

⁵⁷Caderno Cidade. Recife, terça-feira, 9 de julho de 1991. A-9.

Então, o plebiscito, na verdade, foi uma maneira de chamar a atenção e de... Foi um piloto... Uma maneira de experimentar a coisa. (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

A incerteza cede lugar ao desejo de ver cristalizada a ideia e, assim, Tarcísio Rodrigues, de maneira extraoficial – porquanto oficialmente deveria parecer neutro no processo, uma vez que presidia a instituição promotora do plebiscito – solicita a ajuda de Anildomá Willians, o Domá, conferindo-lhe o papel de coordenador da campanha pelo **sim** ao erguimento da estátua em homenagem a Lampião:

Precisava se fazer uma campanha a favor de Lampião. E eu chamei Domá e pedi pra fazer. Até por ser uma pessoa de teatro e também porque **ele sabia as intenções da Casa. Nossa intenção era criar o produto turístico.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

Verifica-se na ação de Tarcísio Rodrigues a prática de uma representação, que segundo Goffman (2009, p. 29), é “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência”. Assim, o presidente da Casa da Cultura de Serra Talhada, na representação de sua pseudoneutralidade durante o processo do plebiscito, lançava mão, conforme a linguagem gofimiana, de uma fachada, que é “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a sua apresentação” (GOFFMAN, 2009, p. 29).

A convocação é aceita por Domá, que exerce com denodo a função que lhe foi confiada por Tarcísio Rodrigues: arrebanhar votos favoráveis à implantação da estátua para Lampião. O agir de Domá é pormenorizado por ele próprio, quando enumera as suas ações:

Eu estava à frente do MTP – Movimento de Teatro Popular – e fomos nós que fizemos **a carta**, pedimos voto pra Lampião. (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense, em 14/04/2009).

À época, buscando salvaguardar-se, o autor da carta não a assinou. Conferiu sua autoria ao Movimento de Teatro Popular, do qual fazia parte. Abaixo, a carta original, feita por Domá.

NEM HERÓI, NEM BANDIDO
ELE É HISTÓRIA!
DIGA "SIM" A LAMPIÃO

Para se pronunciar favorável ou contra, a colocação de uma estátua de Virgulino Ferreira, LAMPIÃO, na praça pública de nossa cidade, é preciso antes conhecer a fundo toda a questão.

Em primeiro lugar, sempre reconhecemos a importância de Agamenon Magalhães. Sempre nos orgulhamos de ser berço de tão importante político; sem dúvida, um dos maiores estadistas deste país. Acontece que a cidade nunca esqueceu de tão importante figura, a prova disto é um belo busto que existe numa praça que tem o mesmo nome.

Nunca, em momento algum defendemos LAMPIÃO como herói, nunca deixamos de reconhecer que foi um Cangaceiro, e como tal cometeu crimes bárbaros; no entanto, é preciso lembrar que foi vítima do sistema da época, onde imperava a figura dominante dos "CORONÉIS" que mandavam e desmandavam nos Sertões. (Afim, que eram latifundiários, exploradores, detinham em suas fazendas centenas de pistoleiros, jagunços, cangaceiros, para exterminarem seus opositores, ou qualquer pessoa que não lêsse na mesma cartilha política?)

LAMPIÃO, de fúzil em punho, teve a ousadia de enfrentar esse poder; de fúzil em punho fez sua lei; de fúzil em punho entrou para a história do século XX. Por ter tido tal ousadia, LAMPIÃO atraiu para si a simpatia dos sertanejos sofridos, transformando-se assim, numa espécie de BANDIDO-HERÓI" tal qual foi o lendário Robin Hood na Inglaterra. Lembramos que figuras como Bill The Kid, Jesse James, (no Velho Oeste Americano), são lembrados em suas cidades natal com grandes monumentos, vivendo sua região exclusivamente do turismo, e eles não foram nem mais nem menos bandido que nosso conterrâneo.

Lembramos também que as técnicas de guerrilha usada por LAMPIÃO e seu bando, foram pioneiras na América Latina, tendo sido inclusive copiada por Fidel Castro e Che Guevara, na Sierra Maestra, na conquista de Cuba!

Um povo sem história é um povo sem identidade!

Não devemos nos iludir com a história contada pela elite, pela burguesia... História contada de cima pra baixo!

A verdadeira história é a do POVO! Contada de baixo pra cima... Contada pelos filhos do povo sofrido, e não pelos descendentes dos CORONÉIS!

Se estátua fomentasse violência, teríamos de usar o mesmo parâmetro para dizer que estátua fomenta paz... Então o Rio de Janeiro seria um verdadeiro paraíso, com o Cristo Redentor, não é o mesmo?!

Diga SIM A LAMPIÃO! ELE É HISTÓRIA

Assina: Movimento de Teatro Popular - MTP.

Fig. 3: Carta aberta defendendo a instalação da estátua de Lampião em Serra Talhada
Fonte: Acervo de Anildomá Willans de Souza.

O documento em destaque é intitulado “Nem Herói, Nem Bandido, Ele É História: Diga Sim a Lampião” e é assinado pelo Movimento de Teatro popular – MTP. A carta afirma não existir, por parte dos favoráveis à estátua, nenhuma intencionalidade de heroicizar Lampião. Mostram-no como cangaceiro e criminoso. É percebido claramente não existir a intencionalidade de afrontar os contrários, uma vez que, de acordo com Tarcísio Rodrigues:

Quando nós lançamos o plebiscito nas ruas, apareceu inimigo de Lampião de tudo que é trincheira, sabe (risos). A gente não esperava que fosse tão recente a coisa, que tivesse tão à flor da pele, tão viva! (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 05/01/2009).

Assim, verificava-se a presença do medo e, com ele, prevalecia o desejo de segurança, uma vez que, sabiam os organizadores do plebiscito o risco que corriam e, mais principalmente Domá, que estava nas ruas, buscando abertamente votos para o *sim*:

Nunca, em momento algum, defendemos LAMPIÃO como herói; nunca deixamos de reconhecer que foi um Cangaceiro, e como tal cometeu crimes bárbaros.⁵⁸

Mas, ao mesmo tempo em que não negam a criminalidade que perpassava a personalidade lampiônica, mostram o cangaceiro vítima do determinismo social, ou seja, procuram eximi-lo da responsabilidade de ter se transformado em bandido cruel:

[...], no entanto é preciso lembrar que foi vítima do sistema da época, onde imperava a figura dominante dos “CORONÉIS” que mandavam e desmandavam nos Sertões (afinal, quem eram latifundiários, exploradores, detinham em suas fazendas centenas de pistoleiros, jagunços, cangaceiros, para exterminarem seus opositores, ou qualquer que não lesse na mesma cartilha política?)⁵⁹

Percebe-se a intencionalidade dos organizadores de eximir Lampião da responsabilidade de ter se tornado um bandido protagonista de atos perpassados

⁵⁸Trecho da carta escrita à população de Serra Talhada durante a campanha pelo **sim** à construção de uma estátua para Lampião e fixação em praça da cidade.

⁵⁹Idem.

pela crueldade. Esse parágrafo funciona como elemento preparatório para a glorificação que chega ao cangaceiro no parágrafo posterior:

Lampião, de fuzil em punho, teve a ousadia de enfrentar esse poder; de fuzil em punho, fez sua lei; de fuzil em punho, entrou para a história do século XX. Por ter tido tal ousadia, LAMPIÃO atraiu para si a simpatia dos sertanejos sofridos, transformando-se, assim, numa espécie de BANDIDO-HERÓI, tal qual foi o lendário Robin Hood, na Inglaterra.⁶⁰

Além de perpassar o cangaceiro com características revolucionárias, elemento presente no discurso de Facó (1968), Domá busca na história elementos justificadores para a ação que empreende (glorificar Lampião), quando cita exemplo de Robin Hood. Enquadra Lampião como bandido social, na categoria do “ladão nobre”, Hobsbawm (2010, p. 39). Divulgava-se um Lampião idealista, “possuidor de consciência dos problemas do seu tempo e imbuído em transformar o seu mundo” (FERREIRA Jr., 2010, p. 67).

Somado a isso, parecendo esquecer que as sociedades são pontuais e, conseqüentemente, ímpares em seus *ethos*, o produtor cultural conclama a sociedade serra-talhadense a se espelhar na sociedade de determinadas cidades norte-americanas, que explorando a vida facinorosa de seus filhos, angariam benefícios para si, quando usam suas imagens como atrativo turístico.

Lembramos que figuras como Bill the Kid, Jesse James (no Velho Oeste Americano), são lembradas em suas cidades natal com grandes monumentos, vivendo sua região exclusivamente do turismo, e eles não foram nem mais nem menos bandidos que nosso conterrâneo.⁶¹

Adiante, a carta porta em si algo sobremodo exacerbado no referente à glorificação que promove a Lampião: afirma-o gênese, na América Latina, das táticas de guerrilhas e promove ligação do seu *modus operandi* com o vivenciado na Revolução Cubana:

⁶⁰ Trecho da carta escrita à população de Serra Talhada durante a campanha pelo **sim** à construção de uma estátua para Lampião e fixação em praça da cidade.

⁶¹ Idem.

Lembramos também que as técnicas de guerrilha usada por LAMPIÃO e seu bando, forma pioneiras na América Latina, tendo sido inclusive copiada por Fidel Castro e Che Guevara, na Sierra Maestra, na conquista de Cuba!⁶²

A afirmação feita acima denuncia inexistência de qualquer preocupação com a veracidade do que se afirmava. Importava a Lampião atribuir predicativos e levar as pessoas a acreditar neles. Era, como se verifica no trabalho de um artífice, o construir gradativo de uma imagem, como explica Schwartzberg (1978, p. 14): “a realidade pouco importa em si mesma. O importante é que acreditem nela e a aceitem. Ainda que seja uma imagem inteiramente inventada, embelezada ou retocada.”

Uma preocupação presente nos organizadores do plebiscito foi retirar Lampião da discussão que se polarizava em defini-lo como herói ou como bandido. Não interessava aos mentores da glorificação lampiônica tal discussão, uma vez que trazia à cena as barbáries cometidas pelo cangaceiro.



Fig. 4: Slogan pichado em muro de escola.
Fonte: Diário de Pernambuco, 21 de julho de 1991.

⁶² Idem.

A saída encontrada pelos produtores culturais foi promover a Lampião um deslocamento de lugar nas discussões travadas a seu respeito na cidade. Ou seja, retirá-lo da discussão bipolar herói/bandido e lhe promover ao ser somente história. Isto, por sua vez, ofuscaria as atrocidades cometidas pelo cangaceiro e seus comandados, porquanto retira de cena a pormenorização dos acontecimentos e enfatiza o fato histórico em si mesmo. Domá reivindica a autoria dessa ação, quando afirma: “Fui eu que puxei a campanha com o *slogan*: Nem herói nem bandido, ele é história: Diga sim a Lampião”. Abaixo, registro da ação de Domá:

Depois de cerca de seis meses de acirrada campanha, ocorre o plebiscito. Com a finalidade de legitimar o evento, a Justiça Eleitoral envolveu-se no processo definindo as regras para votação, a quantidade de urnas que seriam instaladas e o critério exigido para se votar. Sobre isso, explicou Domá:

Houve o acompanhamento da Justiça Eleitoral, que cedeu as urnas, as urnas oficiais [...] Então foi montada uma barraca com uma baita estrutura de segurança, no meio da Praça Sérgio Magalhães, para as pessoas irem votar. Com polícia com tudo. O que diferenciava das eleições normais, era que podia votar qualquer pessoa, mesmo que seu direito eleitoral fosse de outra cidade, mas ele comprovasse com RG ou certidão de nascimento que era nascido em Serra Talhada. O plebiscito foi para os filhos de Serra Talhada votar (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serratalhadense, em 14/08/2009).

Depois de muita discussão e ameaças feitas pelos opositores de Lampião aos favoráveis à sua homenagem, chega o dia da eleição, 07 de setembro de 1991. Com estrutura semelhante àquela exigida para a realização de uma eleição comum, viabilizada pela Justiça Eleitoral; com reforço policial e com a expectativa que perpassa o eleitor (favorável e contrário), ocorreu, das 08:00h às 17:00h, a votação. Abaixo, na figura 5, veja-se o controle feito pela Justiça Eleitoral, em comprovante emitido pela Casa da Cultura de Serra Talhada:



Fig. 5: Comprovante de Votação Plebiscito em Serra Talhada
Fonte: Anildomá Willians de Souza

Apuradas as urnas, consolidou-se o desejo dos favoráveis à homenagem a Lampião. Ao todo, 2289 pessoas votaram e dessas, 72% disseram SIM à construção de uma estátua do cangaceiro e a fixação dela em praça da cidade. A divulgação do resultado foi feita à noite, em programa televisivo de rede nacional⁶³ e, na mesma ocasião, na Praça Sérgio Magalhães, a principal da cidade. Sobre esse momento, testemunha Domá:

[...] Foi um estouro. Serra Talhada toda estava na Praça. A imprensa. Camisas sendo vendidas, boné, chapéu, coisa de cangaceiro, um monte de coisa, bolsa, tudo quanto era de coisa de cangaceiro, o pessoal vindo de fora. A festa ficou uma festa do cangaço [...] depois que saiu o resultado no Fantástico, as autoridades foram até o palco anunciar, pois, nem todas as pessoas sabiam do resultado. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense, em 05/01/2009).

Para Tarcísio Rodrigues, o resultado promoveu a Serra Talhada a solução da problemática turística que vivenciava, pois, segundo ele, **“Serra Talhada descobriu em definitivo, o principal cartão postal, aliás, não é nem cartão postal, o principal produto turístico da cidade que é Virgulino Ferreira”** (grifos nossos)⁶⁴. A mídia jornalística pernambucana sensacionalizava acerca do ocorrido na cidade e, em reportagem feita dois dias após o resultado do plebiscito, trazia o seguinte informe:

⁶³“Fantástico”, programa semanal, apresentado aos domingos, pela Rede Globo de Televisão.

⁶⁴Entrevista realizada em 05/01/2009.



Fig. 6 – Manchete sobre o resultado do plebiscito em Serra Talhada.
Fonte: Diário de Pernambuco, 09/09/1991.

O sensacionalismo dado ao evento pela mídia jornalística pernambucana se mostra quando supervaloriza o resultado do plebiscito e o chama de “absolvição de Lampião” e cobra do cangaceiro um *feedback*, ou seja, que ele recompense o esforço feito pelos organizadores e dos votantes, alavancando o turismo serra-talhadense. Além de definir por conta própria o tamanho da estátua (40 metros) e o lugar onde seria colocada, a serra que dá nome à cidade, o autor da reportagem acima, Renato Ferraz, superdimensiona a notícia, quando diz: “A ideia é que ao lado da gigantesca figura de concreto, surjam bares e restaurantes, xaxódromo e forró-dromos. Quem sabe um anfiteatro ou hotel. Pode ser até que o lugar se torne um novo centro de romaria”.

A construção da estátua não ocorre. Além da não existência de verba, muitos foram os protestos pós-plebiscito, tanto de opositores locais quanto de adversários localizados fora de da cidade, no referente à construção do monumento. No primeiro caso, verifique-se o depoimento de Euclides Ferraz, herdeiro de memórias (POLLAK, 1992) pertencentes aos volantes nazarenos⁶⁵. Advogado em Serra Talhada, Euclides Ferraz rememora⁶⁶, o vivenciado na casa do tenente da Polícia

⁶⁵ Nazarenos são os que pertencem à vila de Nazaré, que pertence à cidade de Floresta – PE. A vila dista 45 quilômetros de Serra e foi local significativo de fornecimento de soldados para perseguir Lampião. (Nota do autor).

⁶⁶ Segundo Ricoeur (2007), a rememoração se traduz como resgate de algo declarado como passado.

Militar de Pernambuco, Davi Jurubeba, um dos nazarenos e membro de volante, que perseguiu Lampião:

Naquela época, o tenente Davi Jurubeba estava vivo e ele dizia o seguinte: **“É um absurdo os nazarenos deixarem construir uma estátua de um bandido na praça pública!”** [...] já tinha gente até para enfrentar a polícia, se fosse preciso, para não permitir o erguimento dessa estátua [...] Ele dizia: **“Se vocês não fizerem, vocês não são homens, não são dignos de serem chamados nazarenos”**. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Euclides Ferraz, advogado, em 31/08/2011)

No segundo caso – a resistência provenientes dos “de fora” – as ameaças eram publicadas em jornais de circulação nacional, como o visto na edição do jornal O Dia, publicado em 26 de março de 1992:

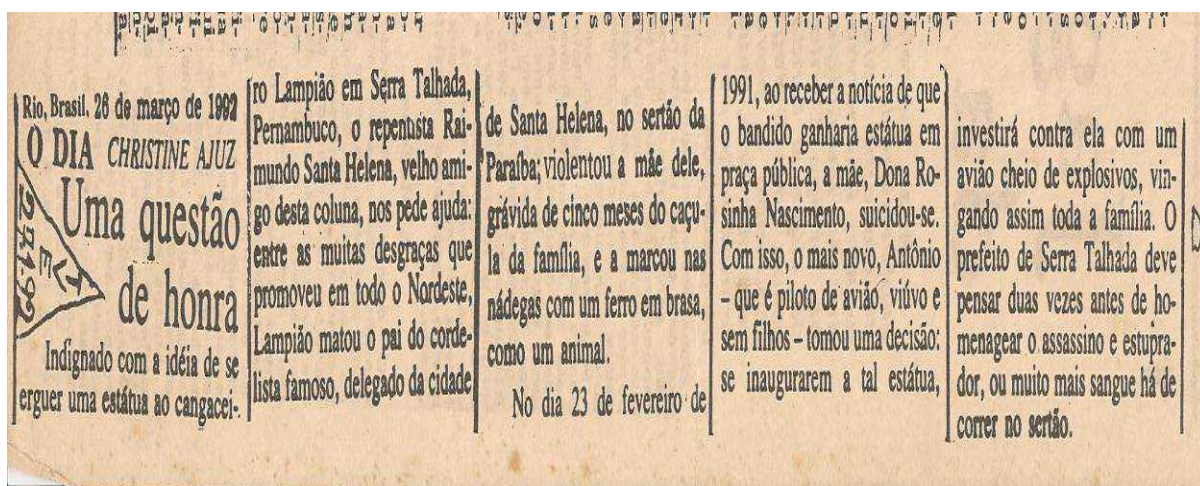


Fig. 7 – Reportagem contendo ameaça à construção da estátua de Lampião
Fonte: Jornal O Dia, 28/03/1992.

Desconhece-se o que, de fato, definiu a não construção da estátua. Talvez o receio de as ameaças se concretizarem tenha sido elemento determinante para abortar do processo, uma vez que a sociedade sertaneja é perpassada por um *ethos* que a faz peculiar: a macheza, em nome da defesa da honra (ALBUQUERQUE Jr., 2003).

Em conversa com Tarcísio Rodrigues, depois do plebiscito e da não consecução do projeto da estátua, Domá mostra-se decidido a tomar para si a missão de levar adiante o trabalho de glorificação lampiônica em Serra Talhada, como afirma Tarcísio Rodrigues:

[...] Depois do plebiscito, eu me interessei em fazer pesquisa e caí em campo atrás de materiais. **Nessas idas eu levava Domá. Domá ia comigo.** Cheguei a ter mais de 60 horas de fitas gravadas, VHS e cassete, de depoimentos, de parentes de Lampião, de volantes. Na época eu pretendia escrever um livro [...] Terminei não escrevendo esse livro. Fui embora de Serra Talhada, por problemas pessoais. **E, Domá, um dia vai à minha loja em Recife, pediu o meu material e eu dei. Ele escreveu “O Comandante das Caatingas”⁶⁷.** Apesar de no livro dele sequer citar meu nome, mas a verdade é essa. **E, naquela época ele me disse: Tarcísio, eu não vou mais procurar emprego não. Eu vou ser produtor cultural e viver de pesquisa de Lampião.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

A partir de então, começa a caminhada de Domá no processo de invenção da nova tradição sobre Lampião em Serra Talhada, que trará à cidade uma nova identidade. Gradativa e progressivamente, o agora produtor cultural, vai desenvolvendo práticas que dão a Lampião lugar de destaque e, por conseguinte, a Serra Talhada, visibilidade nacional e internacional.

Nessa onda de deslocamento de imagem que promove ao cangaceiro (HALL, 2006), cria, em 1993, o “Seminário Sertão, Beatos e Cangaceiros”; funda, em 1994, quando já ocupa o cargo de Diretor de Cultura da Prefeitura de Serra Talhada, a “Fundação Cultural Cabras de Lampião” e, com ela, o “Grupo de Xaxado Cabras de Lampião”. No mesmo ano, cria o “Tributo a Virgulino”, que permanece até os dias atuais e é realizado no último final de semana do mês de julho. Abaixo, panfleto do evento realizado, em julho de 1995:

No panfleto abaixo, verificava-se a divulgação de um Lampião politizado, ciente do que ocorria no seu cotidiano e preocupado em transformar a realidade na qual estava inserido. Veja-se parte do seu conteúdo:

Vendo seus irmãos tombarem de fome, pela falta de terra, mão-de-obra semiescrava, os coronéis mandando e desmandando nos sertões, o jovem Ferreira passou a ser uma esperança de claridade entrando nas vilas, povoados e cidades, fazendo justiça e clamando em alto e bom tom, que era preciso devolver aos mandatários o que eles davam ao povo.

⁶⁷ Livro escrito por Anildomá Willians de Souza.



Fig. 8- Panfleto comemorativo do Tributo a Virgulino
Fonte: CLEMENTE (2003, p.28).

O conteúdo do documento além de justificar a metamorfose de Virgulino em Lampião, também retoma um discurso vivenciado na década de 1960, por Ruy Facó, onde se enfatiza existir consciência política no agir de Lampião (FACÓ, 1963). Tal fato, não se pode negar, contraria a imagem lampiônica decorrente da construção da memória coletiva apresentada pela historiografia oficial: a de bandido sanguinário (RODRIGUES DE CARVALHO, 1974; SÁ, 2001; SÁ NETO, 2004).

A legitimação do evento se revela pelo fato da ocasião se transformar em momento de encontro entre pesquisadores do cangaço, ex-cangaceiros, ex-volantes e parentes de Lampião. Dentro da programação ocorrem lançamentos de livros sobre o cangaço, apresentação de grupos folclóricos, exibição de filmes, debates e palestras. O evento capitaneado por Domá contou com o apoio da Prefeitura local e da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC).

Aqui cabe ponderar sobre o apoio dado ao evento pelo Executivo Municipal, uma vez que, à época, o prefeito da cidade era Augusto César Ellimas de Carvalho (1993–1996), membro de família inimiga da família Ferreira, à qual pertencia Lampião. O “normal” seria rejeitar a idéia de glorificar quem mal fez aos seus familiares. Ademais, prefeitos anteriores, membros da família Pereira, inimiga dos

Carvalhos e aliada histórica de Lampião, em nenhum momento de suas gestões esboçaram qualquer ação de louvor ao cangaceiro aliado.

O apoio da prefeitura (Augusto César) a Domá parece apontar para uma ação que demande de uma identidade não essencialista⁶⁸, um agir que não denuncia em si mesmo uma falha ou traição, mas outra posição (HALL, 2006). Assim, a partir de então, a prefeitura passou a usar como slogan de seus projetos o chapéu de cangaceiro, como se verifica abaixo:



Fig. 9- Slogan da Prefeitura de Serra Talhada
Fonte: <http://www.prefeituradeserratalhada.com.br/>

Dos Tributos realizados a Virgulino, merece destaque a edição de 1997; nesse ano se comemorou o centenário de nascimento de Lampião e, aproveitando-se do simbolismo que a data portava consigo, Domá concentrou esforços significativos a fim de dar ao evento maior notoriedade e, conseqüentemente, solidificá-lo como partícipe das festividades serra-talhadenses. Assim, uma gama significativa de personagens alusivas ao cangaço lampiônico e escritores e pesquisadores da temática foram ajuntados em Serra Talhada:

⁶⁸ Na visão da identidade essencialista, deveria existir, por parte dos sujeitos, a luta pelo reconhecimento de uma identidade imutável, íntegra, sempre idêntica a si mesma, que não podia falhar, trair-se. Na identidade não essencialista ou pós-moderna, os sujeitos lutam por reconhecimentos locais, pontuais. Objetivando sempre obter vantagens, impor-se, vencer, as identidades pós-modernas “são criadas como nas estratégias de marketing das empresas, e os indivíduos escolhem e mudam as formas, as cores e os valores com os quais querem ser vistos e admirados. A identidade pós-moderna é feita de matérias flexíveis, coloridas, substituíveis, como o plástico e os aglomerados de madeira leves e bonitos” (REIS, 2006, p. 13).

Em 1997, era o centenário de Lampião. Apesar da polêmica se seria em 97 ou 98, nós fizemos em 97 e trouxemos um grande volume de cangaceiros e volantes e historiadores [...] eu vou dizer quem tinha: Sila, Candeeiro (ex-cangaceiros), Davi jurubeba, João Gomes de Lira (ex-volantes), Mocinha Ferreira (irmã de Lampião) Expedita Ferreira (filha de Lampião), Vera Ferreira (neta de Lampião), Antônio Amaury, Gutembergue Costa, Jovenildo Pinheiro (escritores e pesquisadores) e vários outros. (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense, em 14/04/2009).

Todavia, percebeu Domá que a realização do evento feito na área urbana não promovia o efeito que esperava no concernente à cristalização da nova tradição referente à pessoa de Lampião:

Nós colocamos cerca de dez mil pessoas na rua, na sexta-feira à noite, segundo informações da Polícia Militar. Tinha como atração o trio elétrico “Asas da América”. No dia seguinte, às nove horas da manhã, tinha palestra [...] e na plateia tinha **nove pessoas**. Tinha mais gente em cima do palco do que em baixo. **Nove pessoas** para assistir à palestra do “Tributo a Virgulino”. Com propaganda na televisão, dois mil cartazes distribuídos no Estado, vinte mil panfletos e folders, faixas, propaganda de rádio. Foi quando eu percebi que não era festa que nós tínhamos que fazer. Era palestra. Era debate. (Os grifos são nossos e se devem ao fato de o informante ter dado ênfase significativa à fala nesse momento). (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense, em 14/04/2009).

A partir de então, por iniciativa do próprio Domá, o “Tributo a Virgulino” passou a ser realizado em um distrito serra-talhadense chamado São Miguel, que dista trinta e cinco quilômetros de Serra Talhada. Lá se encontra o “Sítio Passagem das Pedras”, lugar onde nasceu Lampião. Segundo Domá, a decisão surtiu efeito. Mesmo com a dificuldade de locomoção, houve significativa participação do público ouvinte:

Nós reeditamos o “Tributo a Virgulino” e eu não botei nenhuma banda na rua. Foi só palestra e, com um detalhe, todas no sítio. Todas lá no clube da Fazenda São Miguel [...] Resultado: o clube cheio de gente. As pessoas iam ouvir as palestras lá. Ficaram reclamando por que tiramos daqui, mas **era uma construção que nós estávamos fazendo**. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense, em 14/04/2009).

É significativa a afirmação feita por Domá. A transferência do “Tributo a Virgulino” da cidade para a zona rural foi algo determinante para a consecução da

intencionalidade de dar a Serra Talhada uma nova identidade, uma identidade lampiônica, uma vez que o sítio Passagem das Pedras possui elementos que se revelam como lugares de memória (NORA, 1993)⁶⁹ relacionados a Lampião: a casa (restaurada) de sua avó, onde nasceu o cangaceiro e hoje transformada por Domá em um pequeno museu; as ruínas da casa sede da Fazenda Pedreira, pertencente a Zé Saturnino, primeiro inimigo; as pedras, onde se deu o primeiro tiroteio entre os irmãos Ferreira e Zé Saturnino.

A realização do evento em discussão traz nele a “Celebração do Cangaço”, uma prática ritualística, elemento imprescindível, segundo Nora (1993, p. 22), à confirmação de um “lugar de memória”. Abaixo, uma descrição da mesma, a partir de observação por nós realizada em julho de 2009 e que registro em Ferreira Jr. (2010, p. 49):

Os cânticos da celebração são todos voltados para a temática opressão e injustiça, buscando dar ao cangaço um viés de insurreição e, principalmente, a Lampião, um perfil revolucionário, no qual, o povo, descrito como vítima da seca e dos coronéis latifundiários, faz-se representado. Os dançarinos e dançarinas de xaxado, pertencentes ao “Grupo de Xaxado Cabras de Lampião”, devidamente paramentados⁷⁰, interagem com a celebração recitando textos e, em alguns momentos, estabelecendo diálogo entre si. O ofertório, uma das partes apicais da celebração cristã católica, é constituído de oferendas específicas: chapéus, sandálias, embornais, cartucheiras, lenços, rifles etc. Todos esses objetos são depositados no altar por “cangaceiros”⁷¹, não sem que haja falas dos ofertantes, falas que se voltam contra a desigualdade que perpassava o mundo lampeônico e que, fazem questão de frisar, é característica contemporânea. Com o término da missa, inicia-se uma apresentação de xaxado, onde se observa, além da dança, uma dramatização, que tem como ápice as falas de Lampião contra as injustiças protagonizadas pelos coronéis latifundiários, bem como sua justificativa do por que se ter tornado cangaceiro. Toda a apresentação de xaxado temacompanhamento musical feito com sanfona, zabumba e triângulo, instrumental que celebrizou o

⁶⁹ Os lugares de memória, categoria proposta por Pierre Nora (1993) são, segundo ele, lugares materiais, onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; lugares funcionais, porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e, por último, são lugares simbólicos, onde essa memória coletiva – pode-se dizer, essa identidade – se expressa e se revela. (Nota do autor).

⁷⁰ “A indumentária é aquela que se caracterizou como sendo cangaceira: roupa de caqui, chapéu e sandálias de couro, lenços coloridos, cartucheiras de couro cruzadas no peito, embornais, cabaças, anéis diversos e, nas mulheres, maquiagem carregada. O uso do rifle, geralmente uma imitação feita de madeira, nem sempre é uniforme podendo, em alguns grupos, ser usados apenas por homens. Neste caso, caberia às mulheres o uso de armas menores, como os revólveres, por exemplo. Há grupos, porém, onde todos os dançarinos se apresentam portando rifles. Estes últimos, durante toda a apresentação não são deixados de lado, constituindo-se em parte imprescindível das coreografias apresentadas”. (FERREIRA Jr., 2007, p. 01).

⁷¹ Membros do Grupo de Xaxado Cabras de Lampião, que pertence à Fundação Cultural Cabras de Lampião.

chamado “farró pé-de-serra”.⁷² Após a apresentação do xaxado, as pessoas presentes são convidadas a participarem da festa. Empreende-se, então, um baile na caatinga, à moda cangaceira, regado por cachaça e comidas típicas, além de muita música e dança.

Essa significativa atenção dada por Pierre Nora à necessidade de ritualização da memória, estimula pensar na função que o ritual exerce nas sociedades. De acordo com a Enciclopédia Britânica (1953, p. 778), o ritual é mostrado como sendo “uma forma de se definir ou descrever os homens. Sendo assim, pode ser visto como um sistema de atos simbólicos baseados em regras arbitrárias”⁷³. Disso se deduz que o rito ou a ritualização de algo tem concentrada sua intencionalidade na ação de formar.

Lançando-se mão do Guia Prático De Antropologia (1971, p. 171), verifica-se que os ritos são “representantes do modo tradicional de comportamento em que se refletem, ao mesmo tempo, crenças, idéias, atitudes e sentimentos implícitos e explícitos”. Por essa ótica, deduz-se que aos ritos cabe a reprodução de uma “essência” e que se expressa culturalmente. Por sua vez, Lévi-Strauss *apud* Detienne (1989, p. 72), quando define o rito, promove a existência de um elemento importante quanto à função desta categoria nas sociedades:

O rito distingue até o infinito, atribui valores discriminativos aos menores elementos, mas também se abandona a uma orgia de repetições. Através das palavras proferidas, gestos cumpridos, objetos manipulados, o ritual tanto introduz diferenças no seio de operações que poderiam parecer idênticos, como reproduz interminavelmente o mesmo enunciado, mostrando assim estar estranhamente habitado por uma obsessão: refazer o contínuo a partir do descontínuo, evitar toda a interrupção da continuidade do vivido.

Pela definição acima, o ritual teria o papel narrativo de consolidação e totalização, reunindo-se, mediante sua prática, elementos característicos de um grupo, conferindo-lhe sentido, unificando-o.

⁷² Termo usado para designar o farró que a tradição considera original e, por conseguinte, para diferenciá-lo do chamado farró estilizado, que se caracteriza pelo uso de instrumental eletrônico: guitarra, contrabaixo, bateria, teclado, etc. (Cf. FERREIRA JÚNIOR, 2007, p. 01)

⁷³ Tradução livre de “it is thus possible to view ritual as a way of defining or describing man. Ritual may be viewed as a system of symbolic acts that is based upon arbitrary rules”.

Decorrente do que se obteve a partir das definições conhecidas sobre ritual, torna-se possível construir algumas considerações. Assim, tradicionalmente, ao ritual pode-se conferir o ser possuidor de função social, porquanto lembra aos membros do grupo seus princípios; atribuir-lhe o ser ferramenta de construção de uma totalidade para o grupo e lhe ver como sendo possuidor, enquanto característica, da capacidade de formar indivíduos envolvidos em um grupo.

Desse modo, a existência de lugares de memória e, neles, a prática de um ritual alusivo à memória que representam, viabiliza a identificação, a unificação e o reconhecimento, por parte dos homens modernos, de que são agentes de seu tempo, pois, a lei da lembrança porta em si um intenso poder de coerção interior, uma vez que “obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente” (NORA, 1993, pp, 17-18).

Convém registrar que o uso do sítio Passagem das Pedras Domá não ocorre de maneira aleatória ou espontânea, mas a partir de um contrato feito com o proprietário do lugar, o empresário carioca, Carlos Eduardo Gomes, que o adquiriu em visita feita a Serra Talhada, em 2001. Domá, através da Fundação Cultural Cabras de Lampião, fundada e presidida por ele, assinou com o proprietário um contrato de comodato, cuja duração é de dez anos, com garantia de preferência de renovação. O acordo firmado entre as partes foi registrado por jornal de circulação estadual, o Jornal do Comércio, disponível em www.serratalhada.net. Na ocasião, Domá deixa clara sua intenção de dar à cidade uma nova identidade:

A administração do Sítio Passagem das Pedras ficou sob a responsabilidade da Fundação Cultural Cabras de Lampião (FCCL), coordenada pelo escritor Anildomá Souza, o mais apaixonado dos lampiônicos. O acordo foi fechado na semana passada, quando o empresário do Rio de Janeiro Carlos Eduardo Gomes passou um contrato de comodato, por mais 10 anos, à fundação. **De acordo com Anildomá Souza**, que em dezembro do ano passado relançou o livro "Lampião, o Comandante das Caatingas": **“esta é a oportunidade para projetar Serra Talhada como o Berço de Lampião e a Capital do Xaxado.** Já entramos em contato com a Prefeitura de Serra Talhada. Vamos iniciar uma ofensiva junto à iniciativa privada e soerguer o Sítio Passagem das Pedras, que só recebia turistas no mês de julho durante o Tributo a Virgulino. Após as reformas, teremos um calendário de atividades”.⁷⁴ (Grifos Nossos).

⁷⁴ In: **Jornal do Comércio**. Disponível em www.serratalhada.net. Acesso em 27/08/2012.

Além de obter o monopólio do lugar de memória lampiônica, Domá cria o “Encontro Nordestino de Xaxado”, em 2002, realizado no primeiro final de semana de junho. Não se nega que o xaxado reflita a estética do cangaço lampiônico. Porém imaginá-lo somente veículo de divulgação do lado artístico de Lampião e de seus liderados seria, quando se observa a caminhada trilhada por Domá, inventor do evento em discussão, mero reducionismo, uma vez que, em Serra Talhada é discurso hegemônico ser o xaxado uma dança de origem lampiônica. O próprio Domá, em seu livro “Nas Pegadas de Lampião”, reproduz o que se faz presente na maioria dos discursos citadinos serra-talhadenses sobre a gênese do xaxado:

O que é o xaxado? É uma dança de guerra e entretenimento **criada pelos cangaceiros de Lampião, no início dos anos vinte, do século XX, em Vila Bela, atual Serra Talhada**. Ainda na época do cangaço, tornou-se popular em todos os bandos espalhados pelos sertões nordestinos. Era uma dança exclusivamente masculina [...] faziam da arma a dama. Dançavam em fila indiana. O da frente, sempre o chefe do grupo, puxava os versos cantados e o restante do bando respondia em coro, com letras de insultos aos inimigos, lamentando mortes de companheiros ou enaltecendo suas aventuras e façanhas (SOUZA, 2004, p. 128). (Grifos nossos).

Infere-se, por conseguinte, haver, em Serra Talhada, justaposição entre xaxado e Lampião, de forma que o primeiro é via por que se expressa o segundo. Verifique-se o dito por Maria Auricleide de Andrade Bezerra

Quando a gente lembra o xaxado, a gente lembra Lampião. Quando a gente fala de xaxado, aqui, em Serra Talhada, como também aqui, na região do Pajeú, a gente associa... Então, é uma relação, talvez, intrínseca, entre xaxado e Lampião [...] **quando se fala de xaxado, se associa a Lampião**. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Maria Auricleide de Andrade Bezerra, professora da rede estadual em Serra Talhada, em 08/01/2009).

Álvaro Severo Pereira Lima salienta a impossibilidade de dissociação entre xaxado e Lampião, uma vez que, segundo ele, a musicalidade que rege a dança é significativamente caracterizada por composições que, em sua maioria, são do próprio cangaceiro. Para o informante, xaxado e Lampião são inseparáveis:

Eu acho que é impossível desassociar a dança do xaxado do cangaceiro Lampião. Até porque as letras que são cantadas, pra ilustrar a musicalidade do xaxado, são muitas derivadas de poemas e de versos do cangaceiro, como “Mulher Rendeira”, como “A Morte de Cacheado”... São músicas que nasceram das conversas, dos combates, dos poemas, do imaginário e dos sentimentos do cangaceiro Lampião. **É impossível desassociar.** (Grifos nossos) (Entrevista realizada com Álvaro Severo Pereira de Lima, policial civil e fotojornalista, em 11/01/2009).

Assim, verifica-se que essa invenção de dançar xaxado teatralizado em Serra Talhada não produziu somente a divulgação do lado artístico do cangaço, mas, proporcionou, enquanto símbolo, a perpetuação da lembrança do seu suposto autor: Lampião. Dessa forma, quando da apresentação da dança, massifica-se a imagem do cangaceiro famoso.

Assim, quem está em destaque é Lampião, não a dança em si. Desse modo considerado, percebe-se não ser o xaxado algo que possua um fim em si mesmo, mas um meio por que se divulga uma ideologia que, por sua vez, cristaliza uma memória oficial e promotora de uma identidade à cidade de Serra Talhada. Desse modo, mediante um agir artístico (a dança), mediante um símbolo, transmite-se uma ideologia (BAKHTIN, 2002), um “estoque de verdades” (ALBUQUERQUE Jr, 1999, p. 22), que se revela a partir de uma complexidade semiótica, observada, por exemplo, na indumentária dos dançarinos (FERREIRA Jr., 2007_a). Pode-se concluir haver relação entre o estético, o corpo, a indumentária e dança com interesses e ideologia.

A Fundação Cultural Cabras de Lampião, fundada e presidida por Domá, tem o seu próprio grupo de xaxado, o *Grupo de “Xaxado Cabras de Lampião”*. Criado por Domá, coreografado por sua esposa, Cleonice, e tendo como Lampião, seu filho, Karl Marx, o grupo tem se apresentado em diversos lugares do Brasil e, por mais de uma vez, esteve na Venezuela, participando de evento cultural naquele País. Abaixo, o Grupo de Xaxado Cabras de Lampião:



Fig. 10 – Grupo de Xaxado Cabras de Lampião

Fonte: <http://www.nacaocultural.pe.gov.br>.

O espetáculo produzido pelo Grupo de Xaxado Cabras de Lampião é, segundo o seu proprietário, o reflexo daquilo que ele, Domá, pensa ser necessário transmitir ao espectador. Para ele, o espetáculo produzido por seu grupo de xaxado é perpassado pela perfeição, uma vez que satisfaz às possíveis demandas presentes nos assistentes:

Nós pegamos músicas do cangaço, **músicas originais do cangaço**. Pegamos umas músicas da MPB [...] Pra poder, ficar bom, ótimo, para o expectador ver, para ele gostar do espetáculo [...] uma indumentária feita a partir das dos cangaceiros. **Pegamos uma poesia atribuída a Lampião e intercalamos no espetáculo**. [...] o mesmo espetáculo de 1995, está até hoje, não mudamos nada. Hoje, quem assiste ao espetáculo, **tem uma noção da vida de Lampião, tem uma noção da nossa identidade cultural e tem uma noção da mensagem social que nós estamos passando** [...] também não perdemos de vista a questão romântica, a questão cordelesca, a questão do imaginário popular, a própria questão do folclore pra puder a mensagem ficar assimilável para o espectador, pois **tem gente que vai assistir pra ver o folclore. Nós não deixamos o cara sair frustrado não. Tem gente que vai assistir pra ver uma mensagem política. Ele também não sai frustrado** [...] Eu quero falar de coisas que estejam ligadas a nossa vida. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense, em 21/10/2008).

Verificam-se na declaração de Domá duas convicções, sendo uma perfeitamente revelada – o uso do xaxado como meio por que se questiona o contexto social – e a outra, por sua vez, subentendida nas entrelinhas da sua fala:

nenhum outro grupo de xaxado serra-talhadense é portador da mensagem que o seu grupo exterioriza. Desse modo, parece existir preocupação exclusiva por parte do produtor cultural em somente coadunar a tríade: espetáculo, contestação do social e satisfação do espectador. Assim, aparentemente, o xaxado seria um fim previamente buscado e plenamente executado.

No intuito de solidificar a nova imagem de Lampião em Serra Talhada e, ao mesmo tempo, atrelá-la à cidade, promovendo-lhe uma identidade lampiônica, Domá empreende outras ações glorificadoras do nome do conterrâneo cangaceiro, quando contribui significativamente no referente à construção de símbolos que remetem à memória de Lampião. Desse modo, em 1998, pela Lei Municipal nº 950/98, a Rua 24 do Bairro Tancredo Neves, onde reside Domá, passa a se chamar Rua Virgulino Ferreira da Silva. A determinação de Domá no constructo desse símbolo lampiônico é vista em registro feito em jornal de circulação estadual, como se pode verificar abaixo:

O presidente da Fundação Cultural Cabras de Lampião, entidade que apoia a idéia dos moradores da Rua 24, Anildomá Souza, não acredita, no entanto, em problemas para que a proposta seja concretizada [...] o presidente da Fundação Cabras de Lampião, entidade que reúne acervo sobre a história do cangaceiro em um pequeno museu, não perdeu tempo. Já tratou de encomendar a placa da rua, doada por um jornal da região.⁷⁵

É também de autoria de Domá a justificativa que consta na Lei Ordinária Nº 1089/2005, que denomina Virgulino Ferreira da Silva a rodovia PE – 390, que compreende o trecho do entroncamento com a BR 232, no Município de Serra Talhada até a Rodovia PE – 360, no município de Floresta. O texto, que oficialmente aparece como sendo de autoria do Deputado Estadual Nelson Pereira foi encomendado a Domá pelo próprio parlamentar, quando lhe foi solicitado, pelo produtor cultural serra-talhadense, a construção de mais um símbolo lampiônico na cidade. Veja-se excerto do texto:

⁷⁵ In: Jornal do Comércio, 1998.

[...] a rodovia PE – 390 foi no passado, bastante utilizada por almocreves, tropeiros, retirantes, romeiros [...] e também por cangaceiros quando estavam em perseguição ou sendo perseguidos pelas volantes que partiam da vila de Nazaré. Assim, atribuir a denominação Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, àquela rodovia estadual, é prestar uma contribuição grandiosa ao patrimônio cultural e histórico, ao povo brasileiro, em especial à cultura do povo sertanejo. É reconhecer, sobretudo, a grande contribuição dada por Lampião ao surgimento de novas formas de manifestações culturais populares. Dessa forma, suas façanhas influenciaram a dança, a música, a poesia regional, o cinema, a culinária, bem como despertou no homem da região a idéia de que não deve se acovardar diante do seu opressor, seja qual for à circunstância⁷⁶.

Também no campo literário verifica-se a atuação de Domá porquanto escreve três livros sobre Lampião: “Lampião, o comandante das caatingas” (2001); “Nas Pegadas de Lampião” (2004) e “Lampião, nem herói, nem bandido: a história” (2006). Por fim, arrematando a obra glorificadora de Lampião, Domá registra em cartório a nomenclatura identitária da cidade: “Serra Talhada, Capital do Xaxado”. O documento comprobatório da ação do produtor cultural encontra-se abaixo:

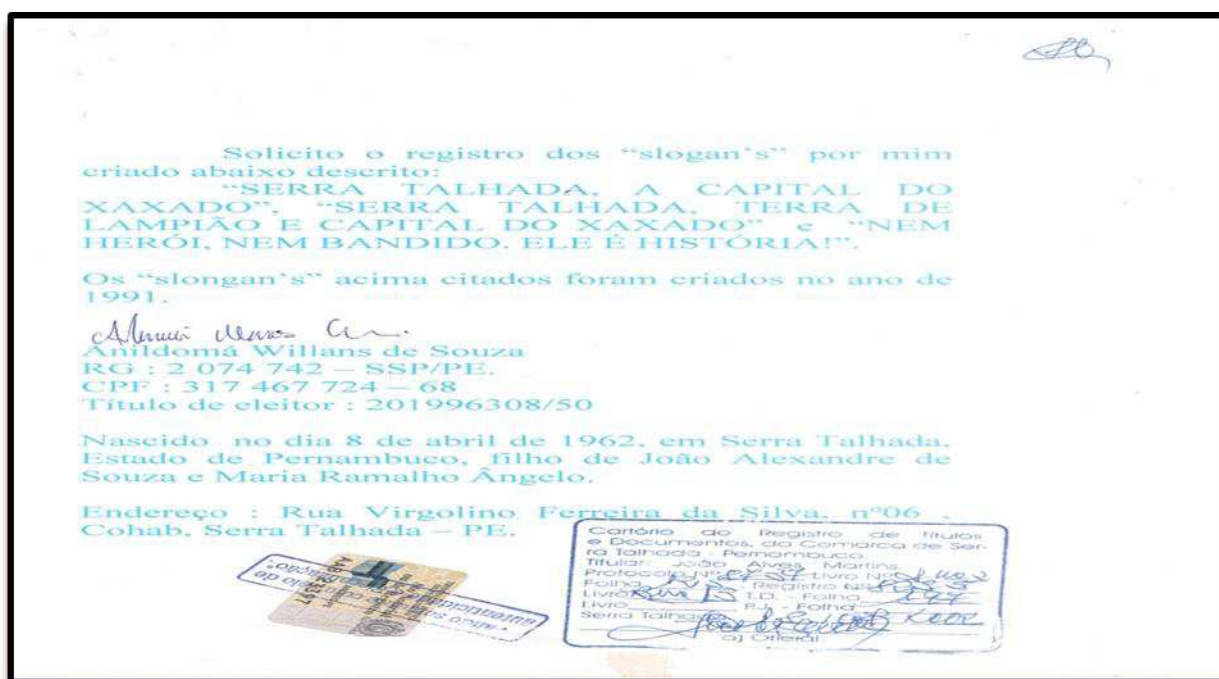


Fig. 11: Registro de slogan “Serra Talhada, A Capital do Xaxado”.
Fonte: Anildomá Willans de Souza

⁷⁶ Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife, 07 de outubro de 2005.

Chamar Serra Talhada de “Capital do Xaxado” não foi algo que se idealizou e de imediato foi consecutado. A definição da identidade do lugar não se deu sem que houvesse ponderação. Ou seja, a intencionalidade primeira de Domá era outra, conforme afirma: “em 1993 ou 1994, eu fiz alguns adesivos para carros, que tinha Serra Talhada, **Terra de Lampião** e **Capital do Xaxado**”.⁷⁷ O ponderar do produtor cultural se mostra no fato de abrir mão da nomenclatura “Terra de Lampião”, a partir da orientação de uma liderança política e familiar local, conforme revela:

Um amigo nosso me convidou. Fazia parte da gestão do governo conosco e eu tinha todo carinho do mundo com essa pessoa e ele disse: “**Olhe, você está mexendo com muita gente com esse negócio de Terra de Lampião. Por que você não usa somente Capital do Xaxado?**” (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense, em 21/10/2008).

Entendendo Domá que a nomenclatura “Terra de Lampião” lhe poderia trazer dissabores, uma vez que, desde a época do plebiscito (1991), tinha experiência significativa acerca de ameaças – abertas e anônimas – provenientes de desafetos de Lampião, resolve acatar o conselho dado por Luís Conrado de Lorena e Sá, conhecido como Seu Lorena. Acerca disso, afirma o produtor cultural:

Sinceramente, eu gostei da idéia. **Eu não vou provocar as pessoas e todo mundo vai assimilar que está ligado a Lampião.** Pronto. Então, seu Luís Conrado de Lorena e Sá foi quem resolveu isso daí pra mim. Foi quem me aconselhou. Aí, eu fui ao cartório e registrei (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense, em 21/10/2008).

Ademais, o registro feito por Domá em cartório do *slogan* em discussão, segundo ele próprio, tinha também o objetivo de salvaguardar sua autoria, ou seja, quis o produtor cultural garantir como sua a paternidade da nova identidade serra-talhadense, conforme pode ser visto em suas palavras:

Eu fui registrar porque a prefeitura, os comerciantes, as emissoras de rádio estavam utilizando. **De 1993 até hoje, todas as gestões e rádios tem usado o slogan Capital do Xaxado.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural serra-talhadense, em 21/10/2008).

⁷⁷Entrevista realizada em 14/04/2009.

O epíteto se revela objeto de controvérsia entre os cidadãos serra-talhadenses. Na opinião de Dierson Ribeiro, a nomenclatura é *marketing* domadiano para atender a suas próprias demandas:

Esse título aí foi uma coisa criada por Anildomá. É uma questão de marketing, do trabalho dele. Ele tem grupo de xaxado, há muito tempo e foi ele quem criou isso e divulgou muito e pegou a idéia. Até outras pessoas têm se apropriado disso indevidamente, inclusive, políticos. Mas, foi uma criação de Domá. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Dierson Ribeiro, professor da rede estadual, em 07/01/2009).

Na opinião de Camilo Melo, a atitude de Domá é algo que se revela como sendo digna de reprovação e, ao mesmo tempo de louvor. Segundo ele, o produtor cultural quando nomeia a cidade “Capital do Xaxado” está pleiteando em causa própria. Porém, ao mesmo tempo, está contribuindo positivamente no que concerne a dar ao cangaço humanização. Ou seja, para Camilo Melo a atitude de Domá traz à tona a discussão antropológica do cangaço, mostrando-o como sendo composto por homens e mulheres que, nada obstante a crueldade praticada em muitas situações eram seres humanos, gente de carne e osso:

Isso aí não é tradição nenhuma. É uma forçada de barra gigantesca. Isso é uma tentativa de reforçar essa visão que coloca a cidade no contexto do cangaço. Então, já que o homem nasceu aqui, então, vamos botar o xaxado como uma coisa daqui, a coisa principal. Acho que é mais uma tentativa de se atrelar as coisas, de se atrelar uma rede envolvendo todo o contexto do cangaço e associá-lo à cidade. **Eu acho isso muito ruim.** Serra Talhada tem outros potenciais que deveriam ser explorados e, o próprio cangaço em si, poderia ser explorado diferente. **Mas, isso traz também uma coisa boa... Não se tem a visão do cangaço só como o homem e as armas... Tem também essa coisa da dança, da arte.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Camilo Melo, músico e engenheiro de som, em 20/01/2009).

Tarcísio Rodrigues corrobora com Camilo e, embasado na lógica comercial, atribui a Domá elogio significativo no concernente à sacada de *marketing* que teria havido da parte do produtor cultural. Para Tarcísio, houve benefício para a cidade, quando da adoção da identidade “Capital do Xaxado”:

O título de capital do xaxado tem duas coisas. Primeiro, houve uma busca incessante, que aí **eu quero parabenizar até o pessoal de Domá, por se tentar tirar do cangaço a parte mais alegre, pra tentar vender a cidade. Porque vender a cidade apenas com o lado mais violento, ficava ruim.** E, tem pesquisa etc. [...] Então, **atrelar Serra Talhada à dança xaxado foi excelente, muito bom e eu acho que cabe a Serra Talhada.** Nenhuma outra cidade da região poderia ficar com esse título, senão Serra Talhada [...] E, pra completar, devido a isso, Serra Talhada tem nove grupos de xaxado. Nenhuma cidade tem esse tanto de grupos de xaxado. Assim como o frevo se tornou uma dança de Pernambuco, o serra-talhadense hoje se orgulha de... nem que não saiba, diz que sabe dançar xaxado. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 05/01/2009).

Controvérsias à parte, Serra Talhada, mediante a construção domadiana, passa a ter uma nova identidade oficial, a de “Capital do Xaxado”. A identificação da cidade com o epíteto citado pode ser comprovada, por exemplo, na Internet. Assim, nacional e internacionalmente a cidade onde nasceu o mais famoso e célebre dos cangaceiros, vale-se de uma dança supostamente criada por ele e se mostra no mercado turístico. Abaixo, placa identificatória na entrada da cidade:



Fig. 12 – Placa identificatória de Serra Talhada
Fonte: Arquivo Pessoal de José Ferreira Júnior

3.1.2. Triunfo: Lampião como elemento agregador de valor a uma identidade existente

Localizada no semiárido pernambucano, a cidade de Triunfo goza da benesse da altitude de 1200 metros. Esse posicionamento geográfico favorável lhe viabiliza um clima agradável e, em alguns momentos, muito frio, como é típico dos climas serranos. Além disso, a topografia do lugar lhe favorece no referente à existência de cavernas e cachoeiras. Ademais, sendo predominantemente calcária a sua formação geológica, o lençol freático produz abundante água cristalina, fato que lhe promove a existência de balneários. Essa situação urbana traz a Triunfo o exercício de função turística⁷⁸. Abaixo, elementos componentes da paisagem triunfense:



Fig. 13 – Pontos Turísticos da cidade de Triunfo
Fonte: Opinião Triunfo.

⁷⁸ De acordo com Terra e Coelho (2005, p. 266): “situação urbana é a posição que a cidade ocupa em relação aos fatores naturais ou geográficos da sua região. A posição da cidade normalmente exerce grande influência no seu desenvolvimento. A função de uma cidade é definida por sua atividade básica principal”.

A relação entre Lampião e o município de Triunfo, dentre outras coisas, caracterizava-se por haver cangaceiros triunfenses em seu grupo, sendo três os mais conhecidos: Félix Caboge, do sítio Mata Redonda; Sabino, da Fazenda Abóboras e, o mais célebre de todos, Luís Pedro, do Sítio Retiro, um dos onze mortos em Angicos⁷⁹ e, segundo a opinião de grande parte dos estudiosos do cangaço lampiônico, o cangaceiro que gozava da maior confiança de Lampião. A partir de meados da década de 1970, após a fundação de um museu voltado para as coisas do cangaço⁸⁰ e, em maior escala, coisas do cangaço lampiônico, Triunfo lança mão da memória de Lampião como elemento agregador de valor ao produto que mercadeja: o turismo.

O museu, cuja fachada frontal é mostrada abaixo, nasceu da necessidade sentida por uma freira alemã radicada na cidade. A religiosa, desejosa de auferir ganhos para sustento de um trabalho filantrópico que desenvolvia (Lar Santa Elizabeth), percebeu ser a idéia do museu algo que atrairia maior fluxo de turistas e, conseqüentemente, ocupação para a pousada que mantinha (LOPES, 2003).



Fig. 14: Museu do Cangaço e Cidade de Triunfo – PE.
Fonte: José Ferreira Júnior.

⁷⁹ Acontecimento ocorrido na madrugada de 28 de julho de 1938, na fazenda Angicos, no município sergipano de Poço Redondo. Neste lugar morreram também Lampião e Maria Bonita.

⁸⁰ A data da fundação do Museu do Cangaço e da Cidade de Triunfo foi 11 de junho de 1975, por iniciativa de uma freira alemã, Maria José Blandona.

Originalmente, o museu existia sob a administração da Sociedade Mantenedora do Museu do Cangaço. Em uma das reuniões dessa Sociedade, verifica-se, segundo o relatório da mesma, a preocupação dos participantes em discutir a importância que tem um museu no referente à memória de uma cidade e, ligado a isso, mostrá-lo como elemento instigador à atração de visitantes e, conseqüentemente, de promoção de divisas para a cidade.

Além disso, o exame da ata dessa reunião denuncia a existência de preocupação dos participantes em relação ao alavancamento do turismo na cidade, uma vez que as falas registradas confluíam no referente às dificuldades que se apresentavam: inexistência de infraestrutura básica (principalmente estradas viabilizadoras de acesso aos locais, sobretudo aqueles localizados na zona rural, como cachoeiras, grutas, engenhos e o Pico do Papagaio, lugar mais alto do estado, com 1260 metros de altitude) e, somado a isso, o pouco interesse dos habitantes, tanto cidadãos quanto rurais, em conhecer e divulgar os atrativos turísticos locais⁸¹.

Entendiam os participantes da reunião que, além de um necessário esclarecimento à população acerca da potencialidade turística natural do espaço triunfense, fazia-se necessário agregar mais um valor à função da cidade: o cangaço. Importa deixar claro que, primordialmente, não havia enfoque específico ao cangaço lampiônico, mas ao cangaço enquanto instituição, que remonta à época anterior a Lampião. Dizia o estatuto do museu que seu objetivo era:

Promover a pesquisa, a coleta, a classificação, o registro, a exposição e a divulgação de objetos, documentos, fotos e filmes, depoimentos e informações sobre o fenômeno do cangaceirismo no Pajeú [...] estimular interesse pela cultura popular regional no seio da população.⁸²

Ainda que não fosse Lampião o enfoque principal do museu, este, em seu primeiro ano de funcionamento correspondeu às expectativas dos seus fundadores,

⁸¹ Reunião realizada em 6 de setembro de 1976. Quinta Sessão da sociedade Mantenedora do Museu do Cangaço. Segundo Clemente (2003, p. 35), “a reunião contou com as presenças de diretores do museu, o prefeito de Triunfo, uma representante da Empresa Pernambucana de Turismo – EMPETUR – e mais 40 sócios”.

⁸² Estatuto da Sociedade Mantenedora do Museu do Cangaço, 1976. Disponível no Museu do Cangaço e da Cidade de Triunfo.

uma vez que “foram registradas as presenças de aproximadamente 550 visitantes com procedência de capitais do Nordeste e outros estados, outras cidades do sertão, outros países” (CLEMENTE, 2003, p. 36).

Atualmente o museu funciona no prédio onde funcionou a primeira escola municipal da cidade. É composto por quatro compartimentos, sendo dois deles dedicados às coisas do Cangaço e, em sua maioria, coisas relacionadas ao cangaço lampiônico. À exceção de um punhal que se afirma ter pertencido ao cangaceiro Antônio Silvino, bandoleiro que atuou em período anterior à época de Lampião, todas as peças referentes ao Cangaço são ditas como pertencentes a Lampião.

Em visita feita ao museu, tomei como referência o espaço de tempo de 01/01/2012 a 08/09/2012, conforme é mostrado no livro de assinaturas de visitantes, e constatei a quantidade significativa de turistas: 3894 pessoas.

- Janeiro 2012 -

no	nome	procedência	data
2923	Edineide P. de M. Costa	Petalina	01/01/12
2924	Clara Paula M. A. Costa	Pernambuco	01/01/12
2925	Juhana dos	Curitiba	01/01/12
2926	Ana Silveira de O. F. Soares	Juazeiro	01/01/12
2927	Sifferson Douglas	Patos - PB	01/01/12
2928	Marcos Paulo de F. COSTA	Patos - PB	01/01/12
2929	Edilene Renuque Batista	Recife - PE	01/01/12
2930	Jacira Telles Dutra	Recife - PE	01/01/12
2931	Ana Maria Silva	Caruaru - PE	01/01/12
2932	Rafaela S. Ferreira e Castro	Patos - PB	01/01/12
2933	Nana Semprônio de M. M. M.	Brasília - DF	01/01/12
2934	Haruma M. Ribeiro Alves	Juazeiro - CE	01/01/12

no	nome	cidade	data
6801	Renata Regina	J. do Norte	08/09/12
6802	Fabiana Duarte Teixeira	Juazeiro do Norte	08/09/12
6803	Renata Regina	" "	08/09/12
6804	Rafaela Batista	Juazeiro do Norte	08/09/12
6805	Renata Regina	Recife	08/09/12
6806	Rafaela Batista	Recife	08/09/12
6807	Renata Regina	Juazeiro	08/09/12
6808	Renata Regina	Juazeiro	08/09/12
6809	Renata Regina	Juazeiro	08/09/12
6810	Renata Regina	Recife	08/09/12
6811	Renata Regina	Recife	08/09/12
6812	Renata Regina	Paulo Afonso	08/09/12
6813	Renata Regina	Campina Grande	08/09/12
6814	Renata Regina	Juazeiro do Norte	08/09/12
6815	Renata Regina	Juazeiro do Norte	08/09/12
6816	Renata Regina	Juazeiro do Norte	08/09/12
6817	Nana Perceira Capitulino Duarte	Juazeiro do Norte - CE	08/09/12

Fig. 15: Livro da recepção do Museu do Cangaço e da Cidade de Triunfo
 Fonte: José Ferreira Júnior.

De acordo com informações prestadas pela recepcionista, Selma Oliveira, o número computado de visitantes não reflete a realidade, uma vez que, segundo a informante, “nem todos que acessam o museu assinam o livro”⁸³. Também foi dito que o controle se esvai, quando a visita é feita por caravanas, visto que, segundo Selma, “geralmente a assinatura é feita pelo líder do grupo, principalmente quando é composto por idosos”.⁸⁴

A relação travada entre Lampião e a cidade de Triunfo é positiva. Ou seja, não há registros de qualquer hostilidade protagonizada pelo cangaceiro na cidade. Há, no imaginário triunfense, a concepção de que a religiosidade que perpassava Lampião foi o elemento justificador de não ter havido agressividade promovida por ele ao lugar.⁸⁵ Desse modo, afirma-se, como se pode verificar na fala do ex-delegado Deodato Nunes Pereira, que o cangaceiro não atacava a cidade por ser devoto da padroeira da cidade, Nossa Senhora das Dores: “aqui ele não entrava e nem atacava por causa de Nossa Senhora”⁸⁶.

Convém dizer que essa representação sobre a amistosidade lampiônica com o *locus* triunfense não se faz presente somente no cotidiano, mas que também é defendida pela produtora cultural Diana Rodrigues Lopes, quando afirma: “Ele aqui não entrava.”⁸⁷ Nas cidades onde Nossa Senhora era padroeira ele se resguardava e não entrava”.⁸⁸

Uma leitura mais pautada na racionalidade demonstrará que o elemento justificador da amistosidade lampiônica era a astúcia que perpassava o Rei do Cangaço, pois sabendo Lampião ser Triunfo um lugar estratégico – localizado na divisa dos estados de Pernambuco e da Paraíba – e tendo conhecimento da existência de um impedimento legal no referente à perseguição e ao combate aos cangaceiros – o princípio da inviolabilidade das divisas dos estados –, tinha motivos mais do que suficientes para “respeitar” a cidade.

Assim, mantinha no lado pernambucano (Triunfo) e no lado paraibano (Princesa Isabel) relações de amizade com pessoas poderosas, membros da elite das cidades citadas. Exemplo dessa estratégia lampiônica é a Casa Grande das

⁸³ Entrevista realizada em 08/09/2012.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Pelo menos no que se refere a discursos proferidos por cidadãos na informalidade de conversas travadas comigo, no cotidiano das praças e bares da cidade. (Nota do autor).

⁸⁶ JORNAL DO COMÉRCIO, Recife, 08 de julho de 1997.

⁸⁷ Quando afirma que Lampião não entrava em Triunfo, a informante se refere à inexistência de prática de desordens feitas pelo cangaceiro na cidade. (Nota do autor).

⁸⁸ Entrevista realizada em 26/12/2011.

Almas, chácara da família Timóteo, localizada a dois quilômetros do centro de triunfo, onde Lampião se hospedava e se refugiava (quando perseguido por volantes pernambucanas o paraibanas), como se vê na figura abaixo:



Fig. 16: Casa Grande das Almas – Triunfo - PE
Fonte: Cariri Gangaço.

A casa está exatamente na divisa do estado de Pernambuco com a Paraíba. Hoje é propriedade de Francisco de Assis Timóteo, juiz de direito aposentado, neto do alferes João Timóteo, amigo de Lampião. Dr. Assis, como é conhecido, é um dos membros da Associação dos Amigos de Triunfo, conhecidos como “Lampiônicos”, que costumam se reunir semanalmente para discutir acerca do cangaceiro.

Um dos atrativos turísticos da cidade, a Casa Grande das Almas gera atração nos visitantes, dentre outras coisas, por dois motivos. Primeiro, por ter sido lugar de estada de Lampião por diversas vezes e, em segundo lugar por metade do casarão ficar em território pernambucano e outra metade em solo paraibano.

Esse pormenor, segundo o que se comenta em Triunfo, promovia ao Rei do Gangaço benefício, uma vez que, quando presente no casarão, safava-se das perseguições tanto das volantes pernambucanas quanto das volantes paraibanas, passando de um lugar para outro da casa. Não se sabe se procede tal afirmação,

mas levando em conta o princípio da inviolabilidade das divisas dos estados, que durou até 1926, havia a possibilidade de Lampião ter lançado mão dessa estratégia.

Percebe-se diante do relatado até aqui que a memória lampiônica exerce significativa atração nos que visitam as terras altas triunfenses. Todavia, não se deve somente ao fato histórico em si mesmo a atração que essa memória exerce sobre os turistas na cidade de Triunfo. Ou seja, além da verdadeira estada do cangaceiro na casa citada e em outras partes da cidade, há por parte de membros que fazem o grupo “Os Lampiônicos”, um trabalho intencional no referente ao uso da memória de Lampião como elemento agregador de valor à função turística que exerce a cidade, que remonta à década de 1990.

Em 1997, ano do centenário de nascimento de Lampião, houve, por iniciativa dos “Lampiônicos”, na pessoa de um dos seus membros, o juiz aposentado e vereador, Ruy Trezena Patu, uma ação glorificadora à pessoa de Lampião: a aprovação no Legislativo Municipal da construção de uma estátua do cangaceiro, a fixação dela em determinada parte da cidade e, somado a isso, um centro cultural, que conteria um xaxódromo, um anfiteatro, uma biblioteca com especialização na temática cangaço, uma videoteca e um salão de recepção para eventos.

O impacto na opinião pública foi gerado pela intencionalidade da construção da estátua para Lampião, que teria trinta e dois metros e seria fixada em um pedestal de sete metros e meio de altura, acessada por uma escada de dois metros. O custo dessa obra seria de oitocentos mil reais. A responsabilidade de sua confecção seria dada ao artista plástico pernambucano, Abelardo da Hora, autor de obras como a estátua de Frei Damião de Bozzano, em Souza, na Paraíba.

Não obstante a grandiosidade do projeto, o que por si só já se constituía objeto de discussão, o que de fato veio à tona foi a polêmica promovida pela homenagem que se intencionava prestar a Lampião. Objetivando legitimar a intenção de glorificar o cangaceiro, o “lampiônico”, Ruy Trezena Patu, escreveu documento que ficou conhecido como “Carta de Patu”, que representava positivamente Lampião:

Lampião tinha raízes especiais e uma identidade bem forte com Triunfo, pois aqui esteve centenas de vezes na sua tormentosa vida de cangaceiro [...] aproveitou para recrutar seus melhores homens de guerra: Félix da Mata Redonda, Sabino das Abóboras e Luiz Pedro do Retiro, o seu lugar tenente de confiança [...] Aqui ele tinha amigos sinceros e coiteiros de valor [...] Por isso, nosso Lampião é autêntico e diferente, desde que foi o primeiro turista de renome a conhecer as passagens verdes. O Lampião nosso é figura lendária, o guerrilheiro invencível de 300 combates. O Lampião nosso tinha sentimentos, prezava a palavra empenhada, fazia versos e literatura de cordel. O Lampião nosso rezava o ofício de Nossa Senhora, entregava sua alma a Deus todo dia e carregava consigo orações, santinhos e escapulários. (Carta de Patu s/d).

A carta revela um Lampião idealizado, subtraído de qualquer traço maculador de sua imagem. Um Lampião higienizado. Segundo Clemente (2003, p. 37), o relato revela “compromissos de identificação agrupados em torno de um quadro espacial, um acontecimento cronologicamente definido e uma memória ativa como corrente de pensamento alimentada pelo grupo que a mantém”. Nas palavras de Diana Rodrigues, o documento era algo imprescindível ao momento histórico vivenciado à época, uma vez que, “uma carta, geralmente ela amarra, diz o que quer e pede alguma coisa a alguém”.⁸⁹

Repetidas vezes o autor da carta usa, referindo-se a Lampião, o pronome possessivo **nosso**, o que remete à idéia que para ele há um Lampião que não existe em nenhum outro lugar, ou seja, a estereotipia que atribui ao cangaceiro parece resultar de uma convicção de que o olhar que se dá a Lampião em Triunfo é algo que lhe é negado em outros lugares por que passou. Quando evoca autenticidade para **o Lampião de Triunfo**, parece inferir que as representações dadas ao cangaceiro que destoam das que lhe atribui são falsas. Trata-se da construção de uma memória lampiônica que resulta de um selecionar de fios específicos de sua constituição e do tecer desses fios, resultando em um quadro de memória lampiônica apreciável, “resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 204).

A repercussão da defesa aberta feita por Ruy Patu à pessoa de Lampião não foi ação que ficou restrita ao *locus* triunfense, mas que reverberou regional, estadual e nacionalmente. Em Serra Talhada, Luiz Pinheiro de Barros, neto de José Saturnino, considerado por Lampião como sendo seu principal inimigo, dispara contra a intencionalidade triunfense, quando afirma em entrevista concedida ao

⁸⁹Entrevista realizada em 26/12/2011.

jornal O Estado de São Paulo, em 12 de julho de 1998: “Triunfo é uma farsa, eles estão querendo inventar a história”.

Por seu lado, Ruy Patu empreende contestação ao afirmado pelo serratalhadense citado, quando cita elementos que, em sua opinião, justificavam a identidade de Lampião com a cidade de Triunfo. Além de citar as estadas pacíficas do cangaceiro na cidade, do recrutar de triunfenses para o seu grupo, Ruy Patu também traz à memória o fato de, em Triunfo, o cangaceiro ter amigos e coiteiros de renome, quando cita o seu próprio sogro, José Cordeiro, médico e chefe político local, que atendeu duas vezes a Lampião, ferido no pé em confronto com volante paraibana (SÁ, 2003).

O episódio do ferimento do pé de Lampião, que o fez não mais apoiar o pé direito totalmente no chão ao andar, fato que permitia aos rastreadores das volantes saberem de sua presença ou não nos locais por onde passavam os cangaceiros que perseguiram, além de ter causado a Lampião quase o seu fim nas mãos de um grande inimigo seu, Clementino Furtado (Quelé), comandante de volante paraibana,⁹⁰ também serviu de mote à construção de uma produção cinematográfica, realizada em Triunfo, em 2003, um curta metragem, uma comédia sobre costumes, com artistas locais, conforme mostra a figura abaixo:



Fig. 17: Cartaz do filme Tiro no Pé
Fonte: Pousada Baixa Verde, Triunfo- PE.

⁹⁰ O relato sobre o episódio citado acima se encontra no livro de “Virgulino a Lampião”, autoria de Antônio Amaury e Vera Ferreira.

Além do sugestivo nome – *Cangalliwood* Produções – algo que chama a atenção é o fato de o curta metragem ter sido financiado pela “Cachaça Triunfo” e “Pousada Baixa Verde”, de propriedade de Pedro Júnior, considerado o maior empresário local. Parece existir, por parte do empresário, uma intenção previamente definida: investir em algo que promova atração turística. Esta hipótese ganha contornos significativos, quando se verifica que o curta metragem foi exibido no “Festival de Cinema de Triunfo”, evento de nível nacional, que ocorre no primeiro final de semana do mês de agosto, nas dependências do cineteatro Guarany, mostrado abaixo:

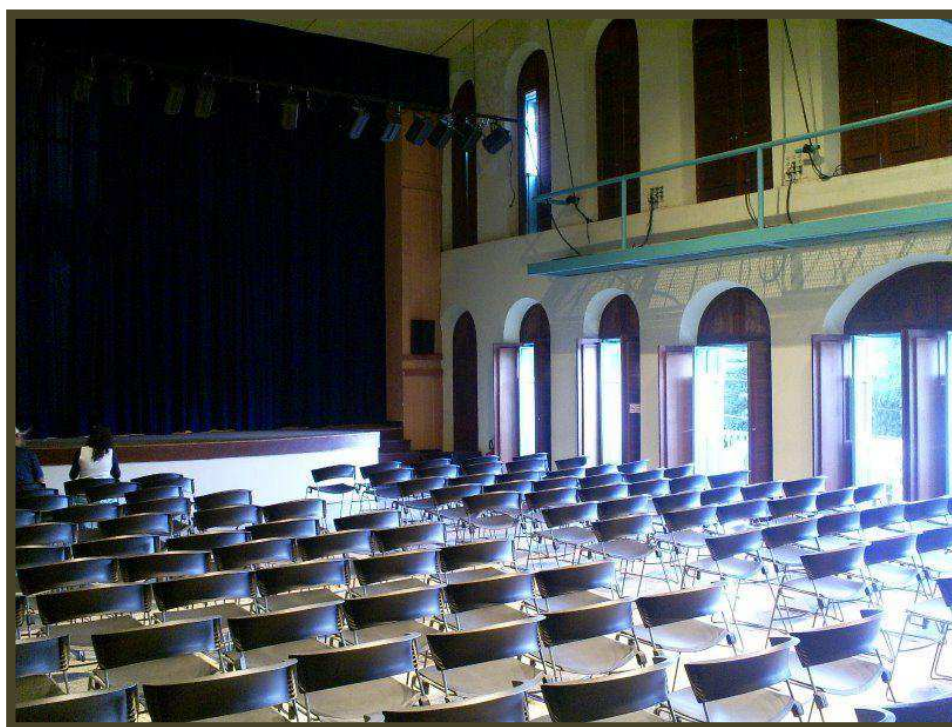


Fig. 18: Interior do cineteatro Guarany
Fonte: Carlos Ferraz

No referente ao âmbito estadual, a idéia de Ruy Patu recebeu contestação de Ariano Suassuna, escritor renomado, em artigo publicado no jornal Diário de Pernambuco, de 24 de agosto de 1999. Ali, Ariano afirma não ter cabimento a homenagem que se pretendia prestar a Lampião, pois, segundo ele, o cangaceiro “não é herói nem santo e não é merecedor da homenagem do povo de Triunfo”.

Como resposta, Ruy Patu, em carta endereçada ao mesmo jornal, afirma ter sido Lampião o “maior guerrilheiro da América Latina e o maior andarilho com armas na mão que se conhece no mundo”. Percebe-se o caráter ideologizante presente

nas palavras do vereador “lampiônico”, quando atribui ao cangaceiro o epíteto de guerrilheiro, fato que não condiz com a realidade, uma vez que, à postura de guerrilheiro exige-se defesa de uma bandeira política, elemento inexistente em Lampião. Trata-se do uso do poder simbólico, da tentativa de “fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 2007).

Ruy Patu também deixa claro, talvez antevendo dificuldades com opositores da idéia que defende – pessoas que foram vítimas direta ou indiretamente do cangaceiro, estas últimas revelando-se como vivenciadoras, segundo Pollak (1992, p. 201), de “uma memória quase que herdada [...] memória por tabela” -, que não intenciona outra coisa, senão o alavancar turístico da cidade, quando escreve em sua carta:

Capitão Virgulino é hoje folclore e cultura [...] **A nossa intenção é tão somente incentivar o turismo na região e nunca glorificar ninguém** [...]. Por estas e outras razões, Lampião merece ser estátua, se não fora os preconceitos dos políticos e das elites reacionárias (Carta de Patu, s/d). (Grifos nossos).

A declaração do vereador “lampiônico” revela claramente a intencionalidade do grupo ao qual pertence: usar a figura de Lampião, porém um Lampião higienizado, cuja memória é resultado de um selecionamento, fruto de preocupação política que perpassa o momento histórico (POLLAK, 1992), como elemento agregador de valor à identidade turística que é vivenciada pela cidade de Triunfo.

As declarações de Ruy Patu revelam uma leitura do Cangaço perpassada por uma tradição que confere aos cangaceiros serem atores de um momento da história onde a opressão do latifúndio coronelístico se constituía elemento significativo na produção da miséria social. Por essa concepção, o cangaceiro representava a antessala da revolução (FACÓ, 1983). Esta concepção de Cangaço procede dos discursos de intelectuais alinhados à esquerda política, nas décadas de 1950 e 1960 (SÁ, 2003). Nessa época, o Partido Comunista Brasileiro, segundo Pericás (2010), estimulava em seus quadros a leitura do Cangaço como luta de classes.⁹¹

Embora não tenha havido, à semelhança do que ocorreu em Serra Talhada, a consecução do projeto da estátua homenageando Lampião, a ação dos

⁹¹ “Em relação ao movimento cangaceiro, o PCB deve empenhar-se na tarefa de estabelecer contatos mais estreitos com as massas de grupos cangaceiros, postar-se à frente de sua luta, dando-lhe o caráter de luta de classes, e em seguida vinculá-los ao movimento geral revolucionário do proletariado e do campesinato do Brasil” (KAREPOVS *apud* PERICAS, 2010, p. 153).

“lampiônicos” triunfenses em glorificar o cangaceiro e, com isso, transformá-lo em elemento agregador de valor à função turística que a cidade exerce, logrou êxito. Ou seja, em Triunfo, é explorada turisticamente a memória do “Lampião de Triunfo”, que justaposto a outras atrações existentes na cidade, funciona como elemento promotor de atração turística, fazendo confluir às “Terras Altas e Paisagens Verdes Triunfenses” número expressivo de pessoas de diferentes regiões do Brasil e do mundo.

Outra ação “lampiônica” visando atrelar a imagem de Lampião aos demais produtos turísticos de Triunfo é a realizada pela professora e produtora cultural Diana Rodrigues Lopes, quando escreveu folheto de cordel intitulado “Os Passos de Virgolino em Triunfo”.

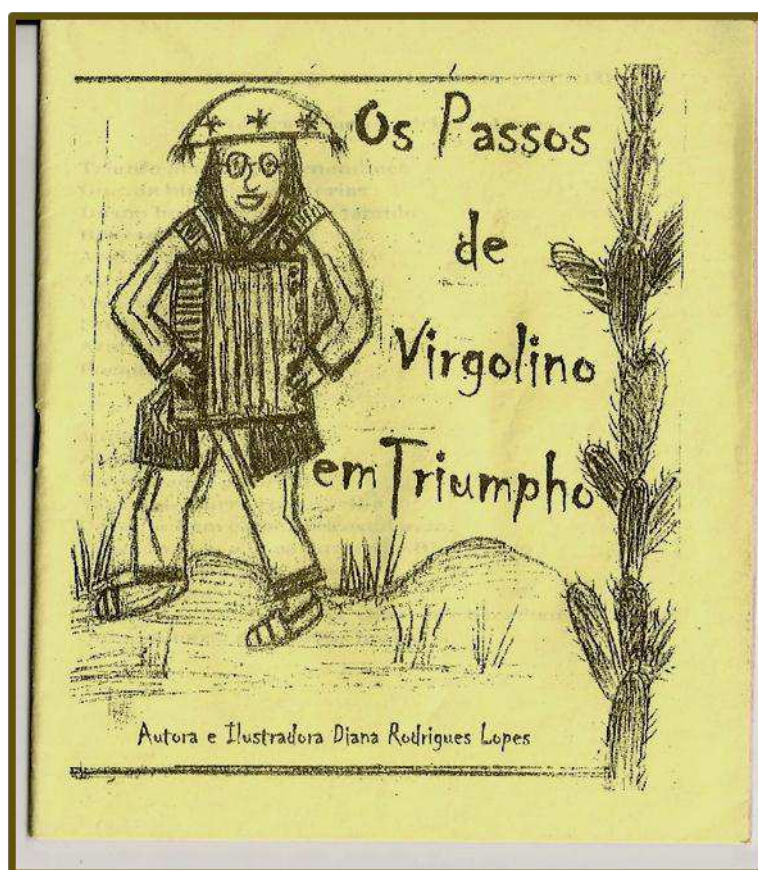


Fig.19: Folheto de cordel sobre Lampião em Triunfo
Fonte: José Ferreira Júnior

Escrito em junho de 2011, o folheto faz um relato de ações praticadas tanto pelo almocreve Virgolino quanto pelo cangaceiro Lampião. Todas as ações conferidas a Lampião são representadas positivamente. Há a construção de uma

memória lampiônica elogiável, tracejada pela fidelidade demonstrada aos amigos membros da elite triunfense, pelo respeito que dispensava às donzelas locais, pela fé nutrida na padroeira da cidade e pela piedade com que tratou as vítimas da peste bubônica, sepultando-as.

Não obstante as várias declarações elogiosas feitas por Diana Rodrigues à pessoa de Lampião, que por si só já seriam suficientes para ao cangaceiro promover uma imagem única, somente vista no “Lampião de Triunfo”, como se percebe na Carta de Patu, um detalhe salta aos olhos, quando da leitura do folheto: a recorrência em afirmar ter sido Lampião um turista em Triunfo. Verifiquemos abaixo o afirmado:

[...] Mas no ano de 22 / Chegou a grande notícia / Que aquele jovem tão belo / Era chefe de cangaceiros / **Desavexado chega a Triunfo** / Não mais Virgulino e sim Lampião / Para os companheiros, Pai Véio / Todo uniformizado de cangaceiro / Armado de rifle, pistola e faca / Rifle cruzeta papo amarelo e punhais / Apetrechos e cacimbinhas d'águas / Lenços de seda e de tafetá berrantes / E anéis às tuias em todos os dedos / **Foi um turista famoso que em Triunfo pisou.** (Grifos nossos).⁹²

Ainda que representado como cangaceiro – é descrita a indumentária cangaceira característica – e, conseqüentemente criminoso e fora-da-lei, Lampião é dito “desavexado” quando chega a Triunfo, denunciando a certeza que havia no cangaceiro que o lugar lhe era espaço de gozo de tranquilidade, como ocorre a todo turista que busca refrigério, descanso, sossego. A fama que já gozava o fazia um turista diferente.

Em outro momento, somando ao turismo lampiônico, Diana Rodrigues mostra o capital social (BOURDIEU, 2007) gozado por Lampião em Triunfo, quando enumera os membros da elite triunfense com os quais o cangaceiro mantinha relações: padre, comerciantes e coronéis endinheirados:

Tratado com muita estima / Aqui fez novos amigos / Do padre aos comerciantes / Coronéis endinheirados / Acoitavam Lampião, nas suas vivendas / Engabelando a polícia / Alimentando os cangaceiros / **Que se sentiam em casa / E também como turista desfrutando / Do clima e beleza da terrinha.** (Grifos nossos)⁹³.

⁹² Os Passos de Virgulino em Triunfo, p. 3.

⁹³ Op. cit, p. 04.

Sabe-se que o nomadismo era elemento constituinte do *habitus* cangaceiro, uma vez que a vida cangaceira era perpassada por perseguições sofridas e, conseqüentemente, fugas constantes, sendo pouquíssimos os momentos de sossego, estes acontecendo somente em três ocasiões: ou quando se encontrava o cangaceiro ferido e era tratado, às escondidas e em lugar seguro, por algum coiteiro (como ocorreu com Lampião no episódio do ferimento do seu pé) ou quando desfrutavam de coitos privilegiados, em fazenda de algum coronel, ou ainda, quando dispunham de proteção dada por políticos renomados, como o ocorrido em Sergipe. Ali, Lampião e seus comandados gozavam da proteção do governador, Eronildes Carvalho.

Todavia, o excerto acima os mostram como se “sentindo em casa”, fato que denuncia acolhida sem restrições feita pela cidade aos facínoras. Ademais, também relata a autora o usufruto, por parte dos cangaceiros turistas, dentre eles Lampião, do “clima e da beleza da terrinha”. Aqui, além de usar a imagem de Lampião como elemento agregador de valor à identidade turística da cidade, Diana Rodrigues, quando a Triunfo chama “terrinha”, expressa um sentimento de identidade territorial ou territorialidade.⁹⁴

Diana Rodrigues, em outro momento do seu texto, mostra um Lampião despreocupado com o passar do tempo, algo incongruente com o *ethos* cangaceiro, principalmente quando esse cangaceiro, como era o caso de Lampião, faziam do Cangaço um meio de vida (MELLO, 2004):

O coronel João Cordeiro, ex-prefeito do lugar / **E pai do famoso médico José Cordeiro / Que cuidou do pé de Lampião** / Na briga com Clementino Quelé / Na serra do Catolé em Belmonte / Arranchava o bando em sua casa / Quando aqui chegava / **E na cachoeira do Grito de sua propriedade / Ficava ele à vontade, tomando banho / Sem zoeira, deixando o tempo correr.** (Grifos nossos).⁹⁵

Além de trazer à cena um dos pontos turísticos da cidade – a cachoeira do Grito – e mostrá-lo como lugar especial, lugar onde Lampião se banhava, a autora

⁹⁴ Estas territorialidades podem também ser projetadas por práticas sociais (festas, rituais), pelo mercado (enclaves homogêneos de consumo), ou por estratégias e discursos políticos (valorização e institucionalização de paisagens e monumentos), lembrando que o sujeito e o meio estão em contínua integração e são constitutivos um do outro (BERDOULAY E ENTRIKIM 1998, p. 118 *apud* PAES, 2008, p. 03).

⁹⁵ Os Passos de Virgulino em Triunfo, p. 5.

também se reporta a um fato importante na vida do cangaceiro, o ferimento sofrido por ele no pé, decorrente de uma refrega com Clementino Quelé, líder de volante paraibana e triunfense de nascimento. Esse fato se avoluma na narrativa porque traz-se à memória o cuidador do ferimento, o médico José Cordeiro, membro da elite mandatária na política da cidade, à época. Isto reforça, ao que nos parece, ainda mais, a identidade de Lampião com Triunfo.

Depois de relatar vários outros feitos de Lampião na cidade e nos limites do município, Diana Rodrigues fecha sua narrativa de maneira apoteótica, expressando sentimentos que teriam sido exteriorizados pelo cangaceiro ao deixar definitivamente a cidade:

Certo dia, assustou, juntou os teréns / Botou os trastes nas costas / E chegando na ladeira do Calugi / **Olhou para a matriz e fez o sinal da cruz** / Sentiu saudades e disse: **adeus amigos fiéis / Talvez não vorte nunca mais / Aqui fui muito feliz** / Partiu galopando em seu cavalo branco / Nas léguas tiranas da vida... / E assim foram os PASSOS DE LAMPIÃO EM TRIUMPHO / **para ele, solo sagrado.** (Grifos nossos).

Os detalhes do relato remetem a um acontecimento que se assemelha a uma despedida que se caracteriza por ser tracejada pela dramaticidade, uma vez que sinaliza algo como “o princípio do fim do cangaceiro”.

A ladeira do Calugi (local onde hoje está construída uma das muitas pousadas da cidade) está na entrada da cidade, quando é acessada pela estrada que a liga a Serra Talhada (lado Oeste). Dela é possível ver o sítio triunfense central, que se localiza em uma depressão e nos dias lampiônicos em Triunfo, certamente se tinha uma visão plena da cidade, haja vista a inexistência das construções hoje existentes e obstaculizadoras dessa visão.

O lugar não poderia ser melhor para uma despedida. Explora-se a religiosidade presente na vida de Lampião. Exploram-se as emoções do cangaceiro, talvez querendo enfatizar um traço de humanidade em sua personalidade, quando é mostrado como reconhecedor da fidelidade dos amigos que fizera na cidade. Dá-se a ida do facínora, talvez um quê de heroísmo, quando lhe mostra partindo, a galope, em seu cavalo branco. Por fim, promove-se o desfecho da narrativa, atribuindo a Lampião a convicção de que o solo triunfense era perpassado pela sacralidade, algo advindo, talvez, da inexistência de ataques promovidos pelo bandoleiro ao lugar.

Definido o porquê do uso da memória lampiônica em Serra Talhada e Triunfo, necessário se faz explicitar a que finalidade se propõe a “neoidentidade” serra-talhadense e a valorizada identidade triunfense. Levando-se em conta que, nos dias contemporâneos, a construção de uma identidade visa, dentre outras coisas, a obtenção de benesses por parte de quem a construiu (REIS, 2006, p. 13), no capítulo seguinte pretendemos trazer à discussão o desdobramento desse constructo identitário vivenciado pelos *loci* citados.

IV – A MERCADORIZAÇÃO DA MEMÓRIA LAMPIÔNICA EM SERRA TALHADA E TRIUNFO

A temática memória se mostra atualmente como elemento de interesse discursivo verificado em vários campos científicos, como, por exemplo, no

antropológico, sociológico, histórico e psicológico. Trata-se, segundo Dosse (2001), de um momento memorioso, sobre o qual não existe discurso unívoco. Fala-se, segundo Alberti (1996), na existência de um mercado de memória.

Todavia, uma pergunta se faz anunciar: como se falar de um mercado de memória se a memória, em sua essência, não se constitui mercadoria? Penso que a resposta a tal questionamento passa, primeiramente, pelo necessário entendimento do que vem a ser mercadoria. Por sua vez, a apreensão desse conceito remete a Karl Marx, em sua obra *O Capital*.

Para Karl Marx, mercadoria é “antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2011, , p. 57). O pensador alemão complexifica o conceito, exigindo sucessíveis níveis de conhecimento a quem se proponha apreendê-lo. Assim, justaposta à “coisa que satisfaz necessidades humanas”, à existência de mercadoria exige-se, segundo ele, a existência da “divisão social do trabalho” (MARX, 2011, p. 63) e a “apropriação privada do bem” (MARX, 2011, p. 64).

Diante da concepção marxiana citada, a memória não se constitui mercadoria, pois embora satisfaça uma necessidade humana proveniente da fantasia, como, por exemplo, a construção de uma identidade (POLLAK, 1992) e seja passível de apropriação por alguém ou por um grupo (FERREIRA Jr., 2010), não se deriva da divisão social do trabalho.

Porém, o que se observa em Serra Talhada e em Triunfo, referente à memória lampiônica trafega em rota de colisão com o que afirma o autor de *O Capital*, uma vez que, mesmo não sendo originalmente mercadoria – porque não foi produzida para a venda em mercado –, verifica-se nos *loci* citados a mercadorização da memória de Lampião.

O confronto entre o teorizado por Karl Marx e o evidenciado nas cidades pernambucanas citadas, referente à memória-mercadoria lampiônica, talvez se torne passível de compreensão quando se evoca a obra de Karl Polanyi, *A Grande Transformação: as origens da nossa época* (2000), onde se discute a categoria de “mercadorias fictícias” (POLANYI, 2000, p. 94). Para o autor citado, a plena realização do capitalismo passa pela mercantilização de determinadas categorias de bens, fato que os transforma em mercadorias. Em seu livro, Polanyi lista três

bens que são mercantilizados no modelo capitalista e transformam-se em mercadorias: o trabalho, a terra e o dinheiro. Segundo Polanyi (2000, p. 94):

O trabalho, a terra e o dinheiro [...] de acordo com a definição empírica de mercadoria, não são mercadorias [...] Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia.

Talvez se argumente que os exemplos de mercadorias fictícias trazidos à discussão por Karl Polanyi sejam concretos, possíveis de serem tocados e, por isso, a memória, algo abstrato, não se encaixaria no rol de bens mercantilizados. Diante disso, pode-se evocar Pierre Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas* (2005), mais especificamente em seu capítulo terceiro, quando trata sobre o mercado dos bens simbólicos.

De acordo com o sociólogo francês, um bem simbólico se configura quando a um objeto artístico ou cultural é atribuído valor mercantil, sendo consagrado pelas leis do mercado ao status de mercadoria. Qualquer que seja o objeto que se insira nessa categoria é consumido por um grupo determinado e, ao mesmo tempo, é possuído por outro grupo que se encarrega de sua produção. Por essa ótica, a memória lampiônica em Serra Talhada e em Triunfo pode ser vista como um bem simbólico e, por conseguinte, como uma mercadoria.

Assim, “mesmo que não se enquadre no rol das mercadorias reais, a memória é comprada e vendida no mercado, à semelhança de qualquer outra mercadoria real, como se verifica com a memória de Lampião” (FERREIRA Jr., 2012, p. 02). Acerca de como se dá a mercadorização da memória lampiônica nas cidades pernambucanas de Serra Talhada e Triunfo, bem como as estratégias utilizadas por seus artífices, os produtores culturais dos *loci* citados, trataremos adiante.

4.1. Memória lampiônica em Serra Talhada: a mercadoria

Embora seja a maior das dezessete cidades que compõem a microrregião do Pajeú (uma das quatro que formam a Mesorregião do Sertão de Pernambuco), Serra Talhada, no referente à economia, não é possuidora de diferenciação em relação

aos demais municípios.⁹⁶ Ou seja, de maneira majoritária, o comércio, a administração pública e o setor de serviços, mostram-se como elementos concentradores de empregos e, conseqüentemente, de renda.⁹⁷

A realidade serra-talhadense aponta, no referente a ocupações permanentes de vagas de emprego, a existência de demanda maior que oferta. Dessa forma, excluindo-se a possibilidade de ocupação viabilizada pela contratação temporária feita pela Prefeitura, inexistente opção de renda, senão aquela que provém da informalidade.⁹⁸

Nesse universo de possibilidade restrita de obtenção de renda através da formalidade, o afluxo de pessoas à cidade, atraídas pelo que se divulga sobre Serra Talhada na rede mundial de computadores – *locus* lampiônico – tem viabilizado alternativa de obtenção de sustento para significativa quantidade de pessoas. Abaixo o que se diz da cidade na Internet:

Para quem gosta de viver fortes emoções nada melhor do que seguir as **Pegadas de Lampião, roteiro turístico de Serra Talhada oferecido pela Fundação Cabras de Lampião**. As trilhas riscam glebas de caatinga que fazem parte das fazendas outrora pertencentes às arquiinimigas famílias Ferreira e Saturnino. O roteiro inclui apresentação dos fatos históricos, caminhadas e almoço com a comida típica regional oferecida debaixo dos umbuzeiros e juazeiros, árvores típicas do semi-árido. O trecho de Serra Talhada até o Sítio Passagem das Pedras tem a distância de 45 quilômetros. **A segurança do grupo é garantida pela presença ostensiva dos Cabras de Lampião**. Na casa onde Lampião nasceu, transformada em museu, estão expostos, além de fotos, instrumentos, objetos utilitários, as armas e as roupas pertencentes aos cangaceiros. (Grifos nossos). (www.turismosertanejo.com.br/index.php).

Desde setembro de 2006, outro fato vem servindo de fortalecimento ao turismo lampiônico na cidade: a criação e a estruturação da Rota do Cangaço e Lampião, autorizada pelo Ministério do Turismo. Este projeto é resultado da parceria entre a

⁹⁶ “Serra Talhada se destaca na região, com 79.241 habitantes, mais que o dobro da próxima cidade mais populosa, Afogados da Ingazeira, com 35.901 habitantes” (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUATENTÁVEL DO SERTÃO DO PAJEÚ, 2011, p. 51).

⁹⁷ Em 2010, em Serra Talhada, os empregos achavam-se assim distribuídos: comércio (2939), administração pública (1770) e serviços (1633). Dados obtidos da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego – MET/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, 2010.

⁹⁸ Informalidade diz respeito à prática do trabalho sem a existência do amparo legal (nota do autor).

Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur) com o SEBRAE e as Secretarias de Turismo das cidades que participam da Rota, entre elas, Serra Talhada⁹⁹.

Tarcísio Rodrigues, atual diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, estabelece crítica à maneira como, em sua opinião, ocorre o turismo lampiônico na cidade, quando afirma:

Em Serra Talhada nós estamos a 430 km de distância da capital, do aeroporto mais próximo. Nós não temos infra-estrutura. Por exemplo, vamos visitar a fazenda onde nasceu Lampião, o Sítio Passagem das Pedras que é administrado pela Fundação Cabras de Lampião... **Você não tem onde tomar um copo d'água.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009)

Percebe-se, na fala do informante, reflexo da inexistência de relacionamento amistoso com Anildomá Willans de Souza, o Domá, presidente da Fundação Cultural Cabras de Lampião¹⁰⁰. A desqualificação feita por Tarcísio à ação da instituição citada fica evidente no negrito acima.

Nada obstante a crítica que emite, o informante reconhece o benefício que o turismo lampiônico promove à cidade, visto que é viabilizador de geração de renda a várias pessoas que trabalham exclusivamente com artesanato voltado para a pessoa de Lampião

A Casa da Cultura mantém a Casa do Artesão [...] então, é fácil a gente medir algumas coisas. Tem os períodos... Coisa típica do turismo... Nós temos o período de alta e de baixa. Temos um faturamento X no período de baixa e isso se multiplica por 3 ou 4x no período de alta. **Por exemplo, nesse período de Julho e até a primeira quinzena de agosto, há um pique de vendas**¹⁰¹. As vendas nossas são em cima de peças de Lampião e do Sertão. **E Lampião é disparado o campeão de vendas.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

O período a que o informante atribui o pique das vendas do artesanato lampiônico (mês de julho) é quando ocorre na cidade o “Tributo a Virgulino” e, a partir deste ano, segundo afirmação feita pelos organizadores do evento, a encenação da peça teatral, ao ar livre, “O Massacre de Angico – a morte de

⁹⁹ São as seguintes as cidades que participam da Rota do cangaço e Lampião: Serra Talhada, Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Egito e São José do Belmonte.

¹⁰⁰ Acerca da rivalidade existente entre Tarcísio Rodrigues e Anildomá Willans (Domá) explicito em FERREIRA Jr. (2010).

¹⁰¹ Período que corresponde à vivência do “Circuito do Frio”, programa turístico do governo de Pernambuco, ao qual pertence a cidade serrana de Triunfo.

Lampião”, que traz em seu desenrolar o último dia de vida de Lampião, como se verifica na figura abaixo:



Fig. 20: Cartaz da peça sobre a morte de Lampião
Fonte: Fundação Cultural Cabras de Lampião.

Segundo Tarcísio Rodrigues, um elemento de grande importância ao aquecimento dessas vendas é a estrutura hoteleira de Triunfo, cidade vizinha a Serra Talhada. Para ele, o clima triunfense atrai o turista e este, por sua vez, desce a serra e, em Serra Talhada, deixa parte do seu dinheiro, consumindo principalmente produtos atrelados ao cangaço lampião:

A instalação do SESC em Triunfo foi benéfica para Serra Talhada. O que se vende aos hóspedes do SESC não está no gíbi. O pessoal desce todinho para comprar artesanato aqui. Comprar Lampião. Foi ótimo pra vender Lampião. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

A afirmação de ser Lampião elemento gerador de renda a número significativo de pessoas é comprovada quando se traz à tona informe como os que seguem abaixo:

Nós temos 110 artesãos cadastrados. Destes, **50 a 60 trabalham voltados para o cangaço [...]** No global, **80% das peças de artesanato vendidas, contando a loja da Casa da Cultura e da Casa do Artesão, sem medo de errar, no mínimo 80%, são de peças ligadas a Lampião e ao cangaço. 80% sem dúvida.** Isto no bisqui, na pedra, na madeira, no mosaico [...] **nós temos artesãos fazendo mais de um salário mínimo por mês. E é preciso lembrar que as peças mais vendidas são as mais baratas, são peças de R\$ 0,80, R\$ 1,50, R\$ 2,50...** Não são peças caras. Então, se você for ver isso, a quantidade de peças... São muitas peças. (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

Não satisfeito somente em mostrar de maneira geral o benefício causado pela mercantilização da memória lampiônica e, conseqüentemente, sua mercadorização, Tarcísio Rodrigues explicita, tomando como referência uma das artesãs cadastradas, a realidade da renda auferida por ela:

Hoje mesmo [14/08/2009], eu paguei a uma artesã e não está nem com quinze dias que ela pegou essa mesma quantia... A mesma artesã, que é **Elielza**, eu paguei quase R\$ 300,00 de peçazinhas e não faz quinze dias que ele pegou esse mesmo valor. **Essa trabalha... É com bisqui que ela trabalha... Trabalha única e exclusivamente com Lampião.** (Grifos nossos). (Entrevista realizada com Tarcísio Rodrigues, diretor da Casa da Cultura de Serra Talhada, em 14/08/2009).

Além do artesanato, também é evidente, em Serra Talhada, o uso da memória lampiônica como mote para construção de uma literatura livresca e cordelística. No referente a livros, Anildomá Willans de Souza (Domá) exerce a supremacia de autoria. À exceção de “Entre a Cruz e o Punhal”, de autoria de Cícero Lopes da Silva, na cidade, os livros escritos sobre Lampião são de autoria do produtor cultural citado. Quatro são os livros escritos por Domá, como já informado alhures.

Nas literaturas citadas, o autor lista relatos de feitos lampiônicos, alguns massificados, outros, segundo ele, colhidos de pessoas contemporâneas de Lampião ou de parentes delas. Trata-se de uma produção literária voltada para a venda que, quase sempre, ocorre após o autor promover palestra sobre Lampião. Aqui, abrimos um parêntese para relatarmos um acontecimento que comprova o que afirmamos:

Ocorreu em 2009, quando juntos (eu e Domá) fomos convidados a palestrar no quartel da Companhia de Ação na Caatinga, em Petrolina, Pernambuco. A mim, cabia falar sobre a revolta de Canudos; a Domá, falar sobre Lampião. Após a fala de Domá, todos os vinte e cinco livros que levou (Lampião, nem herói, nem bandido: a história) foram vendidos imediatamente ao preço de R\$ 20,00 que, segundo anunciou, era preço promocional. Não poucos foram os ouvintes que, com dinheiro na mão, não puderam adquirir o livro por ter se esgotado. Tendo Domá falado primeiro, a minha palestra, percebi, foi ouvida mais por respeito ao palestrante (típico de um auditório composto por militares) que por interesse no que eu falava. Depois do ocorrido, quando retornávamos a Serra Talhada e almoçávamos às margens da BR – 428, disse-lhe que havendo outra ocasião de convite semelhante, eu falaria primeiro. Entre goles de cachaça, que sorvia demoradamente, sorrindo, o contador de histórias sobre Lampião (como gosta de se autodenominar) concordou com o que eu lhe propunha.

Mesmo que seja desprovida de rigor metodológico e, menos ainda, epistemológico, a literatura produzida por Domá é tida por ele como algo a que se deve emitir louvor, visto que se refere a si mesmo como sendo expoente literário em Pernambuco. Afirma ele:

Tenho quatro livros publicados sobre Lampião, Por duas vezes eu tive o meu livro sendo o segundo colocado em vendas no Estado de Pernambuco, em abril de 2001, parece, 2002, eu só perdi para Ariano Suassuna, por dois meses consecutivos. (Entrevista realizada com Anildomá Willians de Souza, produtor cultural em Serra Talhada, em 21/10/2008).

No âmbito cordelístico, a produção local também se mostra relevante. As temáticas, mesmo diferenciadas, são possuidoras de um traço comum: a glorificação lampiônica. Uma delas, “Serra Talhada em versos”, de autoria do poeta Feitosa do Calumbi, além da exaltação de praxe ao cangaceiro, traz um queixume do autor, que reivindica para o cangaceiro, em sua terra natal, o que lhe sobra fora dela: glória!

Serra Talhada famosa
De Virgulino Ferreira
O famoso Lampião
Bom no rifle e na peixeira
Aquele cabra da peste
Fez justiça no Nordeste
Com a sua cabroeira

**Se vê na televisão
Lampião ser exaltado
Em todos os continentes
Seu nome sempre é lembrado
Todos admiram ele
Somente no lugar dele
Ele é um vulto apagado**

Ao governador do Estado
Deputado e ao Prefeito
**Pedimos a sua estátua
Que foi homem de respeito
Que vai atrair turistas**
E em nome dos artistas
Vou ver se o pedido é feito
(Grifos nossos)

Além do artesanato e das literaturas livresca e cordelística, verifica-se em Serra Talhada, também o uso da memória lampiônica no concernente à gastronomia local. Atualmente, nos arredores da cidade, na localidade chamada Fazenda Barreiros, ocorre atividade turístico-gastronômica centrada na figura de Lampião: o degustar do “bode no buraco”.

Trata-se de uma explanação acerca do cotidiano dos comandados de Lampião na Caatinga, usando-se para isso uma prática culinária que, quando verificado mais atentamente, porta em si um ritual. Ou seja, enquanto o bode é preparado para ser enterrado, vaqueiros locais entoam aboios que falam sobre a vida do sertanejo.



Fig. 21: Consumo do bode no buraco na Fazenda Barreiros
Fonte: www.peconhecepe.com.br

A figura revela claramente a evocação à memória lampiônica, quando do ritual desenvolvido no preparo e consumo do “bode no buraco”: ao fundo, verifica-se alguém com trajes cangaceiros, numa tentativa evidente de atrelar a atração turística ao *habitus* lampiônico.

Atribuída a Lampião e seus cabras, essa prática de preparo de carne ocorria, segundo o que se relata quando do esclarecimento feito ao turista, em razão de, na grande maioria das vezes, não ser possível aos cangaceiros a feitura do fogo para cozimento, uma vez que o seu acendimento poderia se transformar em elemento denunciador, à polícia (volante), da localização do grupo.

O setor de serviços, mais especificamente o de hotelaria, também lança mão da memória lampiônica objetivando promover atração de clientela. Para isso, vale-se do uso de símbolos tidos como característicos do cangaço lampiônico (o chapéu de couro dobrado, na frente e atrás, com a presença de estrelas) e, também, dos nomes das personagens mais marcantes do grupo: Lampião e Maria Bonita. Veja-se a confirmação nas figuras abaixo:



Fig. 22: Estabelecimentos comerciais em Serra Talhada
 Fonte: José Ferreira Júnior

Percebe-se, em Serra Talhada, o uso mercantil diversificado da memória lampiônica. Assim, a glorificação por que passou a imagem do cangaceiro (FERREIRA Jr., 2010) materializa-se na satisfação de uma demanda econômica significativa.

4.2. Memória lampiônica em Triunfo: elemento agregador de valor à mercadoria turismo

Diferentemente do que ocorre em Serra Talhada – onde a memória lampiônica é o que se vende –, em Triunfo a mercadoria é a cidade com o seu entorno, ou seja, as benesses naturais promovidas pelo clima, relevo e hidrografia privilegiados formam um pacote que é oferecido aos turistas.

A memória lampiônica funciona como o algo mais oferecido ao turista como um adendo àquilo que a natureza prodigiosamente tem a lhe oferecer. Ou seja, Lampião em Triunfo, de maneira simbólica, promove valorização aos serviços oferecidos aos de fora, agregando valor ao que já existe e, dessa forma, viabilizando “um salto de qualidade em uma ou mais características do produto ou serviço, que de fato são relevantes para a escolha do consumidor” (AZEVEDO, 2008, p. 02)

Desse modo, ao turista chega o usufruto de uma espécie de capital simbólico (BOURDIEU, 2005), ou seja, ele pode se vangloriar de ter estado, por exemplo, no quarto em que Lampião dormiu (abaixo mostrado), quando das diversas vezes que

frequentou a Casa Grande das Almas, como é dito pelos guias que o conduzem ao local citado:

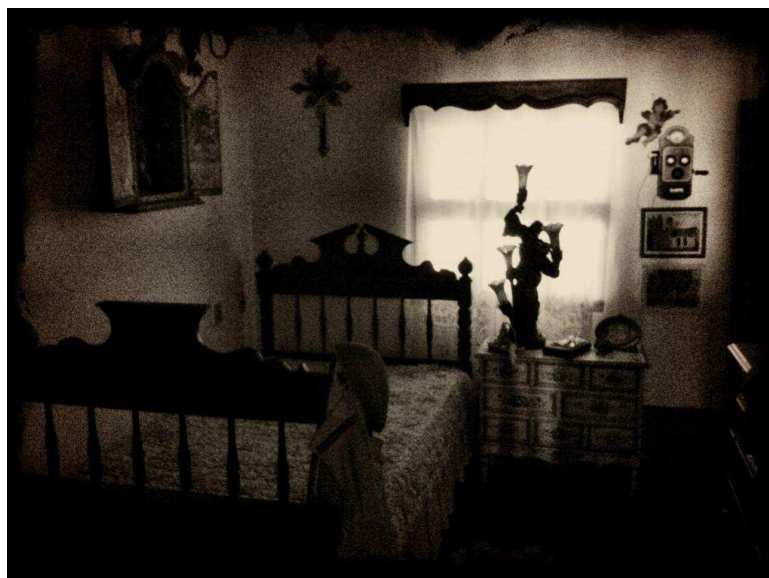


Fig. 23: Quarto da Casa Grande das Almas, onde Lampião dormiu
Fonte: Lampião Aceso

Também poderá dizer ter estado no mezanino (sótão) da casa (como estiveram os visitantes abaixo), local onde o cangaceiro varava as noites jogando baralho com amigos da cidade, pertencentes à elite triunfense:



Fig. 24: Mezanino da Casa Grande das Almas, onde Lampião costumava jogar baralho
Fonte: Lampião Aceso.

Ou, ainda, ter passado de Pernambuco (Triunfo) à Paraíba (Princesa Isabel), apenas atravessando a sala do casarão, como fazia o Rei do Cangaço, quando perseguido por volantes dos estados citados.



Fig. 25: Sala situada na divisa entre Pernambuco e Paraíba
Fonte: Lampião Aceso.

O acesso à Casa Grande das Almas é gratuito. Embora seja também morada do seu proprietário, o juiz aposentado Francisco de Assis Timóteo, membro do grupo “Lampiãoicos”, não há qualquer empecilho ao acesso ao seu interior por visitantes. Tal fato, somado à beleza do casarão; à mobília, louça e prataria do interior do imóvel e, principalmente, à mística que a memória lampiônica reflete sobre o local, revela-se como elemento instigador à visita dos que chegam à cidade e, também, como estímulo a um novo retorno ao local, como se verifica nas palavras de Edna Marques, da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, postado no site Opinião Triunfo:

Fiquei impressionada como uma residência particular recebe as pessoas com tanta a atenção e carinho. Contam que esse local servia no passado de pousada do cangaceiro Lampião e seu bando. Voltarei a visitá-lo. (Postagem feita em 09/05/2012).

Ainda na zona urbana, outro atrativo perpassado pela memória lampiônica é o Museu do Cangaço e da Cidade de Triunfo. Diferentemente do que ocorre na Casa Grande das Almas, o acesso ao museu não é gratuito. É cobrada uma taxa de R\$

2,00 por visitante. Em 08/09/2012, quando de visita feita ao referido museu, constatamos que de 01/01/2012 até a data da visita feita, 3894 pessoas acessaram o local, gerando, dessa maneira, uma renda de R\$ 7.788,00 reais. Abaixo, alguns dos objetos pessoais de Lampião. Destaque para os óculos artesanais feitos pelo cangaceiro e usados em meio à vegetação espinhosa e com presença de aveloz.¹⁰²



Fig. 26: Objetos pessoais de Lampião
Fonte: José Ferreira Júnior

Também é verificada em Triunfo uma significativa quantidade de pequenas lojas de artesanato, mesmo que, de acordo com o que se afirma na página da Secretaria Municipal de Turismo, a cidade não seja possuidora dessa tradição. Nada obstante a declaração feita, uma visita feita a tais lojas percebe-se que a predominância de fabrico artesanal é centrada na tradição dos **caretas**, símbolo da cidade¹⁰³, porém, não há, em tais espaços, esquecimento da memória lampiônica, como revela a figura abaixo:

¹⁰² Vegetação que produz uma seiva agressiva aos olhos, podendo causar cegueira (Nota do autor).

¹⁰³ Os caretas são figuras satíricas que transformam o carnaval de Triunfo em um dos mais irreverentes do Estado. Segundo alguns estudiosos, a origem da festividade não faz parte do período carnavalesco, mas do Natal, quando dois Mateus de um reisado, em 1917, embriagaram-se durante a apresentação e foram proibidos de participar da manifestação. Inconformados, eles vagaram fantasiados pelo município, fazendo barulho com um chocalho e inaugurando a brincadeira. (NORDESTE.COM).



Fig. 27: Artesanato de caretas e Lampião com cangaceiros
lado a lado em loja triunfense
Fonte: Fátima Artesanato

Esta justaposição entre caretas e Lampião ainda que sirva a um fim determinado, gerar receita, não é algo que promova reflexo positivo entre os cidadãos triunfenses. Na opinião de Cláudio Henrique Inácio Viana, estudante e comerciante triunfense, o discurso que afirma ter sido Lampião um turista especial, fato que justifica, segundo os produtores culturais locais, a materialização de sua memória em artefatos artesanais, não encontra respaldo para a sua sustentação, visto que, segundo o comerciante:

Não concordo, pois pra mim lampião não era turista, ele nunca vinha aqui para passeios ou visitas, na verdade, ele como excelente estrategista, tinha Triunfo como rota de fuga entre os Estados de PE/PB. Acredito que por esse motivo ele não provocava conflitos entre a população local ou os policiais. (Entrevista realizada com Cláudio Henrique Inácio Viana, estudante e comerciante, em 20/09/2012)

Percebe-se a declaração do comerciante perpassada pela racionalidade, quando confere ao cangaceiro postura pragmática no referente às suas estadas na cidade. Cláudio Henrique reproduz o que diz Clemente (2006), que lembra ter existido durante significativo espaço de tempo a inviolabilidade das divisas dos estados brasileiros, fato que não permitia a uma volante atuar em espaço que não

fosse o de sua jurisdição. Disso tirava proveito Lampião, porquanto Triunfo situa-se na linha limítrofe dos estados de Pernambuco e da Paraíba.

Outra cidadina, Gislaine Dayana Pereira de Souza, estudante, rejeita o uso da memória lampiônica como elemento promotor de atração turística e, conseqüentemente, promotor de obtenção de renda por parte dos artesãos. Para a informante, associar a imagem de Lampião à de sua cidade é algo impraticável, uma vez que, segundo afirma, “a imagem que retrata Triunfo são os Caretas e não Lampião” (Entrevista realizada, 21/09/2012). Abaixo, a figura de um careta paramentado, em uma das ruas triunfenses:



Figura nº 28 – Careta de Triunfo
Fonte: O Nordeste.com

Quando saiu em defesa da unicidade dos caretas como representantes da espacialidade triunfense, a informante remete ao fato de que os símbolos, imagens e aspectos culturais são valores que, para a população de um *locus*, materializa uma identidade. Esta, por sua vez, quando de sua evocação, traz à tona uma territorialidade denunciadora de pertencimento ao lugar do qual se fala. Percebe-se, dessa forma, por parte da informante, a existência de um cuidar dispensado à manutenção de uma identidade tida como “naturalizada”. O receio da perda da identidade promovida pelos caretas à cidade de Triunfo – que no entender da informante ocorre quando à memória de Lampião se dá destaque artesanal – ativa em Gislaine Dayana Pereira de Souza um zelo pelos caretas e uma recusa em

relação ao cangaceiro famoso. Essa postura decorre do fato que “toda identidade só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se veem ameaçados a perdê-la” (BRANDÃO *apud* HAESBAERT COSTA, 1988, P. 78).

Assim, percebem-se importantes as falas dos dois informantes triunfenses citados porquanto, ao contrário do que ocorre em Serra Talhada – quando os cidadãos, mesmo entendendo ser benéfico o atrelamento da memória lampiônica à sua cidade promovem discrepância entre o que dizem e o que pensam sobre Lampião (FERREIRA Jr., 2010), vivenciando, dessa forma, um jogo de identidades (HALL, 2006), porquanto, ao mesmo tempo em que afirmam ser Lampião imprescindível à visibilidade da cidade, rejeitam identificar-se com ele –, os informantes triunfenses rejeitam, contrariando o discurso dos produtores culturais locais, qualquer identificação com o Rei do Cangaço. Isto se torna bem evidenciado na fala de Cláudio Henrique, quando afirma: “não gosto de ver uma cidade pacata como Triunfo associada à imagem de Lampião” (Entrevista realizada em 20/09/2012).¹⁰⁴

No âmbito rural também é verificada a justaposição da memória lampiônica aos atrativos naturais que são apresentados aos turistas triunfenses. Uma das três cachoeiras do lugar¹⁰⁵, a Cachoeira do Grito – assim chamada porque distante se ouve o “grito” que a queda d’água nas rochas provoca, é possuidora de cinco quedas e forma um pequeno lago de doze metros de comprimento por cinco metros de largura, tornando-se lugar aprazível para banho – é tida como lugar escolhido por Lampião para banhar-se e nadar, quando de suas estadas em Triunfo. Abaixo, figura da cachoeira:

¹⁰⁴ Convém lembrar que a rejeição ao atrelamento de Lampião à cidade de Triunfo não é absoluta. A cidade também é possuidora de cidadãos que veem nessa prática benesse à qual se deva apegar (Nota do autor).

¹⁰⁵ As outras duas cachoeiras são a do Brocotó e a do Pinga (Nota do autor).



Fig. 29: Cachoeira do Grito, zona rural de Triunfo
Fonte: Opinião Triunfo

Para o turista, a Cachoeira do Grito é possuidora de atributos significativos, visto que, além da beleza que porta em si, é perpassada por um quê de misticismo, uma vez que a Lampião e a seu bando serviu de lugar de lazer. Isto é revelado na declaração de Antônio Luís de Paiva Neto, visitante paulistano, quando diz:

É fantástico, mano! O lugar é lindo e a água é fria e limpa. **Além disso, poderei dizer aos meus amigos que nadei onde nadou o Rei do Cangaço!** Não é demais?! Vou recomendar o lugar aos meus amigos. **Vou matá-los de inveja!** (grifos nossos) (Entrevista realizada com Antônio Luís de Paiva Neto, turista paulistano, em 23/09/2011).

Além do deslumbramento causado pela paisagem natural, principalmente quando pela primeira vez se acessa o lugar, a análise do conteúdo da declaração do visitante revela sua satisfação em ser possuidor de algo que seus amigos não possuem. Ou seja, a postura extasiada do turista não se resume ao fato de ter estado e nadado em uma cachoeira, pois a queda d'água não é exclusividade do espaço triunfense (o próprio Sudeste, seu lugar de origem, é possuidor de lugares semelhantes àquele onde se encontra a cachoeira em discussão), mas em ter se banhado onde Lampião se banhou.

Desse modo, ao se expressar nos termos negritados acima, o informante revela-se possuidor de um diferencial, que o distingue dos demais turistas pertencentes ao seu círculo de relacionamento, promovendo-lhe prestígio ante seus pares. Pode-se afirmar ser o informante citado possuidor de capital simbólico, cuja posse permite um (re) conhecimento imediato da dominação do elemento que o

possui sobre os demais elementos do campo, ou seja, a detenção de um poder simbólico (BOURDIEU, 2010).

Verificando-se o usufruto da memória lampiônica na satisfação da demanda econômica serratalhadense e triunfense, claro deve ficar que, ainda que em ambos os lugares haja a mercadorização dessa memória, ou seja, ainda que a finalidade seja a mesma, a maneira como se lança mão desse bem cultural é diferenciada nos espaços citados.

Assim, em Serra Talhada o que se vende é a memória lampiônica. O turista “compra Lampião”, a memória ressignificada lampiônica é a mercadoria oferecida ao visitante. Em Triunfo, por sua vez, não ocorre dessa forma. O que se vende na cidade serrana é ela própria – clima, relevo, vegetação, hidrografia –, sendo a memória lampiônica ali utilizada como elemento agregador de valor ao produto que se oferece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pessoa de Lampião revela-se discursivamente controversa. Tal fato se evidencia nas múltiplas representações existentes sobre o Rei do Cangaço. Essas representações se fazem presentes tanto no senso comum quanto no espaço acadêmico. No senso comum, mais especificamente na literatura de cordel, o cangaceiro é majoritariamente representado de maneira positiva. Talvez esse fenômeno esteja ligado ao fato da existência da macheza na cultura nordestina sertaneja, onde a valentia é um capital social e, por conseguinte, não há lugar para frouxos ou, ainda ao fato de, no ideário de grande gama de sertanejos, o crime praticado, mais especificamente o homicídio, não ser levado em conta, mas o motivo por que aconteceu (ALBUQUERQUE Jr, 1999).

No espaço acadêmico o que é dito sobre Lampião possui, em pelo menos três autores, maior reverberação: Ruy Facó (1967), Frederico Pernambucano de Mello (2004), Júlio José Chiavenato (1990) e Éric Hobsbawm (1976). Em Ruy Facó (1967), o cangaceiro é tido como um contestador da ordem vigente, a materialização dos anseios dos sertanejos desfavorecidos e experimentadores dos desmandos coronelísticos. Essa representação do chamado Rei do Cangaço é retomada pelo movimento social dos trabalhadores sem terra, que se identifica com o cangaceiro no referente à contestação da ordem jurídica, quando promovem ocupações de propriedades privadas.

Outra nuance lampiônica circundante no meio acadêmico é a do vivenciador do escudo ético, defendida por Frederico Pernambucano de Mello (2004). Segundo este discurso, o cangaceiro poupou seus desafetos principais – José Saturnino e José Lucena – para ter sua vida de crimes legitimada. Ou seja, enquanto vivos estivessem os inimigos citados, no ideário sertanejo haveria justificativa para a continuidade da prática do cangaço protagonizado por Lampião. Mello (2004) fala de acordo travado entre Lampião e os seus dois inimigos, garantindo que ambos não seriam molestados pelo cangaceiro. Dessa forma, a vingança, elemento instigador da entrada no cangaço do mais famoso da família Ferreira, cede lugar ao desejo de auferir ganhos na continuidade da vida cangaceira (FERREIRA Jr, 2010).

A corrupção foi, para Júlio José Chiavenato (1990), a maneira por que ocorreu a continuidade de vida cangaceira lampiônica por cerca de duas décadas.

Ou seja, Chiavenato (1990) atribui a longevidade do cangaceiro às alianças feitas com membros da alta oficialidade das polícias que o perseguiram. Contava o cangaceiro, segundo o autor em discussão, com a proteção de significativo número de fazendeiros, em grande parte coronéis, que além de lhe oportunizar abrigo, serviam como intermediários no tráfico de armas nas caatingas sertanejas. Ademais, segundo o autor citado, Lampião era possuidor de uma complexa rede de informantes, os chamados coiteiros, que lhe promovia, dentre outras coisas, a localização e a intencionalidade de deslocamento das volantes perseguidoras. O Lampião corruptor pode ser tomado como o arquétipo do grande traficante de drogas contemporâneo, que tem, em muitos dos que deveriam lhe oferecer perseguição, proteção e garantia de tranqüila ação criminosa.

Éric Hobsbawm (1976) talvez seja, nessa discussão de discursos sobre Lampião no espaço acadêmico, a voz que mais reverbera. Lampião é inserido por Hobsbawm (1976) no rol dos que o historiador britânico chama de bandido social. Na concepção de Hobsbawm (1976), o fenômeno do banditismo social se faz presente em toda sociedade que economicamente se embasa na agricultura e no pastoreio e, justaposto a essa realidade econômica, essa sociedade vivencie dominação. Para ele, Lampião no exercício do banditismo social, enquadra-se na categoria vingador, cuja característica principal é o espalhar terror (op. cit. p. 89).

A polissemia discursiva que envolve a pessoa de Lampião muito provavelmente promoveu estímulo aos produtores culturais dos vários *loci* por que passou o cangaceiro em suas andanças. Em tais espaços percebe-se o uso da memória lampiônica. Tal agir, que ocorre sob a justificativa de que a memória do cangaceiro é elemento promotor de atratividade turística, promove a mercadorização dessa memória. Serra Talhada (berço de Lampião) e Triunfo (espaço freqüentado por Lampião, nos intervalos de suas escaramuças) não se esquivaram do uso da memória lampiônica em seu favor.

O uso, quiçá abuso, da memória lampiônica em Serra Talhada e Triunfo não se constitui algo que seja perpassado por ineditismo, uma vez que tal prática é verificada em vários dos muitos lugares por onde andou Lampião, como, por exemplo, Mossoró, no Rio Grande do Norte e Poço Redondo, em Sergipe. A comercialização da memória do mais famoso dos cangaceiros tem sido nos loci

citados algo que se verifica em outros espaços, inclusive em lugares nunca pisados por Lampião e seus comandados, como Teresina capital do Piauí.¹⁰⁶

O inédito que revelou esta pesquisa reside na intencionalidade do uso da memória lampiônica pelos produtores culturais serratalhadenses e triunfenses. Os primeiros, na promoção de uma nova identidade a Serra Talhada, fato que revela o abandono de uma tradição e a invenção de uma nova (HOBBSAWM, 2002), uma vez que, em substituição à identidade “Cidade Tricampeã da Beleza Feminina”, passou a existir “Capital do Xaxado”, como nomenclatura identitária. Os segundos, por sua vez, na agregação de valor à atratividade turística de sua cidade, quando afirmam ter sido Lampião “um turista apreciador das paisagens verdes triunfenses” (LOPES, 2010), fato que promove ao turista que chega à cidade a obtenção de um capital social: ter estado em locais frequentados pelo Rei do Cangaço.

Na busca da consecução de suas intencionalidades, os produtores culturais no enfrentamento que empreendem, lançam mão de estratégias discursivas específicas. Dizem os de Serra Talhada que, por ter nascido Lampião em solo serratalhadense, cabe à cidade a exclusividade do uso da memória do cangaceiro. Trata-se da reivindicação de uma territorialidade, aqui se enfatizando um dos seus principais elementos, a dimensão simbólica, ou seja, um elemento constitutivo de sua identidade. Os de Triunfo, mesmo reconhecendo a naturalidade serratalhadense lampiônica, afirmam ser Lampião história e, por conseguinte, não possuidor de dono, de tutoria específica, mas propriedade de qualquer que queira dele se apropriar. Arrematam seu discurso com a afirmação de que, em Triunfo, Lampião é estudado, fato que parece promover desqualificação aos produtores culturais serratalhadenses, uma vez que, no berço do cangaceiro, não há, de fato, como ocorre em Triunfo, a existência de um grupo de estudos sobre Lampião.

Embora em público neguem a existência de qualquer disputa relacionada à memória lampiônica, os produtores culturais das cidades examinadas deixam escapar, nos conteúdos de seus discursos, que de fato há uma disputa em torno dessa memória, no referente à exclusividade do seu uso. Essa disputa se materializa, por exemplo, em atitudes, como a ocorrida em 1997, ano do centenário de nascimento de Lampião, quando produtores culturais triunfenses, de acordo com o relato de produtor cultural serratalhadense (explícito no texto), teriam se

¹⁰⁶ <http://www.cidadeverde.com/claudio-said-lanca-livro-sobre-lampiao-e-cangaco-em-teresina-116169>

aproveitado de sua boa vontade em lhes ceder seus convidados para o evento e, saído na frente de Serra Talhada na comemoração do centenário de nascimento do Rei do Cangaço.

Também se verificou que o agir dos produtores culturais, relacionando o uso da memória lampiônica às suas espacialidades, não se constitui algo que pelos cidadãos dos loci citados goze de aceitação absoluta. Em Serra Talhada, não se nega a importância do atrelamento da memória de Lampião à identidade da cidade no referente à promoção de visibilidade e, conseqüentemente, atratividade turística. Porém, verifica-se, por parte de quem assim se manifesta, a negação em identificar-se com o conterrâneo cangaceiro. Percebe-se, no berço lampiônico, discrepância entre o que se pensa e o que se diz sobre o cangaceiro em discussão.

Em Triunfo, por sua vez, mesmo com a positivação que é dada pelos produtores culturais à imagem de Lampião, não se percebe anuência dos cidadãos à agregação da memória lampiônica à cidade. Entendem tais sujeitos que, por si só, a cidade se revela atraente. Também é verificado nas falas dos informantes cidadãos triunfenses a reivindicação de territorialidade, quando em recusa à alusão feita a Lampião, como elemento promotor de agregação de valor à venda turística da cidade, lançam mão da tradição dos caretas, reafirmando-a como elemento constituinte da identidade triunfense.

As ações protagonizadas pelos produtores culturais triunfenses e serratalhadenses se constituem objeto que se revela rico a investigações. O que se realizou nesta pesquisa foi somente a exploração de uma pequena parte dessa riqueza que, estamos certos, não lhe esgotou no que porta em si mesma. Acreditamos que **a que interesse** atende o uso da memória lampiônica nos loci citados foi prontamente esclarecido. Talvez, **a quem interessa** o uso exclusivo da memória do mais célebre dos cangaceiros, revele-se elemento instigador de nova pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade**. In: Território em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Sebrae. Brasília. Dumará. 2004.
- ALBERTI, Verena. **Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.
- ALBUQUERQUE Jr. Durval M. de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M de. **Quem é frouxo não se mete**: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. São Paulo. Projeto História. Nº 19. 1999.
- BAKHTIN. Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BOURDIEU. Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Perspectiva. 2005.
- CALABRE, L. **Intelectuais e política cultural**: o Conselho Federal de Cultura. Intellectus. Rio de Janeiro, Ano 5, v.2. 2006.
- CERTEAU. Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis. Vozes 1996
- CHIAVENATO. Júlio J. **Cangaço, a força do coronel**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CLEMENTE, Marcos E de A. **Lampiões acesos: a Associação Folclórica e Comunitária dos Cangaceiros de Paulo Afonso, BA e os processos de constituição da memória coletiva do cangaço (1956-1998)**. Campinas. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003.
- COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural oficial nos anos 70. In: MICELI. S. (Org). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
- COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 1990.
- CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Saõ Carlos. Edusp. 2004
- DEBS. Sylvie. **Cinema e Literatura no Brasil – os mitos do Sertão: emergência de uma identidade nacional**. Trad. Sylvia Nemer. Fortaleza: Interarte, 2007.

DETIÈNNE, Marcel. **Mito-rito**. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Oficial/ Casa da Moeda, 1989.

DOSSE. François. **A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo. Editora da UNESP, 2001.

DURAND, J. C. G. **Política e administração Cultural. Utilidade da experiência estrangeira para o Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DURKHEIM. Émile D. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo. Martins Fontes. 2007.

FACÓ. Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1983.

FERRAZ. Marilourdes. **O Canto do Acauã**. Belém: Falângola, 1978.

FERREIRA JÚNIOR. José. **Cangaço e Fé**. In: SOUZA. Anildomá W de. **Nas Pegadas de Lampião**. Serra Talhada: Esdras Graphic, 2004.

FERREIRA JÚNIOR. José. **Memória Monumentalizada do Cangaço: a quem interessa tal saber?** ABA, UFS, 2007_a.

FERREIRA JÚNIOR. José. **Xaxado: Dança Cangaceira?** GEHISC. UFRPE. 2007_b.

FERREIRA JÚNIOR. J. **A apropriação da memória lampiônica na construção da identidade de Serra Talhada**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande – PB. 2010.

FERREIRA JÚNIOR, J. SOARES, Cristiano E de C. **O Papel da Mídia na Invenção e Venda da Memória de Lampião em Serra Talhada – PE**. XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL. 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI.

GOFFMAN. Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes. 1985.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

GUEIROS. Optato. **Lampião**: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. Recife: s.ed. 1953.

HALL. Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

HOBBSAWM. Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1976.

HOBBSAWM. Eric; RANGER. Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

JODELETE, D. **Representações Sociais**: um domínio em expansão. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

LIRA. João G de. **Lampião**: memórias de um soldado de volante. Floresta: TODA Gráfica, 2007.

MACEDO. Nertan. **Sinhô Pereira, o comandante de Lampião**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

MACHADO. Maria C M. **As Táticas de Guerra dos Cangaceiros**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

MELLO. Frederico P. de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2004.

MICELI, S. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

NEMER. Sylvia. **Glauber Rocha e a Literatura de Cordel**: uma relação intertextual. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In LE GOFF, J; NORA, P. (org.) **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo. Educ. 1993.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PANDOLFI, Dulce C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife. Mansangana. 1984.

PERICAS, Luis B. Os Cangaceiros – Ensaio de Interpretação Histórica. São Paulo, Boitempo. 2010.

QUEIROZ. Maria I. P. de. **Os Cangaceiros**. São Paulo. Duas Cidades. 1977.

RAFESTINI, Claude. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro. Zahar. 1993.

RICOEUR. Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES DE CARVALHO. Cícero. **Serrote Preto: Lampião e seus sequazes**. Rio de Janeiro: Sedegra S/A, 1974.

RODRIGUES DE CARVALHO. Cícero. **Sociologia do Cangaço**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora do Livro, 1977.

SÁ. Antônio F. de A. **O Cangaço entre a história e a memória**. In: **Dossiê, práticas culturais e identidades**. Revista Tempos Históricos. Volume 09. 2º semestre. Marechal Cândido Rondon. 2006.

SÁ. Luiz L. de C. e. **Serra Talhada: 250 anos de história, 150 anos de emancipação**. Serra Talhada: Sertagráfica, 2001.

SÁ NETO. José M de. **David Jurubeba: um herói nazareno**. Recife: Ed. do autor, 2004.

SANTOS. Gilvan de M. **Escrituras Nômades do Cangaço: o folheto de cordel como signo motivador do cinema das décadas de 1950 e 1960**. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2009.

SCHWARTZENBERG. Roger G. **O Estado Espetáculo**. Rio de Janeiro. Difel. 1978.

SOBREIRA. Azarias. **O Patriarca do Juazeiro**. Juazeiro do Norte: Vozes, 1969.

SOUZA. Anildomá W. **Nas Pegadas de Lampião**. Serra Talhada: Esdras Graphic, 2004.

SOUZA. Anildomá W. **Lampião, nem herói, nem bandido: a história**. Serra Talhada: GDM Gráfica, 2006.

SOUZA, Ilda R de. **Angicos, eu sobrevivi**. São Paulo. Oficina Cultural. 1997

WEBER. Max. **Economia e Sociedade**. São Paulo. Imprensa Oficial. 2002

DOCUMENTOS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA TALHADA. 1986.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Recife, 07 de outubro de 2005.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. 1953.

GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA. 1971.

O LAMPIÃO DE TRIUNFO. 1997.

TRIBUTO A VIRGULINO. Serra Talhada. 1995.

JORNAIS E REVISTAS

ATHIAS, Gabriela e LUIZ, Edson. **Sertão ainda convive com cenário de Lampião.** O Estado de São Paulo, 12 de julho de 1998.

CLEMENTE. Marcos E de A. **Lugares de memória do cangaço: imagens de Lampião no Sertão do nordeste.** In: **Dossiê, práticas culturais e identidades.** Revista Tempos Históricos. Volume 09. 2º semestre. Marechal Cândido Rondon. 2006.

POLLAK. Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, volume 2. nº 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK. Michael. **Memória e Identidade Social.** In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, volume 5. nº 10, 1992, p. 200 – 212.

SÁ. Antônio F. de A. **O Cangaço entre a história e a memória.** In: **Dossiê, práticas culturais e identidades.** Revista Tempos Históricos. Volume 09. 2º semestre. Marechal Cândido Rondon. 2006.

SÁ. Giovanni. **Projeto pretende rebatizar rua com nome de Lampião.** In: **Jornal do Comércio.** Recife, 21 de junho de 1998.

SILVA, Patrícia S. **Le symbole et ses diverses résonances**: analyse de l'historiographie du Cangaço. Revue Histoire et Société de l'Amérique Latine. Paris, Amérique Latine: Expériences et Problématiques d'Historiens (A.L.E.P.H.)/Université de Paris 7, n° 4, mai 1996.

TINÔCO, Pedro. **Líder do MST vai ao centenário de Lampião**. Jornal do Comercio. Recife, 12 de junho de 1997.